

RAÍZES

Ano XXII - São Caetano do Sul - Julho de 2010

41



MUSEU MUNICIPAL DE SCS

Presentes altas autoridades estaduais — Grande
afluência de público. Média de 260 visitas diárias

NAUGURA-SE O MUSEU MUNICIPAL

No próximo sábado, dia
23, às 16 horas será inaugu-
rado o Museu Municipal de
São Caetano do Sul, à
ocasião, à
presença de
muitas
pessoas.

9 de
193
vi
m

Ano XXII – Número 41
Publicação semestral
Distribuição gratuita

Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

Tiragem desta edição:
2.000 exemplares

Julho de 2010

Av. Dr. Augusto de Toledo, 255
Santa Paula | CEP 09541-520
São Caetano do Sul - SP
Fone/fax (011) 4223-4780

www.fpm.org.br
fpm@fpm.org.br

Coordenação Geral
Clovis Antonio Esteves

Editora Responsável
Jô Sperate Figueiredo (Mtb 17.662)

Pesquisa
Cristina Toledo de Carvalho
Cristina Ortega

Conselho Editorial
Adriana Sampaio
Clovis Antonio Esteves
Cristina Toledo de Carvalho
Humberto Pastore
João Tarcísio Mariani
Jô Sperate Figueiredo
Mário Porfírio Rodrigues
Priscila Perazzo
Roberta Giotto

Projeto Gráfico e Editoração
Roberta Giotto

Fotografia
Antonio Reginaldo Canhoni
Antonio Augusto Coelho Neto

Digitalização e Restauração de Imagens
Antonio Augusto Coelho Neto

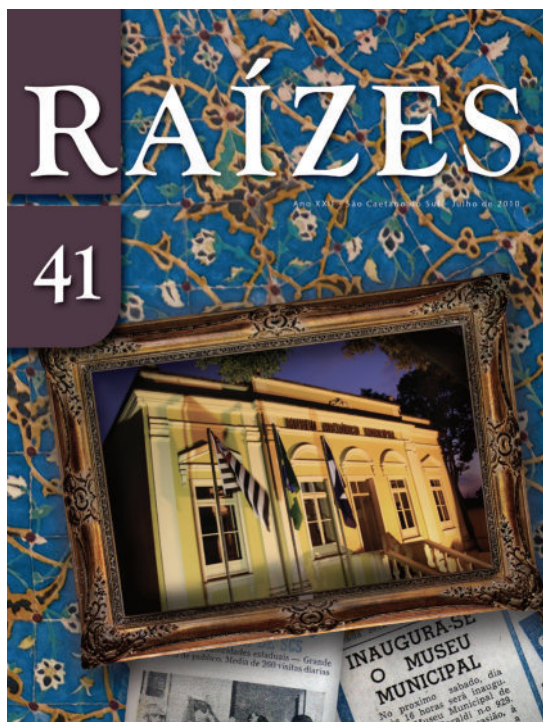
Capa
Roberta Giotto

Ctp e Impressão
NSA Gráfica e Editora

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.



RAJIZES
41



“ Bairro Fundação! Início de tudo, colonização, religiosidade, fase do comércio, da industrialização, política, sociedade, loteamentos... Cidade... São Caetano do Sul. Tudo reflete no que hoje se transformou em município. Das famílias fundadoras, italianas ou não, surgiu a nova geração de desbravadores, nossos ascendentes, nossas raízes, nosso passado histórico e marcante.

São Caetano do Sul soube como ninguém ser berço dos seus filhos ou abraçar os que vieram de fora. Terra de todos. Dos italianos, portugueses aos nordestinos, aos de outras pátrias, outros estados brasileiros, todos têm coração sancaetanense.

Todos comemoram o 28 de julho, a fundação e o começo desta linha do tempo sensacional baseada em conquistas de sucessos.

Vários pontos são marcantes dentro do Bairro Fundação, dentre eles a Matriz Velha, as ruínas da Matarazzo, o prédio onde funcionou o Cine Central e o Museu Histórico Municipal, antigo Palacete De Nardi. Escolha perfeita para ilustrar Nossa Capa. O resgate da memória da colonização, dos fundadores, dos beneditinos, enfim o tempo sancaetanense está resguardado no interior do Museu.

Para o município, esse ano comemora-se, além do aniversário de fundação, o cinquentenário do Museu. Fatos históricos relevantes.

Fatos que merecem matéria de capa, destaque e atenção especial.

**Brindemos São Caetano do Sul!
Brindemos o Museu Histórico Municipal!
Brindemos o começo: o Bairro Fundação!** ”

*Por Jô Sperate Figueiredo
Editora*

“ *A história pode ser narrada em diferentes formas tais como: livros, cinema, canções, palestras, monumentos, relatos de memória... Museus...* ”

Mais uma edição da Revista Raízes e um novo desafio no projeto de resgatar e destacar os valores históricos da nossa cidade, do nosso povo, dos nossos antepassados imigrantes e migrantes. E, seguindo essa proposta, vem num quadro específico, o trabalho desenvolvido dentro do Museu Histórico Municipal.

Nada, dentro da Fundação Pró-Memória, é mais concreto em relação à preservação da memória do que o papel desenvolvido pelo Museu. A história se concretiza, se materializa, nas peças expostas. A linha do tempo de São Caetano do Sul ganha vida e com isso se torna mais próxima, mais real.

O papel do Museu, seja ele nos moldes tradicionais ou de vanguarda, revelam em seus setores expositivos tudo que é de relevância na reconstrução do passado e no desenvolvimento do futuro. E, neste aspecto superpositivo de trabalho, nada mais justo que dedicar tempo e espaço para as comemorações do Cinquentenário do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul.

A Revista Raízes 41 aprofunda-se no tema Bairro Fundação, começo de tudo, fonte dos loteamentos e do Núcleo Colonial, mas não deixa de lado a força do Museu, apesar dos novos tempos. Sem esquecer que o Museu está instalado no antigo Palacete De Nardi, no bairro que é o Em Foco, desta edição.

Outros temas complementam a Revista, com as assinaturas de duas personalidades de destaque, do jornalista Ademir Medici e do professor e sociólogo José de Souza Martins. Com o tema Bairro Fundação, cada um desenvolveu textos exclusivos.

A Revista traz, também, artigos sobre os 60 anos da escola Coronel Bonifácio de Carvalho, os 90 anos da EMEF Senador Flaquer e os 30 anos de Sesc São Caetano. E mais, os trabalhos desenvolvidos no Circolo Italiano e na APAMI-Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e tantos outros temas.

Tenha uma boa leitura e faça uma viagem ao passado sancaetanense, desta vez, tendo como cenário o Bairro Fundação.

CLOVIS ANTONIO ESTEVES
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA







EM FOCO

- 7 Os portugueses do Bairro Fundação.
Eles cultivaram a terra, sucedendo aos italianos
Ademir Medici
- 17 O Porto Geral
José de Souza Martins
- 26 Bairro Fundação: um emaranhado de tempos,
espaços, vestígios e memórias
Cristina Toledo de Carvalho
- 34 Museu Histórico completa 50 anos
no resgate da memória da cidade
Jô Sperate Figueiredo



7

Os portugueses do Bairro Fundação. Eles cultivaram a terra, sucedendo aos italianos



26

Bairro Fundação: um emaranhado de tempos, espaços, vestígios e memórias



34

Museu Histórico completa 50 anos no resgate da memória da cidade



87

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

ARTIGOS

- 39 60 Anos de História
Os velhos e novos tempos da Escola Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho
- 44 90 Anos de História - de Grupo Escolar de São Bernardo à Emef Senador Flaquer
- 47 SESC 30 anos!
Cultura, Arte, Esporte, Lazer, Turismo Social...
- 50 Jardins de Infância Municipais em São Bernardo do Campo
Marly Leibrunder
- 54 Histórias de trens
Priscila Gorzoni
- 60 APAMI - mais que uma entrega de enxovais
Rafael Peccioli Moreno
- 62 O Circolo Italiano de São Caetano
Mário Porfirio Rodrigues

HOMENAGEM

- 65 Milton Andrade
Ana Beatriz Tocchio

PERSONAGEM

- 72 Em cena, sonhos e anseios.
Esquete retrata a história do teatro amador de São Caetano do Sul, a partir do olhar de dois personagens da sociedade local
- 75 Carlos Augusto Strazzer,
um ator pleno que viveu em São Caetano do Sul
George Vilches
- 78 A elegante lembrança de Laura, a chapeleira
Leonilda Verticchio

CRÔNICA

- 81 GARBOS X MORSOS
João Tarcisio Mariani

HISTÓRIA ORAL

- 84 Regina Célia Gonzáles comemora Bodas de Ouro com o Instituto de Ensino de São Caetano do Sul
Cristina Ortega

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

- 87

REGISTRO

- 100 Jô Sperate Figueiredo

OS PORTUGUESES DO BAIRRO FUNDAÇÃO

ELES CULTIVARAM A TERRA, SUCEDENDO AOS ITALIANOS

Ademir MEDICI ()*



Sobrinha Maria dos Prazeres e tia Deolinda, depoentes centrais desta história: prontas para o Carnaval. Ao fundo, a fileira de casas da vila dos Moretti, na Rua 28 de Julho

O Bairro Fundação tornou-se conhecido como o berço do Núcleo Colonial de São Caetano que substituiu a legendária Fazenda dos Beneditinos e foi ocupado por imigrantes italianos e seus descendentes. E é verdade. Mas outras etnias participaram ativamente de momentos importantes do bairro, inclusive quando se deu a transição do rural para o urbano-industrial, já no século 20, entre elas, a etnia portuguesa.

Coube a portugueses e seus descendentes darem sequência ao trabalho agrícola desenvolvido a princípio pelos italianos no Fundação.

Proveniente da Freguesia de Sezures e Beira Alta, a família de Antonio de Campos e Maria Barbosa chegou ao Brasil, e ao Bairro Fundação, em 1926, já com os primeiros quatro filhos: Albertina (nascida em 1915), Júlio (1917), Antonio (1922) e Aida (1925). Aqui nasceu a filha caçula, Deolinda, em 1927.

Antonio de Campos e Maria Barbosa arrendaram no Bairro Fundação uma área pertencente à família Barile, de origem italiana, e ali criaram uma chácara cujo limite era o Rio Tamandateí. Plantavam legumes; verduras e criavam galinhas e porcos. Os produtos da lavoura eram vendidos em feiras livres como a que se estabelecia semanalmente na Rua Heloísa Pamplona.

A chácara era grande. Possuía vários empregados, a maioria também imigrantes. Um desses empregados, João Joaquim, veio de Portugal para trabalhar na chácara e, em 1931, se casou com a filha mais velha de Antonio de Campos e Maria Barbosa, Albertina. Tiveram três filhos: Maria, Nelson e Antonio.

João Joaquim fornecia as verduras, produzidas na chácara, para a pensão Lusitana – da família Salgado – e para a pensão Italiana, do Sr. Daniel.



Casal Antonio de Campos e Maria Barbosa com os filhos Júlio, Aida, Albertina, Antonio Filho e Deolinda (a caçula entre os pais)

Tia e sobrinha. Testemunhas da transformação

Deolinda de Campos Medeiros e Maria dos Prazeres Joaquim são tia e sobrinha. A diferença de idade entre elas é pequena: dona Deolinda tem 82 anos, dona Maria dos Prazeres, 78. E as duas nasceram no Bairro Fundação.

Elas viram o fim da primeira chácara familiar, ocorrida com a expansão do complexo Matarazzo do bairro. Quando isso ocorreu, a família transferiu-se para uma segunda chácara, a de um outro português, Adelino Ribeiro, que arrendava terreno na Rua 28 de Julho pertencente às famílias Moretti e Cavassani.

Nesta segunda chácara, a família de Antonio de Campos e Maria Barbosa continuou a lide na terra, da qual tirava o sustento e propiciava colocação profissional a outras famílias numa São Caetano que aos poucos ia se tornando industrial.

Tanto assim que filhos e netos dos pioneiros portugueses trocaram o trabalho agrícola pelo da indústria, empregando-se nas unidades Matarazzo, as mesmas que ocuparam antigas chácaras e que hoje, desativadas, cedem espaço a áreas baldias atingidas pela contaminação industrial – um problema que a Prefeitura de São Caetano espera resolver para dar um destino mais nobre ao lugar.



Do estúdio do Foto Fâmula, de São Caetano, Aida, Maria dos Prazeres e Deolinda

Neste 2010, jazem no Bairro Fundação os escombros da Matarazzo, local onde se realizaram várias festas recentes do Padroeiro São Caetano. Pois é exatamente ali que existiu a chácara agrícola da família Campos, autêntico cenário revivido dos tempos em que os imigrantes italianos plantavam nas terras que foram dos beneditinos e que entre os séculos 18 e 19 eram cultivadas por negros escravos.

A INFÂNCIA NA RUA E NO RIO - Meninas, Deolinda e Maria dos Prazeres brincaram juntas no bairro. Juntavam-se com outras meninas e meninos para pular corda ou brincar de pegador em plena Rua 28 de Julho. Os meninos nadavam num Rio Tamandua-tei de águas límpidas.

FÁBRICA COMPRA A RUA - A primeira chácara da família Campos era servida por uma rua chamada Rui Barbosa, posteriormente desativada quando a Matarazzo comprou a área para expandir-se.

ITALIANIDADE - Nesta primeira chácara, uma vizinhança predominantemente italiana: Pansarelli, Buso, Russo (do ex-deputado Antonio Russo), Mario Migliani, Braidó, Dalmas, Denardi, Perrella.

A PARTEIRA - Ali moravam os irmãos Pedro e Henrique de Paula, cuja mãe, dona Esplendor, era a parteira do bairro que trouxe ao mundo Deolinda, Maria dos Prazeres e seu irmão Nelson.

OUTROS PORTUGUESES - Havia também a família de Maria do Primo, de portugueses.

O COMÉRCIO - Quando a família Campos muda para a segunda chácara, da Rua 28 de Julho, passa a ter como vizinhos uma série de estabelecimentos comerciais: bar do Joá, depósito da Antártica (da família Garbelotto), depósito da Brahma (da família Morseli), a venda do Marcucci, a venda do Carmelo, bar do Momi, venda do Fausto, farmácia do Sr. Aldo, padaria dos Santarelli, padaria dos Leone, venda do Artemio Lorenzini.



CHÁCARA NA HELOÍSA PAMPLONA - Eram vizinhos também dos patrícios Antonio Loureiro e sua esposa Ermelinda, com chácara na Rua Heloísa Pamplona, vizinha da antiga delegacia de polícia.

NOVOS PATRÍCIOS - A Chácara dos Campos abrigou outros portugueses, como a família de José Joaquim, irmão de João Joaquim, genro de Antonio de Campos.

A ESCOLA - Dona Deolinda, em suas reminiscências, conta que estudou no Palacete Denardi, hoje sede do Museu de São Caetano. Já a sobrinha Maria dos Prazeres, quatro anos apenas mais nova que a tia, pôde estudar no prédio do Grupo Escolar Sena-

dor Flaquer, guardando, inclusive, duas fotos da sua época de estudante, com a identificação feita por ela do diretor, da professora e de várias colegas de classe.

RELIGIOSIDADE – Quando das procissões, as ruas – sem calçamento – eram iluminadas até a estação: ruas 28 de Julho, Heloísa Pamplona e Perrella.

Na procissão de Jesus morto, na Sexta-Feira Santa, estendiam-se colchas nas fachadas das casas. Havia as procissões do Encontro. Uma saía da Matriz Velha, outra da Matriz Nova. Jesus e Nossa Senhora encontravam-se sempre na estação.

Durante toda a Quaresma, não se comia carne. “A gente guardava aquele respeito, tradição dos antigos”, comenta dona Deolinda.



Da esquerda para a direita:

O casamento de João Joaquim e Albertina de Campos: São Caetano, 14 de maio de 1931.

Deolinda e Aníbal: o casamento em 1948

Os noivos: Maria dos Prazeres e Oswaldo Lanzieri

LAZER - A distração eram as quermesses na Igreja Matriz de São Caetano (Matriz Velha, patrimônio municipal). Dançava-se no clube Lazio, no São Caetano EC e ia-se ao cine Central.

1932 – Por causa da Revolução, a pequena Deolinda viveu em Beira Alta, Portugal. Permaneceu no país de seus pais dos quatro aos oito anos de idade.

Viajar a Portugal tornou-se uma rotina na vida de Antonio de Campos. Ele gostava de viajar. Atravessou o Atlântico por 42 vezes, muitas vezes sozinho.

Dona Bepa Lorenzini brincava:

- O seu pai viaja mais para Portugal do que eu para São Paulo.

AS CHÁCARAS – Os Lorenzini eram donos de açougue no Bairro Fundação. O estabelecimento ficava na Rua Rio Branco, esquina com a Rua 28 de Julho. E o endereço do açougue permite localizar melhor a segunda chácara da família Campos: a chácara ficava na Rua 28 de Julho; começava em frente ao açougue dos Lorenzini e seguia até a Rua Ceará, onde está hoje o São Caetano Esporte Clube.

Já a primeira chácara, a que desapareceu com a expansão da Matarazzo, seguia do espaço da fábrica, na desaparecida Rua Rui Barbosa, aproximando-se do rio e da Rua Maximiliano Lorenzini.

A casa da família era grande, de madeira, um barracão.

RAYON – De 1952 a 1960, Maria dos Prazeres trabalhou no Departamento Pessoal da Rayon Matarazzo. O DP era então chamado de escritório de mão-de-obra.

DEOLINDA E ANÍBAL - Deolinda casou-se em 1948 com Aníbal de Freitas Medeiros, açoriano, em cerimônia realizada na igreja São José do Ipiranga. Francisco Jacinto de Medeiros e Maria Hortência de Freitas, sogros de Deolinda, possuíam uma chácara de criação de vacas leiteiras do outro lado da cidade. O pasto ia da Vila Barcelona à Vila Santa Maria. Deolinda e Aníbal tiveram quatro filhos: José Carlos,

engenheiro-mecânico especializado em segurança no trabalho, com 31 anos de Volkswagen; Maria Alice, que há 36 anos trabalha na Construtora Lorenzini; Maria de Lourdes, médica; e Maria Cecília, professora do Curso Singular, em São Bernardo.

José Carlos casou-se com a advogada Cleusa Aparecida Nonato; Maria Alice com Amandio Luiz; Maria Cecília com Nelson Carmelutti.

São sete os netos: Daniele, Juliana, Marcelo (casado com Patrícia), Luís, Ana Paula, Fernando e Eduardo.

MARIA E OSWALDO – Maria dos Prazeres casou-se

com Oswaldo Lanzieri, ele também natural de São Caetano. Tiveram uma única filha, Maria de Fátima, que é casada com Jamil Testa. São pais da menina Alyssa.

O ADEUS DOS PIONEIROS – Antonio de Campos, o português agricultor, chacareiro criador de porcos e galinhas, no Bairro Fundação, o que gostava de viajar a Portugal, e à sua Beira Alta, faleceu em São Caetano, em 1970, aos 86 anos. Está sepultado no Cemitério da Saudade, no Bairro Cerâmica.

Sua esposa, Maria Barbosa, faleceu em 1966, aos 81 anos, e está no mesmo cemitério.

ÁLBUM FAMILIAR

Nos álbuns de dona Deolinda e dona Maria dos Prazeres, uma história que não é apenas familiar. As imagens focalizam a família, sim, mas mostram mais, inclusive pedaços das terras que foram dos beneditinos e que abrigaram a sede do Núcleo Colonial de São Caetano, do bairro que se chamou da Ponte e Barra Funda, do bairro que é Fundação. Um acervo cuja cópia a família repassa para a Fundação Pró-Memória e do qual foram selecionadas as fotos deste artigo que merecem a assinatura de toda a família: dona Deolinda, dona Maria dos Prazeres, Dra. Cleusa e todos os demais. Eles identificaram cenários, períodos e personagens ou simplesmente posaram com os antigos para a posteridade.



Da esquerda para a direita:

Aníbal de Freitas Medeiros e Deolinda de Campos Medeiros

A jovem Deolinda

Mãe e filho no Bairro Fundação das cercas de madeiras e chácaras familiares: Deolinda e José Carlos



de cima para baixo:

Avós Deolinda e Anibal com o neto Marcelo Medeiros Luíz

Os noivos Anibal e Deolinda com os padrinhos: Antonio de Pina e Justina de Albuquerque

Na praia: João Joaquim e Maria dos Prazeres, Deolinda e Anibal; e os pequenos Antonio Joaquim, José Carlos de Campos Medeiros e Nelson Joaquim

Os irmãos Joaquim: Nelson, Antonio e Maria dos Prazeres



de cima para baixo:

Tia Maria da Estrada, avó paterna de dona Deolinda

Os irmãos José Carlos, Maria de Lourdes e Maria Alice

Tia felicidade, avó materna de dona Deolinda

Maria dos Prazeres na juventude





Dona Deolinda em foto atual



Dona Deolinda e a família reunida hoje: na frente, os netos Eduardo, Fernando, Luis e Marcelo; ao centro: Juliana (neta), Deolinda, Cleusa (nora), Patricia (neta), Alice (filha); ao fundo: Nelson (genro), Cecilia, Lourdes e José (filhos), Daniele e Paula (netas) e Amandio (genro).



Família Lanzieri: Maria dos Prazeres Lanzieri (mãe), Jamil Testa (genro), Maria de Fátima (filha), Alyssa (neta) e Albertina Campos Joaquim (mãe de Maria dos Prazeres)



GRUPO ESCOLAR SENADOR FLAQUER: O 2º ANO DE 1941 (44 ALUNAS), COM AS IDENTIFICAÇÕES POSSÍVEIS:

Sentadas: Lourdes Perrella (1ª à esquerda), Luzia (4ª), Neli Mussumecchi (6ª) e Ivone Ricci (7ª); segunda fila: dona Lourdes (professora), Irina, Sebastiana e Vilma Quinarelli; Nair Corneti (6ª), Éster Swait (7ª), Aparecida (10ª), Ivone (12) e o diretor José Bonifácio; terceira fila: Zilfia Nogueira, Imbraina, Nair Quaglia, Nair Galhardo (5ª), Luzia (6ª) e Efigênia (7ª); ao fundo: Maria dos Prazeres Joaquim, Alice Dias, Nair Bortoleto, Flavia Veronesi (5ª), Gláucia (6ª), Luzia (7ª), Maria (8ª), Lucinda (9ª) e Ilda Zanella (10ª).



GRUPO ESCOLAR
SENADOR FLAQUER: O
1º ANO DE 1940
(45 ALUNAS), COM AS
IDENTIFICAÇÕES
POSSÍVEIS:

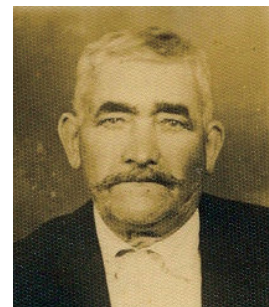
Sentadas no chão: Maria Tereza Tomazeli (2ª à esquerda), Alice Dias (3ª) e Adélia (6ª); sentadas: Maria (2ª), Nair Jodar Paredes (3ª), Claudia (4ª), Nair Galhardo (6ª), Maria dos Prazeres (8ª), Ana Helena Andrade (9ª) e Vilma (10ª); terceira fila: Angelina (2ª), Lucinda (3ª), Julieta Capeli (6ª) e o diretor José Bonifácio; quarta fila: Imbralina (2ª), Leonor (7ª) e Maria do Carmo (8ª); ao fundo: Aparecida (1ª), Ana Merengeli (4ª), Maria "da Antarctica" (apelido, 5ª) e Vilma Quinarelli (7ª).

ANTES DA MATARAZZO,
A CHÁCARA DOS CAMPOS

Maria Barbosa, mãe de dona Deolinda

Antonio de Campos, o patriarca, pai de dona Deolinda

A primeira chácara ficava onde hoje estão os escombros de antiga unidade Matarazzo, no Bairro Fundação.



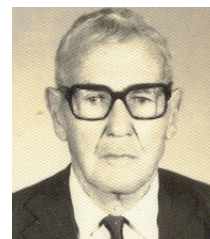
DO OUTRO
LADO DA
CIDADE

Francisco Jacinto de Medeiros e Maria Hortência de Freitas, sogros de dona Deolinda

Maria Hortência de Freitas

Francisco Jacinto de Medeiros

Entre as décadas de 1940 e 1950 o casal teve uma chácara para criação de gado leiteiro. O leite era distribuído em São Caetano. A chácara se localizava por onde hoje passa a Avenida Kennedy, entre o antigo campo do São Bento (hoje Estádio Anacleto Campanella) e a chácara do Dr. Souza Voto.



RESUMO HISTÓRICO

[Baseado no capítulo “Fundação”, do livro “Migração e Urbanização, a presença de São Caetano na região do ABC”, do próprio autor]


Vários fatores destacam o Bairro Fundação na História de São Caetano. Alguns deles: o bairro abrigou a célebre Fazenda dos Beneditinos, já no século 18; foi sede do Núcleo Colonial; este recebeu as primeiras levas de imigrantes italianos no final do século 19; foi área primitiva de olarias e da indústria pesada; recebeu as primeiras repartições públicas e privadas, como a Sociedade Príncipe di Napoli, a cadeia, o Grupo Escolar Senador Flaquer. Até o início do século 20, ao menos, o Bairro Fundação concentrava o centro da cidade nos arredores da antiga matriz.,

Uma forte herança deixada pelo bairro, além do sítio histórico no entorno da velha matriz, é o traçado original das primeiras vias de penetração no ABC, hoje absorvido pelas vias urbanas.

O bairro já foi industrial, com unidades do grupo IRFM, Companhia Mecânica (depois Saad) e Mannesmann; outros grupos econômicos também marcaram presença no bairro, como o Banco União e a Companhia Melhoramentos de São Caetano (dos

Pamplona e Coelho), que abriu os primeiros loteamentos do bairro.

O nome Fundação foi dado ao bairro em 1950, por ato do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino. Antes disto, e genericamente, era chamado de Bairro da Ponte. Outra expressão utilizada pelos antigos para definir a área foi Barra Funda, pela qualidade do solo do vale dos Rios Tamanduatei e dos Meninos e que nos levam aos tempos do Tijucuçu – do tupi algo como grande quantidade de lodo, barro, terra preta.

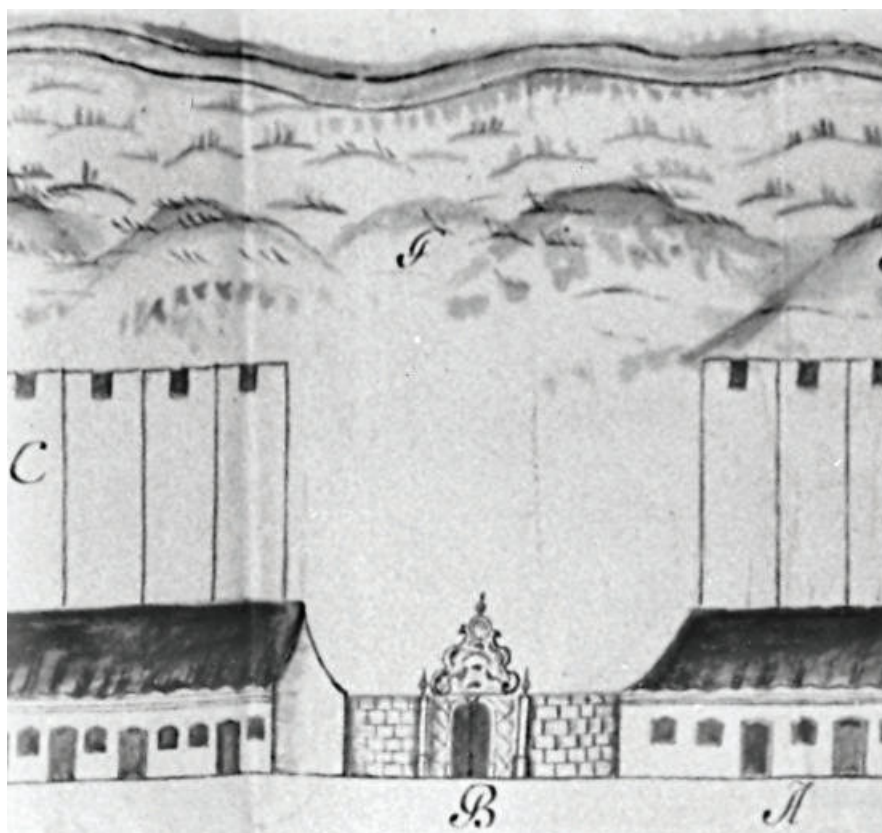
No nosso livro com notícias sobre a formação dos bairros de São Caetano dizemos que o Fundação foi um bairro de sítiantes, “quase todos italianos”. Agora completamos a informação, graças ao depoimento de dona Deolinda e dona Maria dos Prazeres: coube a vários portugueses, já a partir da primeira metade do século 20, dar sequência ao trabalho de cultivo da terra no Bairro Fundação, geralmente arrendando áreas de antigos colonos e vizinhos italianos, ofício que foi comum em outros bairros da cidade e Grande ABC. 

(*) **Ademir Medici**. Jornalista. Responsável pela página Memória do Diário do Grande ABC, que é publicada desde 1987. Autor de 32 livros sobre a Memória do Grande ABC, entre os quais três com temáticas voltadas a São Caetano: Migração e Urbanização, a presença de São Caetano na região do ABC (1993), Uma história de campeões: os 89 anos do São Caetano Esporte Clube (2003); e Construtora Lorenzini: 50 anos (2006).

O PORTO GERAL

José de Souza MARTINS ()*

Do Porto Geral de São Bento, em São Paulo, ficou a ladeira desse nome que, descendo da Rua Boa Vista, vai dar na Rua 25 de Março, por onde passava o rio Tamanduateí antigamente. Nem a ladeira era onde é hoje. Uma ilustração que o Abade enviou ao Mosteiro de Tibães, em Portugal, no século 18, mostra que a da época começava no próprio Largo de São Bento. Na entrada da ladeira havia um portal barroco monumental, como em cidades portuguesas de então.



Gravura do século 18: porta monumental de acesso ao Porto Geral, no Largo de São Bento. Ao fundo, o Rio Tamanduateí.

Ali atracavam as embarcações do Mosteiro que vinham das três fazendas beneditinas da cabeceira e da foz do atual rio dos Meninos. Na cabeceira, as fazendas Jurubatuba e São Bernardo. Na foz, atravessada pelo rio, que aí desaguava em delta, a Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. No tempo da seca, os produtos eram transportados em dois barcos pequenos, de meia carga. Na cheia era usado um barco grande, de dez metros de comprimento, tanto no transporte de madeiras, verduras, azeite de amendoim, farinha e feijão quanto no dos produtos da indústria que os monges mantiveram em São Caetano de 1730 até 1871, quando libertaram seus escravos, 17 anos antes da Lei Áurea. Era uma grande fábrica de materiais cerâmicos, com três fornos, para a queima de tijolos, telhas, telhões para cana-

letas de água, e também cerâmica utilitária vidrada, como pratos, alguidares, panelas e potes. No próprio século 18, um mestre de cerâmica foi contratado pelos monges para ensinar sua arte aos meninos escravos da fazenda. O Mosteiro teve, no Porto Geral, um armazém para os produtos desembarcados. Sua cerâmica era usada na reforma de suas casas de aluguel, da igreja e do Mosteiro. Mas boa parte da produção era vendida e era essa sua principal fonte de renda. Telhas da fábrica foram usadas numa reforma no Palácio do Capitão-general, em 1792, no Pátio do Colégio, e no Convento de São Francisco. Há registro de esmola de telhas para o Recolhimento de Santa Teresa, na Sé.



Em 12 de outubro de 1825, o Tenente Coronel Engenheiro José Antônio Teixeira Cabral embarcou no Porto de São Caetano rumo à foz do rio, no Tietê, 19 km abaixo, para fazer uma verificação geral de seu leito. Descobriu que havia profundidades variáveis de 1,20 m a 4 m. O nível das águas vinha oscilando desde o século 18. Ora muita, ora pouca, devido ao desmatamento nas margens, com implicações na navegação. Em 1763, um dos barcos do Mosteiro naufragara, levando ao fundo toda a carga de telhas.

Nesse mesmo ano, um barco levou escravos de São Caetano, para pagar promessa na Igreja de Nossa Senhora do Ó, em romaria dirigida pelo índio administrado Marcos Bueno da Conceição, feitor dos escravos. Na ida e na volta, fizeram parada no Porto Geral para merenda no Mosteiro. Promessas para santa tão distante eram justa manha para viajar, folgar e atenuar o cativoiro.

*Mosteiro e Igreja de São Bento construídos no século 18 com materiais cerâmicos produzidos em São Caetano, transportados pelo rio Tamanduateí e desembarcados no Porto Geral.
A foto é de quando ainda funcionava a fábrica beneditina de São Caetano. Foto: Militão de Azevedo (1862-1863).*



Considerações pedagógicas e metodológicas sobre a pesquisa para o artigo sobre o Porto Geral

O artigo sobre o Porto Geral de São Bento, aqui transcrito, tem apenas 2.800 toques, cerca de uma página e meia de texto, em papel tamanho carta¹. Não obstante, é, provavelmente, o mais completo e minucioso texto já publicado sobre o tema. Julgo oportuno fazer este comentário educativo sobre sua produção, da pesquisa à depuração crítica dos dados, à sua sistematização, até a redação final do texto para publicação. Isso porque tenho no ABC a ruim experiência de constatar entre os leitores de meus artigos e livros alguns que não se dão conta do que é a complexa artesanaria da pesquisa e da interpretação teoricamente fundamentada em que se baseia a redação de um texto como esse. E o demonstram no uso atravessado que fazem do que escrevo (e, também, do que escrevem outros autores). Daí decorre certa banalização de textos autorais, muitas vezes parafraseados e usados extensamente sem a devida e clara referência tanto à fonte, quanto à originalidade da pesquisa e da interpretação. Até porque o vulgarizador, geralmente um amator, que nunca é do ramo, não tem a menor idéia do alcance

e mesmo das limitações do que está vulgarizando. Não raro, em textos de vulgarização, quase transcrições acabam sendo o álibi para resumos que são paráfrases extensas de texto de outro na omissão das aspas devidas e necessárias, modo de esconder e mesmo anular o imenso esforço do pesquisador original e verdadeiro autor. Ou, como diziam os antigos, modo de cumprimentar com o chapéu alheio. No entanto, nesse simples e pequeno artigo há mais de meio século de pesquisa, de paciente busca de documentos não só em arquivos históricos de São Paulo, de Olinda, de Salvador e de Portugal, milhares de documentos originais, em grafia antiga, o que pede competência paleográfica, lidos e conferidos. O que envolve o não pequeno esforço de avaliação crítica das fontes e de descoberta e estabelecimento das conexões de sentido entre fatos dispersos, sem as quais nada significariam. A maior parte da região do ABC, historicamente falando, constitui um imenso problema para o pesquisador de seu passado difuso. Não sendo, por cerca de 300 anos, uma unidade administrativa e nem mesmo eclesiástica, a documentação que possa dizer respeito à extensa região não é documentação indexada, o que obriga o pesquisador a buscas demoradas, tateantes, com base em hipóteses e intuições fundamentadas, que no mais das vezes levam a minguardas descobertas e até mesmo a nenhuma.

Meses e anos de trabalho sem resultado nunca aparecem nas sínteses e estudos publicados pelo pesquisador e, obviamente, menos ainda nos escritos que lhe reproduzem os escritos e mesmo os copiam.

Levei anos para descobrir um documento que atestava não ter havido troca ou substituição do antigo nome do Tijucuçu pelo nome de São Caetano, mas que nas primeiras décadas do século 18 o nome São Caetano fora agregado ao nome Tijucuçu, passando a fazenda dos monges de São Bento a chamar-se Fazenda de São Caetano do Tijucuçu. Antes se chamava apenas Fazenda do Tijucuçu (e não sítio do Tijucuçu, nome do século XVI substituído quando, em 1671, Fernão Dias Paes agregou uma doação de terras às terras que aos monges já haviam sido doadas em 1631, por Duarte Machado, almotacel da Câmara de São Paulo que se mudara para Moji das Cruzes). Só aos poucos o nome Tijucuçu desapareceu especificamente em relação ao nome da fazenda. Mas manteve-se em relação ao restante do território que teve essa denominação, que se estendia até a Mooca, abrangia as fraldas da Vila Bela e da Vila Alpina, o Sacoman, tendo por limite o córrego do Moínho Velho, hoje recoberto pela Avenida Tancredo Neves, no Ipiranga [sobre o tema, cf. José de Souza Martins, "A formação do espaço regional do Tijucuçu e de São Caetano", in **Raízes**, ano III, nº. 5, São Caetano do Sul (SP), julho de 1991, p. 4-17; versão revista e ampliada de artigo publicado originalmente no **Sancaetanense Jornal** (Edição comemorativa), ano IV, nº. 178, São Caetano do Sul (SP), 26 de julho de 1986, p. 6].

Geralmente, a documentação está dispersa ou num mesmo arquivo ou numa diversidade de arquivos em diferentes lugares. Só em Olinda fui encontrar um documento que mencionava a revolta dos escravos de São Caetano, em 1862, que desencadearia o processo de extinção da escravatura nas fazendas da Ordem Beneditina, consumada em 1871 [cf. José

de Souza Martins, **A Escravidão em São Caetano (1598-1871)**, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul, 1988, p. 19]. Quase sempre classificada sob rubricas até inimagináveis, ou mesmo relativas a uma toponímia que já não existe, o que obriga o pesquisador a longos percursos e demoradas leituras de papéis antigos. Além dos esforços adicionais que deve fazer para identificar a localização geográfica de nomes que desapareceram há muito. É o caso de Inhoaíba, denominação da área aproximada de um bairro que no século 18 passaria a se chamar bairro dos Meninos e, depois de quase 200 anos, passou a chamar-se e se chama hoje, por indevidas injunções políticas, decorrentes do poder pessoal dos potentados e mandões de ocasião, bairro de Rudge Ramos.

Sem contar as extensas e paulatinas mudanças na concepção geográfica do que uma região é em relação ao que foi. Isso é bem característico da região do ABC e das regiões vizinhas. Originalmente, nos séculos 16 e 17, demarcada pela distinção entre mata e campo, já no século 18 surgem registros documentais sobre mudanças nesse cenário e o nascimento da consciência do desaparecimento da antiga geografia regional. Hoje o historiador leigo e sem formação acadêmica específica e apropriada tenta decifrar o passado com base nas vulgarizações da geografia do presente. Não chegará a lugar nenhum, a não ser a um conjunto de equívocos que acabam por reforçar as bases do que se pode chamar de história ingênua. Infelizmente, entre nós pouco se tem feito em favor de uma geografia histórica que permitisse situar apropriadamente as referências espaciais contidas na documentação, que já é em si mesma pobre e mais pobre fica sem essa mediação.

Ao mesmo tempo, uma geografia de transição, nas designações toponímicas dos séculos 18 e 19, prenuncia o apagamento da memória geográfica, com repercussões significativas no trabalho do historiador. Todo o debate que, entre o final do século 19 e

o início do século 20, se travou, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sobre a localização do povoado da antiga vila de Santo André da Borda do Campo ignorou o fato e é espantoso como renomados historiadores da época não se dedicaram à busca e leitura dos documentos, que a esse respeito ainda existiam e existem, que fariam a ponte entre esses dois momentos da história. Na extensa síntese dessas aventuras, que se centraram sobretudo em excursões pela região, feita pelo historiador Affonso d'E. Taunay, em seu livro **João Ramalho e Santo André da Borda do Campo**, fica evidente o descuido. A começar do fato que é relativamente fácil (e já fiz isso em vista de uma possível monografia sobre o tema) determinar a localização da vila, isto é, da entidade político-administrativa e seu espaço. O complicado é determinar a localização do povoado de sua sede. De qualquer modo, há aí um avanço significativo e, posso dizer, até mesmo surpreendente pelas revelações que esse percurso investigativo faz. Os historiadores do IHGSP que se envolveram no debate, tampouco fizeram essa distinção tão essencial a um estudo sobre o assunto.

Encontrar um documento em arquivo histórico ou em publicação de instituição acreditada não dispensa o pesquisador de agir como perito de eventuais fraudes, mesmo em documentos originais. Para isso, tem ele que ser muito mais do que leitor e copista de textos alheios. No **Registro Paroquial**, de 1854, relativo à antiga Freguesia de São Bernardo, que cobria toda a região do atual ABC, há evidentes sinais de fraudes, embora nem tudo nele seja fraude. Só o domínio da história social e política da origem daquele **Registro** pode alertar o pesquisador para o que no que lê é de fato documento ou apenas falsificação. Os que se aproveitam de textos acabados e publicados de outros, de cujas análises foram depuradas anomalias como essas, acabam passando adiante como seu o que é trabalho alheio, muito mais no que não se vê do que o que pode ser visto e lido.

Na própria vetusta e consagrada **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, editada

no Rio de Janeiro desde o século 19, que teve entre seus membros alguns dos grandes nomes da historiografia brasileira, encontrei evidente falsificação em documento atribuído a Miguel Aires Maldonado ou envolvendo seu nome. Maldonado recebera do sogro, no que é hoje o ABC, sesmaria do século 16, onde criava gado, doando-a, depois, ao Mosteiro de São Bento, que ali fundou a Fazenda de São Bernardo em boa parte do que veio a ser o município de São Bernardo do Campo. Ao desfazer-se das terras, Maldonado já estava morando na cidade do Rio de Janeiro, rico senhor de engenho e destacado funcionário da Coroa. Tornou-se o povoador dos Campos de Goitacases, na região da atual cidade de Campos, no Estado do Rio. O documento falso, na **Revista** publicado como verdadeiro, narra, para justificar direitos sesmarias de supostos descendentes e herdeiros, a viagem exploratória de Maldonado àquela região. Identifiquei a falsificação ao perceber que o vocabulário e os objetos mencionados no documento não eram do século 17 e sim do século 19. Sobre o assunto publiquei um artigo na **Revista de Antropologia**, da USP [Cf. José de Souza Martins, "Um documento falso sobre a conquista do território dos índios Goitacá no século XVII", in *Revista de Antropologia*, Volume 39, nº 2, Departamento de Antropologia, - FLCHI/USP, 1996, p. 141-163]. Encontrei, depois, uma carta de Capistrano de Abreu em que menciona suas desconfianças em relação à autenticidade desse mesmo documento. Aliás, o historiador baiano Edison Carneiro, num livro sobre o quilombo dos Palmares, usou documento que imediatamente percebi ser uma falsificação feita, provavelmente, dado o estilo, pelo mesmo falsificador e na mesma época, que passou pelas mãos de um membro do Instituto Histórico.

Lendo as listas de população dos bairros rurais que constituíam, no século 18, o que veio a ser mais tarde a região do ABC e fazendo entre elas as confrontações necessárias nos sucessivos anos, descobri um outro tipo de fraude praticado pelo funcionário da Coroa responsável por ir ao campo, percorrer os bairros e as moradias, indagar, anotar e fazer o

detalhado rol da população. Havia desencontros de idades das mesmas pessoas em diferentes anos e não eram os desencontros do envelhecimento. Comecei a investigar os critérios que os arroladores adotavam para fazer suas listas. Finalmente descobri uma casual anotação à margem de uma delas, feita pelo funcionário: “Acabei de copiar às 10 horas da noite”. Em vez de fazer a pesquisa, ele copiava a lista de ano anterior, não produzindo, portanto, uma listagem atualizada da população presente na área. Era, justamente, o que eu desconfiava, a partir de repetições e também de modificações que pareciam descabidas, nos cabedais e nas idades dos moradores. Essa descoberta, compromete estudos de história quantitativa, especialmente a demográfica, quando os autores não tomaram o devido cuidado para interpretar os procedimentos e o próprio caráter do autor do documento. É o que se chama de avaliação crítica da documentação e das fontes. Essa avaliação depende fundamentalmente da formação profissional do pesquisador e autor. E muitas vezes até mesmo de sua erudição. Quem não as tem, tampouco tem condição de escapar das armadilhas frequentemente presentes nos documentos, como essas. Os problemas se repetem em outros planos. Na aula que dei durante a visita guiada aos cenários remanescentes da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu, do século 18, no último dia do 10º Congresso de História da Região do Grande ABC, em 6 novembro de 2009, pode ter parecido a muitas pessoas que dela participaram, que eu estava fazendo mera e divertida digressão sobre o passado, expondo mera coleção de curiosidades de almanaque. E não fazendo uma síntese de alguns minutos sobre meio século de trabalhosas investigações históricas. Durante longos intervalos de minha pesquisa, defrontei-me com o fio desatado da informação fragmentária e das informações dispersas. A identificação precisa da história daquele canal ajudou-me a situar informações históricas e reconhecer evidências documentais na própria topografia remanescente da antiga fazenda. Conheci os canais e nascentes de água do Tijucuçu quando era criança, nascido e morador a pou-

co mais de duas quadras do canal remanescente. Quando comecei a me dedicar à pesquisa sobre a história de São Caetano, em meados dos anos 1950, uma das primeiras coisas que fiz foi prestar atenção nos rios e nos córregos. Tendo trabalhado como menino de recados na Associação Comercial, por muito tempo tive que percorrer São Caetano inteiro, a pé, do centro da cidade a Rudge Ramos e do centro a Utinga. Rapidamente, identifiquei os córregos, até os que não constavam dos precários mapas disponíveis, numa época em que a ocupação dos terrenos ainda era rala e os acidentes geográficos estavam razoavelmente preservados.

Quando, ainda adolescente, fui trabalhar na Cerâmica São Caetano, período em que comecei a fazer a pesquisa histórica sobre o município. Foi quando ganhei um mapa do historiador João Baptista de Campos Aguirra, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que, num contato decorrente de sugestão de Affonso d’E. Taunay, eu eventualmente visitava nos sábados à tarde, em sua biblioteca-residência da Rua Líbero Badaró, depois de sair do trabalho, na Cerâmica, e ir para a Biblioteca Municipal de São Paulo, onde ficava até às 10h da noite. Era um mapa dos anos vinte, que cobre boa parte do território do ABC, no qual estão devidamente assinalados nascentes, córregos e rios de época anterior às grandes alterações sofridas na topografia e nos cursos de água. Foi ali que tive clareza, pela primeira vez, sobre a nascente e o curso do córrego Itinga, que atravessava a antiga fábrica, o que me permitiu, muito mais tarde, ao ler documentos do século 18, entender a questão das matas e confins da Fazenda de São Caetano e a incorporação, ao seu território, da Fazenda Boa Vista, cortada pela estrada desse nome, que veio a ser a Rua Visconde de Inhaúma, e que abrangia o que no município se tornou a Vila Gérti e a Vila Gisela. De modo que o mapa vivo de minha experiência juvenil de trabalhador precoce ganhou sentido histórico na documentação de arquivo que pude ler na época da pesquisa. Córregos, rios, valos e traçados de ruas, que eu conhecia de minhas andanças, eram mencionados na documentação an-

tiga, tinham data e idade e estavam referidos a eventos do que era de fato a história territorial da região.

A aula à beira do canal imundo, que ainda se pode ver na faixa da Eletropaulo, na Rua Alagoas, estava fundamentada na soma e no confronto crítico dessas informações reunidas ao longo dos anos. Basicamente, o estar atento à topografia dos espaços do meu cotidiano e a indagação, mesmo de senso comum, a respeito do lugar no tempo daquilo que eu via no espaço, agregaram informações à pesquisa que me permitiram não só ler os documentos, mas sobretudo ver através dos documentos e além dos próprios documentos.

Foi a articulação dessas informações fragmentárias com as informações topográficas da minha experiência de transeunte no município que me permitiu, depois de anos de busca, identificar os remanescentes de velhos caminhos do mar, um dos quais definitivamente inscrito no traçado das ruas da cidade e que é também o mais antigo Caminho do Mar registrado na documentação paulista, o do século 16. [Cf. José de Souza Martins, "Vestígios de um velho Caminho do Mar, do século XVI, nas ruas de São Caetano", in **Sancaetanense Jornal** (edição especial), ano V, nº 227, São Caetano do Sul, 25 de julho de 1987, p.12]. Essa descoberta torna possível ler de modo novo as referências que nas Atas da Câmara de São Paulo, dos séculos 16 e 17, são feitas ao que era então chamado de Caminho Velho do Mar e, também, ao então chamado Caminho Novo do Mar. Informação que nos traz para perto da provável localização do povoado da antiga e extinta (em 1560) vila de Santo André da Borda do Campo.

Não é menos complicado o que ocorre com a chamada "história oral", um terreno da historiografia que encontra justas resistências entre pesquisadores, e não só historiadores, pela imensa carga de subjetividade que há nos depoimentos. A familiaridade com a sociologia, a antropologia e psicologia é indispensável para que o pesquisador, na coleta dos depoimentos, faça a competente crítica da narrativa no próprio ato da narração. A descabida e difundida concepção de que o relato oral faz de quem

fala testemunha válida de ocorrências do passado relativamente recente vem saturando a historiografia ingênua de fantasias e deformações. Esses depoimentos falam do que o depoente acha que viu e acha que aconteceu, sobretudo porque geralmente preenche os vazios da narrativa com dados imaginados. Ele sabe que seu relato tem que ter coerência, mesmo que ele não seja propriamente o conhecedor da coerência e do significado que o fato teve no momento de sua ocorrência. Ele geralmente viu e testemunhou apenas a exterioridade do fato na sua manifestação visível e dele reteve impressões construídas com base nos parcos e deformados critérios do seu senso comum. Sem a mediação interpretativa de uma sociologia do conhecimento de senso comum esses depoimentos são completamente inúteis porque não estão situados na matriz lógica que lhes dá sentido e que permite conhecer tanto a informação que neles há quanto a desinformação que inevitavelmente carregam, tanto a lembrança quanto o esquecimento.


Só o pesquisador munido do instrumental apropriado, contido no corpo teórico daquelas três disciplinas, além do contido na própria História, como disciplina científica, tem condições de situar deturpações e fazer indagações apropriadas aos seus depoentes. Sobretudo, precisa ele conhecer os critérios do senso comum e o método, nele contido, de criação do imaginário em circunstâncias determinadas e em relação a temas determinados, o chamado etnométodo. Sem conhecer o sistema cultural de proibições e de permissões, o material coletado dirá pouco ou nada sobre a realidade que se pretende investigar, reconstituir, conhecer e interpretar. Na técnica da história oral importa muito mais colher evidências do que está sendo esquecido do que aquilo que está sendo lembrado, para que o lembrado possa ser situado, isto é compreendido no objetivo processo social e histórico que lhe dá sentido. A História está muito longe de ser uma reportagem sobre o passado e mais longe ainda da validade da nostalgia como documento em si do que quer que seja. A nostalgia não tem uma legalidade própria, porque a tem nas

mediações que a explicam, embora, enquanto evidência de um sentimento de perda e distanciamento, indício de uma consciência da temporalidade social, possa e deva ser tratada como documento de uma época: a época da lembrança nostálgica e não a época da ocorrência que lhe serve de referência! O presente de quem depõe e não o passado.

Os problemas começam no próprio caráter interativo da entrevista. Mesmo que o pesquisador treinado se porte com a rigidez própria da chamada neutralidade ética, sabe que o entrevistado estará, todo o tempo, buscando evidências não verbais, emanadas do entrevistador, de informações que interpretará e que condicionarão ou orientarão suas respostas. O entrevistador despreparado não terá o menor controle sobre o processo interativo com o entrevistado. Poderá coletar uma imensa quantidade de informações subjetivas que não terão o menor valor na interpretação histórica, embora possam ser folcloricamente interessantes e “reveladoras” de fatos não sabidos, não raro irrelevantes porque descontextualizados.

Já demonstrei, num dos capítulos do meu livro *Subúrbio*, sobre a vida cotidiana em São Caetano, que a placa comemorativa da chegada dos fundadores italianos do Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877 e início de 1878, contém erros e omissões porque a

lista que estampa não se baseou em documentos, mas na memória de umas poucas pessoas. Quando consegui fazer o rol oficial dos imigrantes assentados na Colônia, como era chamada, foi possível descobrir que o autor da lista, o jornalista Renato Bellucci, que trabalhava num jornal italiano de São Paulo, com base em esparsas lembranças de moradores, fez sua listagem seguindo a numeração dos lotes urbanos, localizados no que vieram a ser a Rua 28 de Julho e a Rua Rio Branco. Mas moradores de São Caetano haviam desistido de seus lotes, que foram repassados a outras pessoas, de modo que nem todos os assentados originais podiam ser conhecidos, a não ser através da documentação escrita e não através da “história oral”. Mesmo os que foram seus vizinhos nos anos iniciais deles não se lembraram.

Essas indicações sugerem a cautela crítica e fundamentada não só na pesquisa original, mas também na assimilação e uso de obra alheia, para que o que pede tempo e paciência, formação adequada e competência, não se banalize numa historiografia de cópia e nos erros a que toda a cópia está sujeita. 

¹ - Publicado em O Estado de S. Paulo [Caderno Metrópole], segunda-feira, 21 de dezembro de 2009, p. C8.

(*) **José de Souza Martins** nasceu e se criou em São Caetano do Sul. É Sociólogo, com bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo, de que se tornou Professor Titular de Sociologia, com distinção e louvor. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Professor-visitante da University of Florida (EUA, 1983); e da Universidade de Lisboa (2000). Professor da Cátedra Simon Bolívar, da University of Cambridge e “fellow” de Trinity Hall (Inglaterra, 1993/94). Pesquisador Nível I-A do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Cidadão Emérito de São Caetano do Sul (1996). Sobre São Caetano do Sul e o ABC, publicou os seguintes livros: 1. São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História, Rotary Club, São Caetano do Sul, 1957; 2. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973; 3. A Escravidão em São Caetano (1598-1871), Coedição da Associação Cultural Recreativa e Esportiva Luís Gama, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Caetano do Sul e do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul (SP), 1988; 4. A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império, Coedição da Pastoral do Negro - Quilombo Regional do ABC e do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Bernardo do Campo (SP), 1988; 5. Subúrbio (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha), Coedição Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul (SP), 1992 [Prêmio Jabuti 1993 de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro]; 2ª edição: Editora Hucitec/Editora da Unesp, São Paulo, 2002; 6. Diário de Fim de Século (Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no Século XIX), Fundação Pró-Memória, São Caetano do Sul, 1998; 7. A Sociabilidade do Homem Simples (Cotidiano e História na Modernidade Anômala), (1ª edição: Hucitec, 2000), 2ª edição-1ª reimpressão, Editora Contexto, São Paulo, 2008; 8. O Imaginário na Imigração Italiana, Fundação Pró-Memória, São Caetano do Sul (SP), 2003; 9. A Aparição do Demônio na Fábrica (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário), Editora 34, São Paulo, 2008 [Prêmio Jabuti 2009 de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro]; 10. José de Souza Martins, Coleção “Artistas da USP”, Edusp, São Paulo, 2008. Prêmios: Prêmio “Érico Vannucci Mendes” - 1993, do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência pelo conjunto da obra; Prêmio Jabuti 1994 de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro pelo livro A Chegada do Estranho [Editora Hucitec, S. Paulo, 1993], como Melhor Livro da Categoria de Ciências Humanas, de 1994; Prêmio a Pesquisador/2002, Fundo Bunka de Pesquisa-Banco Sumitomo Mitsui/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 3 de outubro de 2002; Prêmio Florestan Fernandes 2007, da Sociedade Brasileira de Sociologia, Recife, 28 de maio de 2007. Assessor especial do Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, para a questão do trabalho escravo e do trabalho infantil (2002); representante do Presidente da República e coordenador na comissão interministerial que, na Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, preparou o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e ao Trabalho Infantil (2002). Membro do Conselho de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, em Genebra, convidado pelo Alto Comissário de Direitos Humanos e nomeado pelo Secretário Geral da ONU (1996 a 2007).

Lajotas do século XVIII, na parte interna da vitrine arqueológica. Foto de 31 de março de 2010



BAIRRO FUNDAÇÃO: UM EMARANHADO DE TEMPOS, ESPAÇOS, VESTÍGIOS E MEMÓRIAS

Cristina Toledo de CARVALHO ()*

No Bairro Fundação, há grande concentração de vestígios e evidências de períodos variados da história de São Caetano do Sul. Lá, estão presentes desde exemplares de materiais arqueológicos alusivos à antiga Fazenda Beneditina de São Caetano até construções do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, o templo da atual Paróquia São Caetano (a popular Matriz Velha), o Palacete De Nardi (sede do Museu Histórico Municipal), as ruínas das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e o Cine Central, que teve sua fachada preservada e restaurada.

Além dessas edificações, encontram-se também no bairro vestígios que remontam ao século XVI. Trata-se das ruas Mariano Pamplona, Maximiliano Lorenzini, Rio Branco, Herculano de Freitas, Luigi D'Agostini e Perrella, cujos traçados irregulares constituem remanescentes de um antigo caminho do mar, do século XVI: o Caminho Velho do Mar, assim chamado para diferenciá-lo de um outro caminho aberto também no século XVI, o Caminho Novo, também conhecido como Caminho do Padre José, numa referência ao jesuíta José de Anchieta, um dos designados para abri-lo. O remanescente mais provável desse último caminho é a Estrada das Lágrimas, em São Caetano, conforme atestam os trabalhos de pesquisa de José de Souza Martins acerca do assunto. Nos artigos intitulados *O Bair-*

ro de São Caetano no censo de 1765, A formação do espaço regional do Tijucuçu e de São Caetano, e Vestígios de um Velho Caminho do Mar, do século XVI, nas ruas de São Caetano, publicados, respectivamente, nas edições de número três e cinco da Revista Raízes, e na edição do dia 25 de julho de 1987 do Sancaetanense Jornal, o professor Martins exhibe uma lista de nomes de vias públicas da cidade que foram pontos de passagem de tropeiros para o litoral. Além destes, outros sujeitos históricos, como indígenas, escravos negros e mestiços estiveram nessas ruas. "Pés descalços deixaram marcas no chão. Os passos ainda ecoam para quem quiser ouvi-los. Os caminhos estão aí para quem quiser percorrê-los."¹

José de Souza Martins é também autor de vasta e minuciosa pesquisa sobre o período histórico concernente à presença dos monges beneditinos na localidade. Proprietários da Fazenda de São Caetano (anteriormente denominada Fazenda do Tijucuçu e, depois, Fazenda de São Caetano do Tijucuçu), formada a partir das doações de terra realizadas pelos bandeirantes Duarte Machado e Fernão Dias Paes, em 1631 e em 1671, além de algumas incorporações efetuadas nos séculos XVIII e XIX, esses religiosos comandaram, por mais de duzentos anos, na região, empreendimentos que iam desde a atividade agrícola e de criação de gado até a produção oleira e

cerâmica, base da economia da mencionada fazenda e uma das principais fontes de renda da comunidade beneditina de São Paulo.

O território da Fazenda de São Caetano extrapolava os limites do atual município de São Caetano do Sul, uma vez que se situava, no sentido leste-oeste, entre o Córrego do Moinho Velho ou Córrego Ressaca, o qual passava ao lado da General Motors e, hoje, encontra-se canalizado, e o Ribeirão do Moinho Velho, em São Paulo. No Bairro Fundação, mais precisamente ao redor da Matriz Velha, desenvolveu-se o centro vital da fazenda, pois foi, ao longo desse espaço, que os beneditinos instalaram a casa grande, a olaria e a pequena capela em louvor a São Caetano, cuja construção ocorrera entre 1717 e 1720.

Praça Ermelino Matarazzo: espaço de memórias conflitantes

No dia 6 de novembro de 2009, durante os trabalhos do 10o. Congresso de História do Grande ABC, realizado em São Caetano, o professor José de Souza Martins, com base nos longos anos de pesquisa a respeito do tema, junto a conjuntos documentais situados em arquivos históricos do Brasil e de Portugal, proferiu uma aula acerca da presença beneditina, na cidade, enfocando as estruturas e os mecanismos articuladores das relações sociais na Fazenda de São Caetano, bem como aspectos de seu cotidiano. A Praça Ermelino Matarazzo foi o local da realização do evento. O espaço não poderia ter sido outro, levando em consideração que nele se desenrolou parte das múltiplas experiências vivenciadas pelos religiosos da Ordem de São Bento, administrados (indígenas), escravos, mestres oleiros e feitores. Neste sentido, o professor trouxe à tona um emaranhado de tempos, espaços e memórias, escavando as camadas do esquecimento que os encobriam, como que na prática de uma *arqueologia social*, para aplicar um termo utilizado pela historiadora Maria Izilda Santos de Matos.²

Num setor da Praça Ermelino Matarazzo, bem perto do local onde o professor Martins fez

Fotos/Antônio Reginaldo Canhoni



Templo da Paróquia São Caetano, a popular Matriz Velha, patrimônio histórico do Bairro Fundação. Foto de 31 de março de 2010

suas explanações, está a vitrine arqueológica, na qual se encontra uma estrutura de lajotas perfiladas, do século XVIII, que servira de apoio para um piso da capela da Fazenda de São Caetano. Considerado o principal testemunho da pesquisa em Arqueologia Histórica, iniciada em 1991 e resultante de um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, tal material foi evidenciado juntamente com outros vestígios, tais como fragmentos de cerâmica (bordas, bojos, cachimbo e restos de lajotas e telhas), louça branca (simples e decorada), porcelana, faiança, vidro (gargalo de garrafas e frascos com marca), metal (cravo, ponteira e prego) e tijolos de diversas dimensões, dos quais, alguns exemplares apresentam siglas com iniciais dos nomes de seus fabricantes.

Realizada na Praça Ermelino Matarazzo, a escavação arqueológica foi organizada com o propósito de “analisar e estudar em detalhes os testemunhos (vestígios) encontrados na pesquisa, a fim de contribuir com novos elementos para conhecimento da história (...) do Município.”³ Materiais arqueológicos, bem como outras categorias de objetos e fontes históricas, como a iconografia, os registros

orais, a literatura, a imprensa, etc, com a ampliação da noção de documento histórico, em decorrência de uma série de esforços do movimento dos Annales no sentido da produção de uma historiografia distinta da positivista, ingressaram no universo da pesquisa histórica, concedendo-lhe amplitude e novas perspectivas teóricas e metodológicas, o que criou condições para a emergência de novos temas e sujeitos.

Jacques Le Goff alerta que “este alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira *revolução documental*.”⁴ A partir dessa revolução e do avanço da informática, observou-se o desenvolvimento da história quantitativa, fundada em dados e estatísticas. Diante dessa situação, a noção de documento volta a ser discutida e a necessidade de armazenamento e manejo documental em bancos de dados se impõe. Nesse contexto, verificou-se a valorização da memória coletiva e sua consequente transformação em patrimônio cultural.

Le Goff destaca também a necessidade de se submeter o documento a uma crítica radical, não devendo, portanto, os historiadores se contentarem com esta constatação da revolução documental, a



Praça Ermelino Matarazzo, em foto de 31 de março de 2010



Aspecto externo da vitrine arqueológica, na Praça Ermelino Matarazzo, em foto de 31 de março de 2010

partir de um prisma estritamente técnico. Vale ressaltar que os documentos expressam sujeitos, bem como interesses e forças que os moveram no momento da produção documental. Toda essa intencionalidade não se encontra apenas no ato de elaboração, mas também no processo de preservação, divulgação e difusão dos documentos. Logo, “não existe um documento objetivo, inócuo, primário. (...) O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.”⁵

Após tais considerações teóricas, o retorno às discussões sobre o Bairro Fundação faz-se necessário. Nas proximidades da vitrine arqueológica, mais precisamente na fachada da chamada Matriz Velha encontra-se uma placa de mármore que fora colocada, em 1927, para celebrar o cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao então Núcleo Colonial de São Caetano, em 28 de julho de 1877. Fruto da iniciativa dos filhos desses primeiros imigrantes e da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, a placa em questão apresenta uma lista incompleta de nomes e inscrições ideológicas destinadas a atribuir o mito do herói fundador ao imigrante italiano, como se a localidade não apresentasse um

processo histórico anterior e que, somente a partir da chegada do imigrante, essa história começaria a ser escrita numa página em branco, conforme expõe José de Souza Martins, no livro *O Imaginário na Imigração Italiana*: “(...) o que cada documento menciona do passado, do tempo e da realidade anteriores à chegada do imigrante, ganha sentido ou não a partir do destaque da *concepção do herói fundador*, representado pelo imigrante (...) É que a lógica da página em branco impõe a necessidade de negar como História tudo que antecede o advento do herói fundador.”⁶

Naquele livro, mais precisamente em seu capítulo 2, intitulado *Cartas do purgatório dos pobres – O imaginário da imigração italiana em São Paulo no século XIX* (p.55-83), José de Souza Martins, ao analisar o teor do texto impresso na referida placa, faz um trabalho de desconstrução da memória ali posta e constituída, a qual se manifesta a partir dos seguintes dizeres:

*Aos destemidos precursores
que
das itálicas terras
A estas regiões aportados
Com indômita pujança
Abriram o caminho
Ao hodierno progresso*



Placa de mármore, no frontispício da Paróquia São Caetano (Matriz Velha). Constitui-se numa das principais representações da teoria triunfalista da história de São Caetano. Foto de 31 de março de 2010


A placa de mármore, enquanto representação de uma teoria triunfalista da história de São Caetano, choca-se, por meio de sua intencionalidade de sustentar e propagar o mito do herói fundador junto não só às gerações daquele ano de 1927, como também às gerações posteriores, aos vestígios e evidências do período anterior ao da formação do Núcleo Colonial de São Caetano, os quais se encon-

tram na vitrine arqueológica, citada anteriormente. Essa situação de conflito de memórias não se estagna no período da fundação do Núcleo Colonial, uma vez que se estende também ao processo histórico posterior. Ao lado da Matriz Velha, na Rua Mariano Pamplona, estão as ruínas da seção de rayon das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Um dos símbolos da industrialização sancaetanense, já a partir da primeira metade do século passado, o Grupo Matarazzo empregou, naquele seu setor de produção, como, evidentemente, nos demais implantados na cidade, não só imigrantes italianos e seus descendentes, mas também membros de outras etnias e ainda migrantes de regiões como o Nordeste, Minas Gerais e Paraná, que, assim como os imigrantes italianos, escolheram São Caetano como espaço de moradia, trabalho e outras experiências sociais. Daí a importância desses outros sujeitos serem igualmente incorporados pela historiografia local, tendo em vista a produção de outras histórias, distintas da interpretação veiculada pela historiografia tradicional, que atribui ao imigrante italiano o papel de “fundador” da cidade e de legitimador do processo histórico que se desenrola após sua chegada, em detrimento da participação de outros agentes sociais na constituição da localidade.

Neste sentido, é importante que se abra um parêntese para considerar que a preocupação com a escrita de novas histórias que rejeitam uma historiografia “que se propõe como única versão autorizada dos acontecimentos e que produz a invisibilidade e a inaudibilidade dos dissidentes – daqueles que protagonizam as outras histórias,”⁷ mobilizou um grupo de professoras do Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC/SP em torno do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad/Capes, entre 2001 e 2004. Sob a coordenação do Núcleo de *Estudos Cultura, Trabalho e Cidade*, da PUC/SP, o projeto Procad, que agregou também pesquisadores de outros programas de pós-graduação de âmbito nacional e assumiu a denominação de *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*, tinha como problemática central as discussões acerca das relações entre memória social e história. “Ao

definirmos a memória como campo de nossa reflexão e diálogo, apontávamos a existência de um campo social onde memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana, o que nos colocou o compromisso de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes”⁸, afirma aquele grupo de professoras.

Partindo dessas considerações, o Bairro Fundação, enquanto um emaranhado de tempos, espaços, vestígios e memórias, pode ser considerado um ponto da cidade para onde convergem memórias hegemônicas e alternativas. A Praça Ermelino Mata-

razzo e as demais áreas do entorno da Matriz Velha materializam essa convergência por meio de suas evidências históricas conflitantes. Elas se constituem num convite à reflexão, na medida em que se impõem como um documento/monumento a ser lido, analisado, criticado e decifrado pelo pesquisador, na busca por uma escrita da história de São Caetano pautada pelo compromisso com a desmistificação e a problematização, elementos essenciais para a desconstrução e a reconstrução de interpretações e versões existentes sobre processos e conjunturas históricas da cidade. 



Rua Mariano Pampolona, remanescente do Caminho Velho do Mar, do século XVI. À esquerda, o muro da unidade rayon, das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Foto de 31 de março de 2010



Símbolo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na parte externa do muro da unidade rayon. Foto de 31 de março de 2010

As informações abaixo se encontram na placa que está sobre a vitrine arqueológica, na Praça Ermelino Matarazzo, e se referem à pesquisa histórica de José de Souza Martins a respeito da capela dedicada a São Caetano, construída pelos monges beneditinos entre 1717 e 1720, na então Fazenda do Tijucuçu.

**RUÍNAS DA CAPELA DE
SÃO CAETANO DA FAZENDA DO TIJUCUÇU,
DO MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA D'ASSUNÇÃO
DA ORDEM DE SÃO BENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Edificada entre 1717 e 1720, a Capela foi amplamente reformada e ampliada em 1772, que é de quando data o piso aqui descoberto. Consta-va de capela-mor, nave, coro, púlpito, pia batismal, fabricada aqui mesmo em São Caetano, e sino. Era pintada de branco, com portas e janelas vermelhas. Internamente, continha o forro pinturas de cenas religiosas e decoração a ouro. No piso havia túmulos revestidos de lajotas brancas, separados uns dos outros por lajotas vermelhas compridas, de fabricação local. Foram seus construtores, em 1772, o mestre pedreiro Francisco Álvares das Chagas e os mestres carpinteiros Francisco Martins e Francisco Xavier da Cunha.

O frontispício, com 1 metro de espessura sobre alicerce de pedra de 6,60 metros de altura, e torre de 11 metros, teve pórtico de estilo neoclássico concebido e construído em 1773 pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, do Real Corpo de Engenheiros, e é o mesmo, do referido arquiteto, que foi projetado para a Igreja da Cruz dos Militares, da cidade do Rio de Janeiro, tal como lá existe até hoje.

Foi utilizada como capela do Núcleo Colonial de São Caetano, fundado em 28 de julho de 1877 por imigrantes italianos originários do Vêneto, até 1900, ano de sua demolição para dar lugar ao templo atual.

(...)

Pesquisa histórica e texto de
José de Souza Martins
São Caetano do Sul, Julho de 1993



¹ MARTINS, José de Souza. Vestígios de um Velho Caminho do Mar, do século XVI, nas ruas de São Caetano. *Sancaetanense Jornal*, São Caetano do Sul, ano V, p.12, 25 jul. 1987.

² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. Bauru: Edusc, 2002, p.36.

³ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, MUSEU PAULISTA. *Relatório da Pesquisa Arqueológica Histórica Industrial, Bairro da Fundação, São Caetano do Sul*. São Paulo, maio 1997, p.1.

⁴ LE GÖFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: BORGES, Suzana Ferreira; FERREIRA, Irene; LEITÃO, Bernardo. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p.540-541.

⁵ *Ibidem*, p.545.

⁶ MARTINS, José de Souza. *O Imaginário na Imigração Italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003, p. 72-73.

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, maio 2004, p.7.

⁸ *Ibidem*, p.6.

(*) Cristina Toledo de Carvalho, historiadora, supervisora do Museu Histórico Municipal e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da PUCISP

INAUGURA-SE O MUSEU MUNICIPAL

Acervo Ademir Médici (Diário do Grande ABC)

*Artigo publicado em
jornal, no dia 17 de
setembro de 1960, fala
sobre a inauguração do
Museu Histórico*

No proximo sabado, dia 23, às 16 horas será inaugurado o Museu Municipal de SCS, à rua Baraldi n.º 929.

Será aberta na ocasião, à visitação publica, apenas a exposição de quadros famosos pertencentes à Pinacoteca do Estado, feita em colaboração com o Serviço de Fiscalização Artistica da Secretaria de Governo.

O descerramento da placa inaugural e o corte da fita serão feitos pelo sr. Osvaldo Samuel Massei, Prefeito Municipal, e pelo sr. Marcio Ribeiro Porto, Secretario de Governo.

A exposição ficará aberta ao publico, nos dias uteis, das 14 às 21 horas e aos domingos das 9 às 12 horas, no periodo de 23 a 31 do corrente. Após, será montada a exposição permanente do

9 de
1932
vivo
men
fora
exist
merc
fora

cujo
quer
mod
das;
meir
ou e
dete
diári
seus
com
caso
exer
que

MUSEU HISTÓRICO COMPLETA 50 ANOS NO RESGATE DA MEMÓRIA DA CIDADE

Jô Sperate FIGUEIREDO

O verdadeiro tesouro de uma Nação está em como ela preserva sua história. As memórias e raízes de um povo se consolidam por intermédio dos livros e das peças e documentos resguardados em museus. É notável a importância que governos estão dando aos museus. São Caetano do Sul potencializa essa filosofia de preservação da história, da memória e das lembranças, e assina: Museu Histórico Municipal.

Dia 23 de julho de 1960, o então prefeito municipal Oswaldo Samuel Massei, inaugura o Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul, na época situado à Rua Baraldi esquina com a Rua Rio Grande do Sul. Hoje, esse marco da cidade e patrimônio da sociedade sancateanense completa Jubileu de Ouro. São 50 anos de trabalho pela preservação histórica, com inúmeras atividades e exposição de um acervo significativo de objetos que resgatam a herança material do desenvolvimento da cidade. Algum tempo depois de sua inauguração, o Museu foi transferido para o Bosque do Povo, no Bairro São José, e em 1988 passou a funcionar no Palacete De Nardi, construído para ser residência da tradicional família de imigrantes italianos, que chegou a São Caetano em 28 de julho de 1877 e participou ativamente do crescimento da cidade. O palacete fica à Rua Maximiliano Lorenzini, Bairro Fundação, palco do início da história de São Caetano do Sul.

Mas, infelizmente nem todos os anos de vida do nosso Museu se resumem às festividades e exposições. O Museu, após sua inauguração, permaneceu aberto por pouco tempo. Por cerca de 20 anos suas portas ficaram fechadas. Mas, alguns historiadores contam que a validade de datas, para as devidas comemorações, deve ser marcada pelo dia oficial de sua inauguração, ou seja, a idade do Museu conta a partir de 1960 e descarta o período que manteve suas portas fechadas.

Independente de datas e comemorações, não podemos nos furtar do imprescindível valor que tem a cidade em poder contar com um Museu só seu. Um cenário criado especificamente para abrigar pertences históricos do município é de um privilégio tão grande, que as datas de abertura, fechamento e reabertura contam pouco.



Reinauguração do Museu Histórico com o então prefeito Raimundo da Cunha

Jubileu de Ouro vale pela ideia, pelo valor, pelo reconhecimento da atual administração em reconhecer que cultura e memória são indispensáveis para definirmos a linha do tempo do desenvolvimento e progresso da cidade, de seu povo, de toda participação individual do cidadão sancateanense. Atualmente, o Museu Histórico Municipal fica sob o comando da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Conta com um cronograma de atividades, reunindo o que já vem sendo exposto com novas exposições de acervos temáticos. Essas atividades reúnem objetos históricos não só de São Caetano, mas também da região e do País.

Acervo

O acervo do Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul é formado por mais de cinco mil objetos pessoais, ferramentas de trabalho, quadros com pintura de artistas da cidade, utensílios domésticos, peças de vestuário, quadros com fotos dos pioneiros da colonização, peças sacras, móveis e objetos das olarias e cerâmicas e muito mais, o que torna a visita ao Museu uma viagem inesquecível e bastante atraente ao público das mais diversas idades.

Parte do acervo fica em exposição permanente. Para as escolas que visitam o espaço em grupos, é preparada uma palestra especial, uma verdadeira aula de história, uma viagem no tempo da fundação de São Caetano do Sul.

INAUGURADO O MUSEU MUNICIPAL DE SCS

Presentes altas autoridades estaduais — Grande afluência de público. Média de 260 visitas diárias



Procedeu-se sábado, às 16 horas, à inauguração das instalações do Museu Municipal, à rua Baraldi 929, em SCS. Estavam presentes à solenidade o Prefeito Osvaldo Massei, o dr. Persio Ribeiro Porto, representante do Secretario do Governo, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de Diadema, o prof. Gomes Cardim, Diretor do Serviço de Fiscalização Artística, o Prof. Tulio Mugnaini, Diretor da Pinacoteca do Estado. (As instalações do Museu

abrigam inicialmente uma exposição de quadros pertencentes à Pinacoteca Circulante do Estado, montada pelo sr. Silvio Benedetti.

Desde sábado, às 16 horas, até quinta-feira às 22 horas, o Museu já havia recebido mais de 1.600 visitas, o que dá a média superior a 260 visitantes diários.

A exposição de quadros encerra-se hoje às 18 horas, iniciando-se a visitação às 14 horas.

Artigo publicado em jornal, no dia 31 de julho de 1960, relata o momento da inauguração

O idealizador

A concepção do Museu partiu da idealização do renomado professor José de Souza Martins. Escritor, sociólogo, mestre e doutor reconhecido mundialmente, soube valorizar o teor histórico da cidade. Desde o início, o professor Martins reconheceu que sediar parte da memória da cidade em um Museu seria relevante para resguardar a história cultural e econômica sancaetanense.


O jovem empreendedor desenvolveu com inteligência seu posto de encarregado do Museu. Foi reverenciado por acadêmicos, historiadores e imprensa. O jornal O Estado de São Paulo, de 8 de setembro de 1960, cita o nome do professor e o destaca como historiador e grande responsável pela organização do Museu.

Esse reconhecimento veio também, por in-

termédio do então vereador Urames Pires dos Santos com a entrega ao professor Martins de uma telha fabricada em 1912 pela Cerâmica Privilegiada, depois Cerâmica São Caetano.

Para quem não sabe, o professor José de Souza Martins sempre soube valorizar sua terra de origem. Aos 17 anos realizou uma pesquisa que resultou em seu primeiro livro: São Caetano do Sul em IV Séculos de História.

Primeiras Doações

Segundo pesquisa do jornalista Humberto Domingos Pastore, desde o início, antes mesmo da sua inauguração, o Museu recebeu doações significativas, como as peças doadas por Maria Scaglia e pelas famílias Perrella e Martorelli. Faziam parte do acervo destas doações fotográficas das primeiras décadas do século, feitas por Scarazzato e João Scaglia Junior; um exemplar do livro *Pagine di Verità e di Vita*, de Renato Belluci, editado em 1917, que relata a história de São Caetano; documentos emitidos pela Prefeitura de São Bernardo; planta e desenho de uma casa em São Caetano, de 1913; carta de habilitação da condutora de veículos Luíza Scarazzato; fotos da Estação da Luz, de 1911; tijolo de 1889, fabricado por Silvério Perrella & Cia.; tijolo de 1906, da Olaria JDC, e um terceiro tijolo de 1905, da Olaria T.de Nardi. 

Fevereiro de 1958

Vereador Urames Pires dos Santos apresenta à Câmara Municipal de São Caetano do Sul indicação para a criação de um museu municipal.

Outubro de 1959

A Câmara Municipal de São Caetano do Sul aprova a segunda indicação, desta vez elaborada pelo então vereador Hermógenes Walter Braido solicitando ao prefeito Oswaldo Massei que estudasse a possibilidade de criação de um museu.

Novembro de 1959

Decreto 716 cria o Museu Municipal.

Maiο de 1960

Encerram as reformas de adaptação da sede do museu, à Rua Baraldi, 929. Com vitrinas desenhadas por Milton Montelli.

Julho de 1960

Dia 23, é inaugurado o Museu Municipal de São Caetano do Sul, como parte dos festejos do 83º aniversário de fundação da cidade.

VALE A PENA VISITAR:

o Museu Histórico fica à Rua Maximiliano Lorenzini, 122, Bairro Fundação. Fica aberto de segunda a sexta, das 8h às 17 horas. Aos sábados das 9h às 15 horas.

60 ANOS DE HISTÓRIA OS VELHOS E NOVOS TEMPOS DA ESCOLA ESTADUAL CORONEL BONIFÁCIO DE CARVALHO

Acervo/Fundação Pró-Memória



Dois momentos da E.E. Coronel Bonifácio de Carvalho, ambas fotografadas do mesmo ângulo, na esquina da Avenida Dr. Augusto de Toledo com a Rua Antonio Bento. A de cima, da década de 1960 e a de baixo, da década de 1980.

Os Velhos Tempos

No dia 1º de março de 2010, a Escola Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho completou 60 anos de atividades educacionais. Esses anos se tornaram inesquecíveis para toda a população de São Caetano do Sul que acompanhou e acompanha a sua história.

Para todos que por ali passaram, sobram histórias de diretores, professores, alunos, formaturas e seus bailes, grêmios, suspensões, provas, amores... Enfim, cada aluno ou professor tem várias lembranças nostálgicas para nos contar, sempre com um “quê” de saudade, uma vontade de voltar ao tempo de juventude, ao dia-a-dia dos bancos escolares.

Nem sempre a EE Bonifácio de Carvalho esteve no local de funcionamento de hoje. O antigo Ginásio Estadual foi criado pelo Decreto 19.210-R, de 1º de março de 1950. O então prefeito Ângelo Raphael Pellegrino contribuiu muito, politicamente, para a criação do curso.

Foi instalado em 1º de abril de 1950, provisoriamente, nas dependências do Grupo Escolar Senador Fláquer, à rua Heloísa Pamplona, no Bairro Fundação. Após as provas de admissão, em maio, iniciou o seu funcionamento em 1º de junho de 1950, comportando no local apenas o período noturno, das 18:30h às 23:30h. Ali, funcionaram as três primeiras séries, totalizando cerca de 400 alunos.

Em janeiro de 1954, colaram grau 50 formandos (os ginasianos de 1953, a primeira turma) no Cine Urca, comemorado depois com um grande baile de formatura no Clube Comercial, abrilhantado pela Orquestra Copacabana.

Os primeiros professores foram: Seigné de Souza Lemos, Aimé da Silveira, Carlos Galante, Lili Gattáz, Maria Henriqueta Fonseca França, Moena Castanha, Joaquim de Oliveira Filho, Lélia Castro Nogueira, Newton Figueiredo e Fausto Antão Fernandes.

Na medida dos seus limitados recursos e enfrentando toda série de dificuldades, ainda assim, levaram em frente diversas atividades que concorreram para melhor eficiência do ensino, bem como,

Acervo/Fundação Pró-Memória



Formatura das novas professoras primárias, do então Colégio Estadual e Escola Normal Cel. Bonifácio de Carvalho, no momento ouvindo atentamente as palavras do paraninfo, Raymundo Barbosa Netto. Início da década de 1960.

participação em comemorações cívicas, exposições e projeções de filmes. Destacaram, também, a parte recreativa e social, inclusive, organizando “saraus” dançantes na sede do Clube Comercial, em prol de suas formaturas.

Neste local, o Ginásio do Estado funcionou durante oito anos e meio, sempre em regime noturno. Restava, agora, pensar na construção de um novo prédio próprio. O terreno na Avenida Goiás já havia sido doado ao Estado, pela municipalidade.

O novo prédio foi edificado pela própria Prefeitura, gestão do então prefeito, Anacleto Campanella. Foi construído um grande e imponente edifício, onde iniciou as atividades, a partir de 1º de março de 1958. Foi instalado nessa mesma data o Colégio. Ainda durante o mesmo ano, a partir do dia 19 de março, foi também instalada a Escola Normal Estadual, que funcionou anexa ao Colégio.

Com o novo prédio, ocorreu um grande desenvolvimento quanto ao número de alunos e, conseqüentemente, quanto ao número de classes e de professores. De 350 alunos matriculados no antigo Grupo Escolar Senador Flaquer, passou, em menos de um ano, a aproximadamente 1240. De oito classes, passou para 32 e de 16 professores, para um pouco mais de 45.

O novo estabelecimento possuía salas especiais para Trabalhos Manuais, Química, Física e História Natural. Foram feitos vestiários com chuveiros e outras instalações para Educação Física, quadras modernas de bola ao cesto e voleibol. Em 1958, o Colégio Estadual abrangia diferentes atividades extracurriculares, como o “Órgão de Cooperação Escolar”, dirigido pelos pais dos alunos; a Biblioteca; o Grêmio Estudantil “28 de Julho”, com sede própria; auditório; Clube de Inglês “Evening Saturday Club”; Clube de Português “Silveira Bueno; Imprensa Escolar, representada pelo jornal mensal, gratuito, “O Archote”.

O primeiro diretor-fundador foi José Teixeira Gonçalves, professor de Geografia e História no colégio, durante 18 anos.



Diretor-Professor Carmelo Crispino. Década de 1970.

Os Novos Tempos

Em tempos mais recentes, a figura marcante do “Bonifácio” que merece ser destacada, é a do professor Carmelo Crispino, que tomou posse em 1967 na direção do estabelecimento. Era um educador idealista, dinâmico e com larga experiência pedagógica. Com o professor Carmelo, conquistou-se a ampliação da estrutura do prédio, agora abrangendo a Avenida Dr. Augusto de Toledo.

Hoje, a E.E. Coronel Bonifácio de Carvalho está sob a direção de Roseli Oliveira Furlan e das vice diretoras Marli Soéli da Silva e Marli Tobias e o Ensino Fundamental, sob a Coordenação de Cleide Ferraro Castardo e Marli Kugler Cortina.

São 81 professores, 15 funcionários e um universo de 1.768 alunos distribuídos em 47 salas, nos três períodos (matutino, vespertino e noturno). Cerca de 70% dos alunos residem em São Caetano e os 30% restantes, em São Paulo e Santo André.


Em parceria com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, a escola criou o Projeto Fanfarra. Visitas a museus, teatro, a participação da

comunidade escolar no Projeto 60 anos e o Projeto Jornal, a ser implantado, fazem parte das atividades extracurriculares dos alunos. Ainda em parceria com a Prefeitura, a escola pode contar com a prestação de serviços de manutenção do prédio e material escolar, para os alunos do ensino fundamental.

Hoje, a escola oferece o Ensino Fundamental ciclo II Regular, Ensino Médio Regular, Ensino Fundamental II e o Ensino Médio EJA.

Milhares de estudantes passaram pelo “Bonifácio” e para todos as lembranças desfilam por seus pensamentos. Cada aluno com uma história a contar, cada professor a lembrar de seus alunos.

Este ano, na passagem dos 60 anos do E.E. Coronel Bonifácio de Carvalho, todos os sancaetanenses prestam sua homenagem a esta escola, tão tradicional na cidade e que tantos valores revelou para o desenvolvimento de São Caetano do Sul.

Sua finalidade fundamental foi atingida: servir bem no setor de educação e cultura ao maior número possível de jovens. 

(Cristina Ortega)



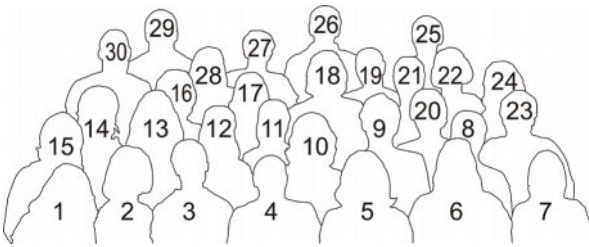


Foto de 15 de março de 2010, parte do corpo docente e funcionários da E.E. Cel Bonifácio de Carvalho.

- 1- Seili Aparecida de Oliveira – funcionária
- 2- Marli Soéli da Silva – vice-diretora
- 3- Roseli Oliveira Furlan – diretora
- 4- Marli Tobias – vice-diretora
- 5- Rosemeire Mendes – professora
- 6- Neuza Cristina Navarro – professora
- 7- Rosemeire Navarro – professora
- 8- Rosemeire Florêncio – professora
- 9- Márcio Haga – professor
- 10- Maria Ivone Mombelli – professora
- 11- Hilda Xavier de Deus – funcionária
- 12- Stephanie Szilagyi Sperate – funcionária
- 13- Elaine Cristina Gabriel Pomellitto – professora
- 14- Cleide Ferrari Castardo – coordenadora
- 15- Maria Regina Lopes Valim – professora
- 16- Maria Eliete da Silva – professora
- 17- Célia Regina Bosso – professora
- 18- Edilene W. Massolini – professora
- 19- Eliana Parrilha – professora
- 20- Rosileide Agra F.de Souza – professora
- 21- Maria Kiss Righetto – professora
- 22- Marilene Alves da Luz – professora
- 23- Sandra Cruvinel – funcionária
- 24- Maria José de Oliveira Rossi – professora
- 25- Eli Ramos dos Santos – professora
- 26- Arlei Alves de Lima – professor
- 27- Marli Kugler Cortina – coordenadora
- 28- Eliana Dias – professora
- 29- Nelson Cirilo – professor
- 30- Inácio de Almeida Damascena - professor

CORONEL BONIFÁCIO DE CARVALHO

Por meio do Decreto de 19/07/1950, foi dada a denominação “Coronel Bonifácio de Carvalho” ao primeiro estabelecimento oficial de ensino secundário, hoje, Escola Estadual.

Nos idos de 1928, não havia em São Caetano quem não conhecesse a atuação do Coronel Bonifácio de Carvalho nos primeiros dias do movimento autonomista e o acervo de iniciativas e realizações que teve nesta cidade, não só como destacado componente do Partido Municipal, entidade que coordenou o citado movimento autonomista, também como fundador e principal idealizador do Centro Cívico de São Caetano,

que já, em 1925, zelava pelos reais interesses da comunidade, principalmente no setor educacional, batalhando, já naquela época, pela criação de cursos ginásial, normal e profissional.

O Coronel Bonifácio de Carvalho, oficial da reserva do Exército Nacional, nasceu a 3 de janeiro de 1875, em São Bento do Sapucaí-SP. Era descendente direto das tradicionais famílias Marcondes César e Carvalho Junqueira, de Pindamonhangaba. Faleceu na capital de São Paulo, em 15 de julho de 1947.

Farmacêutico de profissão, estabeleceu-se, primeiramente, em São João da Boa Vista, ocupando o cargo de Vereador por quinze anos. Exerceu vários cargos públicos, aposentando-se nas funções de diretor do Gabinete de Psicologia Experimental, da então Escola Normal do Brás, na Capital.

Educador, político e jornalista, tornou-se um líder autonomista, sem ver o seu ideal concretizado, pois um ano após o seu falecimento, São Caetano do Sul conquistou a tão almejada emancipação política.

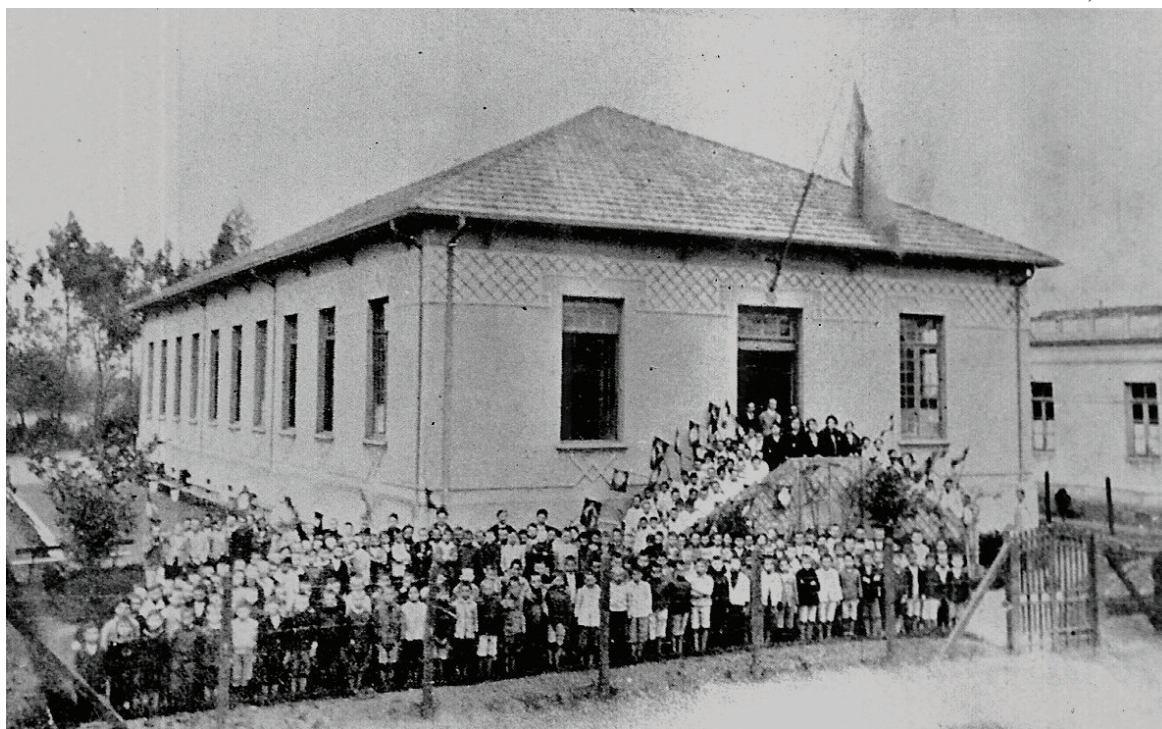
Por ter prestado relevantes serviços a São Caetano do Sul e ao Estado, pode ser apontado às novas gerações como padrão de dignidade.

FONTES

Jornal de São Caetano
Com a colaboração de Roseli Oliveira Furlan e Marli Soéli da Silva, diretora e vice-diretora da E.E. Coronel Bonifácio de Carvalho.



Acervo/Fundação Pró-Memória



GE Senador Flaquer – década de 1920



90 ANOS DE HISTÓRIA DE GRUPO ESCOLAR DE SÃO BERNARDO À EMEF SENADOR FLAQUER

A nomenclatura mudou no decorrer desses 90 anos de existência, de Grupo Escolar de São Bernardo para EMEF Senador Flaquer, mas a qualidade de ensino da eficiente escola continua com a mesma filosofia: o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A história do Senador Flaquer começa em 30 de abril de 1920, com o decreto de sua criação, seguido pela publicação, em 5 de maio e a instalação, em 8 de maio do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da escola. A princípio, denominava-se Segundo Grupo Escolar de São Bernardo, isto porque São Caetano do Sul pertencia ao município de São Bernardo do Campo.

Antes de se instalar no atual endereço, a casa da família De Nardi (hoje, sede do Museu Histórico Municipal) serviu de abrigo para seis escolas isoladas, tornando-se Grupo Escolar Provisório. Lá, permaneceu por quase dois anos, tempo para a construção do novo edifício, localizado na Rua Heloísa Pamplona, 180, Bairro Fundação. A nova escola foi construída para abrigar 12 classes, mas formou apenas 10, devido ao número de alunos existentes.

A baixa frequência dos alunos, a dificuldade de mantê-los até o último ano, fez com que a escola mantivesse apenas três anos de curso funcionando, pois não conseguiam formar uma turma de 4º ano. A princípio, eram dois anos de curso primário e dois anos de curso médio. Até 1927, documentos relatam as mesmas dificuldades da escola com relação à frequência e desistência dos alunos. Foi preciso, a pedido do inspetor de alunos de São Bernardo, que se recrutassem estudantes do GE Monte Alegre inaugurado posteriormente, para preencher vagas no Senador Flaquer, causando divergências entre pais de alunos e o diretor Jorge Adalberto Perrenoud.

Em julho de 1927, a escola mudou sua denominação para Grupo Escolar Senador Flaquer, homenageando o médico, professor e político, José Luiz Flaquer, falecido em 1924. Em 1920, o primeiro diretor foi o professor Anísio Novaes, seguido, em 1922, por Jorge Perrenoud, sempre qualificado como muito severo. Perrenoud permaneceu no cargo por 29 anos, conquistando, diariamente, um maior número de classes, de alunos e a excelência do ensino. O Grupo era a demonstração da modernidade e do progresso na educação.

A bela arquitetura do Senador Flaquer se mantém até hoje. O prédio, para sua inauguração, seguia as especificações legais impostas pelo Código Sanitário: térreo, ventilado, com grandes janelas nas salas de aula, com muita luminosidade. Uma cerca viva muito bem aparada, um jardim com plantas em formatos de animais e figuras geométricas completava o cenário da escola. Conta-se que ela situava-se numa arquitetura de flores, eucaliptos, paineiras e cafés.


Todos os professores sentiam-se orgulhosos de pertencer àquele quadro. Senador Flaquer era a mais tradicional e qualificada escola de São Caetano do Sul. Esse sentimento ainda permanece o mesmo entre os atuais professores.

Em 1955, a Associação de Pais e Mestres comprou um terreno ao lado, aumentando o número de salas de aula. Neste novo espaço, foram instalados o jardim da infância e a biblioteca.

Atualidade

Hoje, o edifício do Senador Flaquer, mantendo todas as suas características originais, passa por uma revitalização feita pela municipalidade, para maior conforto dos alunos. A escola mantém o curso Fundamental, do 1º ao 5º ano, a tradicional Fanfarra, Curso de Inglês para os alunos, ministrado aos sábados, informática e briquedoteca.

Atualmente, o Senador Flaquer é dirigido pela Professora Maria Regina Ginart Gonçalves. São 504 alunos distribuídos em 19 salas de aula, nos períodos da manhã e tarde. São 27 professores e 25 funcionários.

Para comemorar os 90 anos da EMEF Senador Flaquer, uma árvore frutífera foi plantada diante da escola, um pé de carambola, representando, por meio de seus frutos, a perpetuação do ensino de qualidade, verdadeira essência daquela escola.  *(Cristina Ortega)*

Acervo/Fundação Pró-Memória

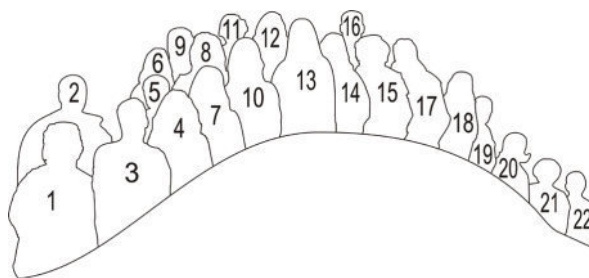


GE Senador Flaquer – década de 1960
abaixo, EMEF Senador Flaquer – ano 2010

Acervo/Fundação Pró-Memória



Acervo/Fundação Pró-Memória



Professores que ministram aulas atualmente

1-Gisele de Campos F. e Silva; 2- Márcia Aparecida Alexandre; 3- Viviane Marcieri Ballardini; 4- Irani Paes Mella; 5- Tatiane P.de Souza; 6- Edileuza Ferreira de L.R.Alves; 7- Dilna Vieira Chagas Moreira; 8- Elaine Cristina Maitan; 9- Senhorinha de Jesus; 10- Aline Bueno de Godoy; 11- Márcia Maria S. Scolástico; 12- Maria Ivonete L.Gentil; 13- Vanessa Villas Boas; 14- Nanci Catarina Tezoto Gomes; 15- Maria Regina Ginart Gonçalves (Diretora); 16- Cássio de Miranda Meira (Assistente de Direção); 17- Roseli Vieira Sousa (Coordenadora Pedagógica); 18- Pérola Belem Sales; 19- Daisy de Jesus P.Westhofer; 20- Michele Bissolato de Bellis; 21- Maria Gonçalves Lasso; 22- Geni G.Marques.

SESC 30 ANOS!

CULTURA, ARTE, ESPORTE, LAZER, TURISMO SOCIAL...

“ A ação do SESC é fruto de um sólido projeto cultural e educativo que trouxe, desde sua criação pelo empresariado do comércio e serviços, em 1946, a marca da inovação e transformação social. Ao longo dos anos, o SESC inovou ao introduzir novos modelos de ação cultural e sublinhou, na década de 80, a educação como pressuposto para a transformação social. A concretização desse propósito se deu por uma intensa atuação no campo da cultura e suas diferentes manifestações, destinadas a todos os públicos, em diversas faixas etárias e extratos sociais. Isso não significa apenas oferecer uma grande diversidade de eventos, mas efetivamente contribuir para experiências mais duradouras e significativas. ”

(Extraído do livro “O SESC em São Paulo”).

Acervo/Fundação Pró-Memória



Fachada externa do SESC São Caetano, na Rua Piauí, bairro Santa Paula. Ano 2010

O SESC – Serviço Social do Comércio de São Caetano do Sul comemorou, no dia 1º de Julho deste ano, seu aniversário de 30 anos, completados nesta cidade. Baseado em um projeto social dinâmico, criativo e exigente, o SESC democratiza o acesso aos instrumentos de cidadania: cultura, educação e participação, procurando priorizar o bem estar social e a qualidade de vida.

“As atividades do SESC têm o compromisso de gerar o desejo de mudança, o questionamento, a participação e a solidariedade. Esse é o compromisso ético que reflete a qualidade de nossa programação”, comenta Danilo Santos de Miranda, Diretor Regional SESC São Paulo. (Declaração extraída do livro Sesc SP Desafios e Realizações)

O SESC foi inaugurado em São Caetano no dia 1º de julho de 1980, instalando-se, pela primeira vez, em um imóvel especialmente construído, na Rua Santa Catarina, 210, Bairro Centro. A unidade era especializada em ginástica, dedicada aos comerciários e suas famílias. Os cursos iniciais eram de ginástica preventiva, de manutenção, ginástica expressiva com danças, yoga, balé, expressão corporal e ginástica esportiva, com judô, karatê e capoeira.

Em 1980, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul aprovou voto de congratulações à Ginasticasesc (como era chamado) proposto pelo então vereador João Carlos Rosa Neto, ressaltando o trabalho do presidente do Conselho Regional do SESC, José Papa Júnior.

Após 13 anos, a sede da Rua Santa Catarina, é transferida para um imóvel na Rua Piauí, Bairro Santa Paula, com inauguração em 22 de novembro de 1993. Estiveram presentes na solenidade da nova sede, o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, o então prefeito Antonio José Dall’Anese, o então prefeito de Santo André, Newton Brandão, o presidente do SESI Santo André, Sebastião Dorno, dentre outras autoridades. Abram Szaj-

Arquivo Sesc São Caetano



*Ginasticasesc, unidade instalada na Rua Santa Catarina. Ano 1980
Programa de Educação Corporal. Ano 2010*

mam salientou, naquela ocasião, a importância do SESC em São Caetano, por se tratar de uma região com um grande contingente de trabalhadores, que merecem o lazer e as atividades esportivas.

Em 1996, foi aprovado pelo Presidente do Sesc, Abram Szajman, a compra dos imóveis localizados na Rua Piauí, 538, 548 e 554, com área total de 1.570,00m² de terreno e 1.360,00m² de construção. Assim, dava-se continuidade ao plano de modernização e ampliação dos equipamentos, instalações e espaços físicos.

O III Congresso de História do ABC, realizado em São Caetano do Sul, em 1994, tinha como uma das linhas temáticas, a produção artística, com o painel sobre Música. O evento aconteceu no SESC, no dia 6 de julho, com a participação do Grupo Musical Flor Amorosa. A plenária foi coordenada pelo ex-diretor da Fundação das Artes, Milton Andrade, que comandou os debates com a participação de Antonio Ireudo Assis, pesquisador e maestro de bandas marciais, e Flávio Florence, maestro da Orquestra Sinfônica de Santo André.

Em fevereiro de 1995, o SESC, em parceria com a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, realizou um ciclo de conferências com o tema “Vamos falar de São Caetano II”, na sede do SESC, na Rua Piauí. Na oportunidade, o engenheiro Mário Dal’Mas apresentou a palestra “Edifício Vitória: O ideal de um imigrante”. O objetivo do evento foi o de trazer ao conhecimento público, histórias sobre a fundação da cidade.


Hoje, o SESC São Caetano desenvolve programas de Ginástica Voluntária, uma forma mais descontraída para cuidar do corpo; Curso de Artes Marciais; Cursos de Dança, uma forma de aproximação social; Campeonatos Esportivos, envolvendo comerciantes em torneios; Trabalho Social com Idosos, abrangendo aulas de música, festas e excursões; Turismo Social, com excursões para as colônias de férias do SESC, em Bertioga; Apresentações Artísticas, shows musicais, espetáculos teatrais, literatura; Debates, Cursos, Conferências e Ciclos de Vídeo e, finalmente, Exposições. As atividades são destinadas, prioritariamente, ao trabalhador do comércio de



Plenária “Música”, realizada no SESC, do III Congresso de História. Vemos, à esquerda, Antonio Ireudo Assis, pesquisador e maestro de bandas, Milton Andrade, ex-diretor da Fundação das Artes e Flávio Florence. Ano 1994

bens e serviços, bem como aos seus dependentes.

São 16.121 pessoas matriculadas nas diversas atividades, predominando maiores de 60 anos, que utilizam os Programas de Educação Corporal, como hidroginástica, ginástica multifuncional e natação e os Programas de Turismo Social, com excursões e passeios.

O SESC, mesmo antes da inauguração da Unidade São Caetano, realizava ações desenvolvidas por meio das UNIMOS – Unidades Móveis do SESC, que circulavam pelas diversas cidades do estado. No município, a Faculdade de Serviço Social serviu de base para a equipe técnica, orientadores sociais, desenvolverem as atividades. 

(Cristina Ortega)

JARDINS DE INFÂNCIA MUNICIPAIS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO¹

Marly LEIBRUDER (*)

O X Congresso de História do Grande ABC, realizado entre 3 e 6 de novembro de 2009, em São Caetano do Sul, trouxe a oportunidade de recuperar fatos e personagens relevantes à história local, esquecidos ou, até então, ignorados oficialmente. Dessa maneira, tivemos a oportunidade de apresentar os dados, aqui relatados, destacando os indícios de antecedentes à inauguração do primeiro Jardim de Infância Municipal em prédio próprio, em São Bernardo do Campo.

Acervo/São Bernardo do Campo – Edição Comemorativa: 1553-1972 – Departamento de Expansão Cultural, PMSBC, 1972, p. 33.



Jardim de Infância Santa Terezinha, inaugurado em 20/08/1960

Oficialmente, o atendimento à criança em idade pré-escolar, pelo poder público municipal, teve início em 1960, na gestão do então prefeito Lauro Gomes de Almeida, com a inauguração do Jardim de Infância Santa Terezinha, localizado na confluência da Rua Jurubatuba com a Alameda Glória, no centro da cidade. Porém, há indícios de que esta modalidade de atendimento já vinha ocorrendo, pelo menos desde 1956, com a implantação de classe anexa a um dos Grupos Escolares do município. O principal indício desse atendimento é um registro fotográfico que se encontra em álbum histórico da atual 3ª Escola Estadual de Rudge Ramos, então denominada Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos². Localizada à Rua Artur Bernardes, trata-se de uma das escolas mais antigas da cidade.

Nele, fotografias identificadas como sendo do Primeiro Jardim de Infância Municipal, de 1956, reproduzem cenas da única classe em funcionamento no local, sob responsabilidade da professora Cecília Albuquerque de Oliveira Turbay, também conhecida, à época, como Dona Cecílinha.

O registro pode ser recuperado graças à preservação de arquivo iconográfico do antigo grupo escolar e que, ao comemorar seus 50 anos de fundação, levou ao público parte de seus registros fotográficos através da Coluna Memória, assinada pelo jornalista Ademir Medici, no jornal Diário do Grande ABC. Publicada em 26 de outubro de 2001, não faz, entretanto, referências diretas à professora em questão.

Essa fonte passou, assim, a constituir um forte indício de que uma das fotografias então publicadas poderia ser, na verdade, de classe antecessora à primeira escola de educação infantil da cidade. Consultas ao próprio álbum fotográfico e a outras fontes documentais revelaram que a professora Cecília foi funcionária da municipalidade desde 1955 e que o Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos, pertencente à rede pública estadual, abrigara o então “Primeiro Jardim de Infância Municipal” de São Bernardo do Campo, conforme inscrição que acompanha as fotografias.

Dona Cecília foi homenageada recentemente, após sua morte, ocorrida em dezembro de 2003, com a denominação da Escola Municipal de Educação Básica (0 a 3 anos) do bairro de Riacho Grande como “EMEB Profª Cecília Oliveira Turbay”, pela Lei nº 5.334, de 18 de agosto de 2004, de autoria do então vereador Lenildo Freitas Magdalena³.

A biografia, anexa à Lei, revela, entre outros dados, que a homenageada nascera em 16 de dezembro de 1918, no vilarejo de Cachoeiro do Itapemirim, no estado do Espírito Santo, filha de Antonieta Albuquerque de Oliveira, funcionária dos correios e telégrafos, e de Jarbas de Oliveira, comerciante. Formada como professora primária e casada, em 29 de março de 1937, com João Turbay, comerciante



Coluna “Memória”- Diário do Grande ABC, 26 de outubro de 2001

descendente de libaneses, dedicou-se ao magistério na cidade natal, enquanto João gerenciava loja de tecidos. Decidiram se estabelecer, em 1948, na Praia de Marataises, adquirindo e gerenciando, no local, o Hotel Praia. Em 1952, migraram para São Bernardo do Campo com os filhos, fixando residência no bairro de Rudge Ramos, próximo à Igreja Metodista, a qual frequentavam assiduamente. A mudança se deveu, de acordo com a biografia citada, ao fato de João apresentar problemas de saúde relacionados ao calor excessivo da região onde residiam.

A biografia revela, também, que Dona Cecília e João tiveram quatro filhos naturais e dois adotivos, Márcia e Caio Tércio. Dos naturais, um menino, Ronaldo, nascido em 1941, e três meninas, sendo que a primeira, de nome Elizabete, nascida em 1938, falecera após um ano de vida. Segundo essa mesma fonte, esse nome foi dado à outra filha, nascida em 1943.

A mais jovem de suas filhas, Eliana, nascida em 1951, fora colega de classe desta autora, no Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos, em 1961, na quarta série do curso primário. Por este motivo, recordo-me exatamente do local de residência da professora Cecilinha, na Rua Maria José, próxima à residência de parte de minha família, por onde transitava com frequência e onde avistava, com satisfação, a colega, na calçada ou no pequeno alpendre da entrada da residência.

Ainda de acordo com a biografia citada, ao se estabelecerem em São Bernardo do Campo, o casal se dedicou, inicialmente, ao ramo de restaurante e somente em 02 de setembro de 1955, quando João inicia uma longa trajetória no ramo imobiliário local, ela ingressa no magistério municipal. Enquanto funcionária da municipalidade dedicou-se ao Serviço de Educação de Jovens e Adultos, vindo

a ocupar cargos de supervisão, encarregadoria de serviço e de chefia de seção no Departamento de Educação da cidade.

Porém, a biografia é omissa em relação à sua possível atuação como professora de Jardim de Infância. Se o registro iconográfico não nos dá certeza sobre seu vínculo profissional, podendo sugerir que a classe poderia ser de competência estadual, nos livros de presença e mapas de frequência dos professores do antigo Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos, do ano de 1956, preservados em seus arquivos, nada consta sobre possível vínculo da professora com essa rede. Com isso, é provável que, pela data de ingresso no magistério municipal, a classe possa ter pertencido, de fato, a esta instância pública. Dessa forma, os indícios aqui apresentados nos levam a questionar, também, se existiriam outras classes de


Página de álbum fotográfico
do Grupo Escolar
Dr. Rudge Ramos, atual
3º E.E. de Rudge Ramos



Jardim de Infância públicas em funcionamento na cidade antes de 1960, anexas ou não a Grupos Escolares, tendo em vista que os registros oficiais somente informam sobre as classes abertas após essa data. Seria o Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos o único a abrigar uma sala de Jardim de Infância Municipal antes de 1960?

Este indício pode não colocar em xeque o marco histórico inicial da implantação do primeiro Jardim de Infância Municipal no ano de 1960, mas nos dá a dimensão do muito ainda a ser pesquisado sobre a história da educação local, principalmente a partir de acervos documentais e fotográficos de antigas escolas no município.

Do ponto de vista da História da Educação, os dados revelados pelo acervo do antigo Grupo Escolar Dr. Rudge Ramos mostram, quase que por acaso, a importância da organização e preservação de arquivos documentais e iconográficos por parte das escolas. Isso nos leva a crer que outras escolas da cidade ou da região possam ter adormecidos, em caixas ou prateleiras, documentos preciosos reveladores da complexa História da Educação regional, ainda tão pouco revelada.

Com a palavra, os atores detentores da memória dos fatos aqui narrados e os pesquisadores, agentes de recuperação da memória viva e de seus registros. 

¹ Os dados aqui apresentados fazem parte de pesquisa desenvolvida como Dissertação de Mestrado junto ao programa "História, Política, Sociedade", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2007. A Dissertação se encontra disponível, na íntegra, na seguinte URL: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivos.php?codArquivo=5626

² Arthur Rudge Ramos (1875-1948), delegado de polícia em São Paulo e responsável pela restauração da Estrada do Mar na década de 20, foi pai de *Dona Nenê*, a senhora Lavinia Rudge Ramos de Almeida, casada com o então prefeito, Lauro Gomes de Almeida. Em 1903, durante o governo do prefeito-interventor Wallace Cockrane Simonsen, o antigo Bairro dos Meninos recebe a denominação de Rudge Ramos, em sua homenagem. É escolhido patrono da escola em 1951.

³ O vereador Lenildo Freitas Magdalena foi, por sua vez, casado com a então iniciadora dos Jardins de Infância Municipais, professora Tirza Ribeiro Magdalena, primeira diretora do *Jardim de Infância Santa Terezinha*.

FONTES

GIACOMINI FILHO, Gino. *Rudge Ramos hoje*. São Bernardo do Campo: Departamento de jornalismo da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, 1985.
MÉDICI, Ademir. Os 50 anos da Escola Estadual Dr. Rudge Ramos, *Diário do Grande ABC*, Coluna *Memória*, Santo André, 25/10/2001, Caderno Setecidades, p.2
_____. Retratos de uma cinquentona, *Diário do Grande ABC*, Coluna *Memória*, Santo André, 26/10/2001, Caderno Setecidades, p.2
SÃO BERNARDO DO CAMPO. Portaria nº 2411, de 3 de fevereiro de 1960.
_____. Lei nº 5.334, de 18 de agosto de 2004.
_____. *Revista Administração Hygino Baptista de Lima, 1964/1968*. PMSBC, 1968.
_____. *Educação: um desafio que foi aceito – São Bernardo do Campo, 1553-1972*. Departamento de Expansão Cultural, PMSBC, 1972.

(*) Marly Leibruder, Mestre em História da Educação pela PUC-SP, Pedagoga, Orientadora Pedagógica e Educacional, especializada em Educação Infantil, com atuação em redes municipais do grande ABC. Dedicou-se, desde 1974, à formação de professores, nos níveis médio e superior, e em cursos de especialização *latu sensu* da região, em instituições públicas e privadas.

Acerne/Fundação Pro-Memória



Acerne/Piscilia Gorzoni



Acerne/Fundação Pro-Memória



*Ponte de ferro para travessia de pedestres
Estação da Luz em 2006, e sua arquitetura inglesa
Estação de São Caetano do Sul em 1968*

HISTÓRIAS DE TRENS...

Priscila GORZONI ()*

A pequena linguixa metálica estaciona os seus vagões compridos frente à plataforma de São Caetano do Sul repleta de passageiros. Gente que vai, gente que vem, esbarra-se na porta de entrada. E, cada um busca o seu lugar no trem que vai partir em minutos, segundos.

Muda os tempos, muda a forma do trem, ele se torna mais colorido, mais ágil, cheio, mas a despedida é a mesma e a expectativa de quem parte não muda...

Não são nem dez da manhã e a estação de trens de São Caetano do Sul já está lotada. Pessoas com bagagens, famílias grandes, mulheres de idade se distribuem pelos bancos da plataforma que lembram as douradas épocas das viagens de trem. Boa parte das pessoas toma o mesmo rumo que eu, a estação do Brás, onde milhares de passageiros descem para fazer suas compras desde o século passado.

Mas, de lá pra cá, muitas coisas mudaram. Uma delas é a opção de suas classes. Lembro-me claramente da descrição do transporte de segunda classe em um trecho do livro *Anarquistas Graças a Deus*, de Zélia Gattai. Tive a maior surpresa ao descobrir que Zélia descrevia a viagem de sua mãe

para uma chácara em São Caetano, onde morava o seu Tio Gígio. Neste livro, ela ainda conta como era complicado chegar aos lugares. Tudo era longe e as estradas de terra.

Essa mesma estação, que nasceu no dia 1º de maio de 1883, carrega muitas histórias, narrativas de meus pais, tios e personagens conhecidas da cidade. Uma delas é Assunta Ferreira Veronese de 95 anos que contou como era a estação. E eu, com muito entusiasmo, absorvi tudo o que a senhora de olhos azuis narrava em voz branda. Em uma de nossas conversas ela me disse que a estação era bem diferente do que é hoje. Havia duas porteiras em suas laterais uma de saída e a outra de entrada. Para não dar confusão, um guarda cuidava da passagem.

Os trens não passavam toda hora como atualmente, apenas algumas vezes por dia. Naquela época, nos anos 20, ele era o único coletivo que levava os moradores de São Caetano para trabalhar e estudarem em São Paulo. Ele era o coletivo mais procurado. Dona Assunta se lembra muito bem dele. Quando questiono sobre a estação, ela me olha com um brilho no olhar e já começa a contar como era a sua rotina dentro deles.

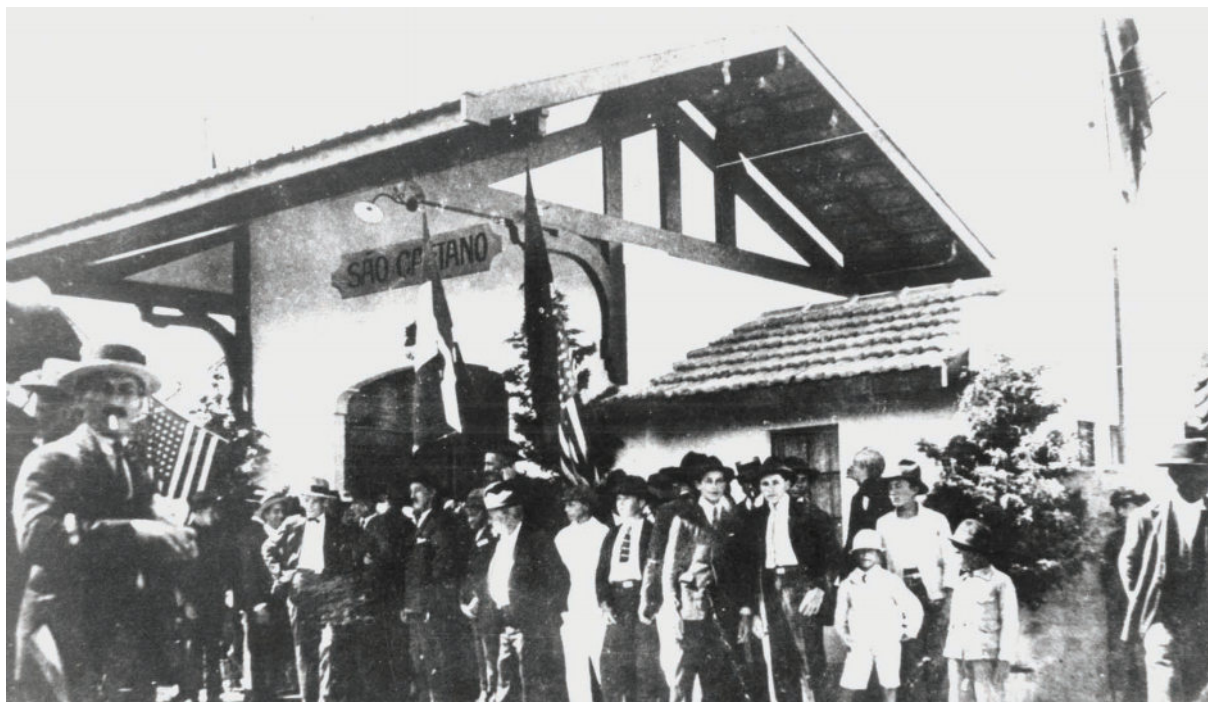
Nossa passageira sabe bem como funciona-

vam os trens, pois os usou durante mais de quatro anos, nos tempos que estudou no Colégio do Brás. Ela morava na Rua Amazonas, cercada por mato, e para não se atrasar, a irmã e ela pegavam uma jardineira até a estação. Lá chegavam bem antes das sete da manhã e esperavam o trem. “Naquela época não tinha perigo, todo mundo se conhecia. As crianças costumavam brincar dentro das estações de trens”, conta animada.

Fora isso, o trem era sem dúvida o transporte mais usado e trazia um fluxo grande de pessoas de outras cidades, principalmente vindos de São Paulo. Dona Assunta se lembra muito bem de quantas pessoas desciam na estação para pegar o bondinho e ir até a casa do curandeiro Vicente (uma personagem para uma outra história). “Eles chegavam pela manhã e nós morávamos exatamente onde desciam. Minha mãe, sempre educada, ficava com dó e oferecia-lhes café. Com o tempo passou a ganhar dinheiro com isso e até colocaram um bondinho para levar toda essa gente para o curandeiro”, relata.

Hoje, quando olho em volta e vejo as crianças que partem nos trens, nenhuma está sozinha e o

Arquivo Fundação Pro-Memória



Estação de São Caetano do Sul. Passageiros esperam o trem



Passageiros esperam o trem na Estação da Luz

transporte já não é mais tão seguro quanto no tempo de Dona Assunta. Imagino como seriam naquela época as paisagens vistas através das janelas destes trens. Na certa não seriam como as de hoje, mas com uma natureza viva, mais mato do que as ruínas das fábricas abandonadas e dos vagões quebrados. Também são comuns em todas as viagens os comerciantes dos trens. Eles vendem de tudo, de revistas

de medicina caseira até pacotinhos de amendoins. Entram clandestinamente dentro dos vagões e ganham o seu dinheirinho suado. Mas, no passado o trem foi sinônimo de requinte e romantismo. Segundo Caetano Grecco, 80 anos, que morou durante toda a sua infância a 50 metros da estação, afirma que a estação era linda.

“Tinha uma breve semelhança com a Estação da Luz. Ela era toda feita de tijolos aparentes e sua arquitetura era inglesa. As plataformas eram amplas e os portões inicialmente de ferro. O que fazia barulho quando os trens passavam. Naquele tempo, os trens eram movidos a carvão coqui, que vinha do Chile, mas durante a Primeira Guerra Mundial o carvão faltou o que gerou um grande problema, depois de um tempo passou a ser alimentado pelas lenhas”, relembra.

Seu Grecco morava bem perto da estação, próximo a Matarazzo, por isso as pessoas diziam que a estação ficava na curva do Matarazzo. A estação começava na Lapa e ia até depois de Jundiá, lá era o começo da estrada de ferro Paulista. De Campinas saia a Mogiana até Poços de Caldas. O pai de Seu Caetano era um artesão talentoso, que montava



Movimento na Estação da Luz

sapatos manualmente e por isso ele precisava ir ao Brás, constantemente, para comprar os materiais.

“Com apenas nove anos meu pai me dava escrito em um papel o que era para trazer e então eu ia até o Brás e voltava. Eu me sentava em um banco de palha revestido por franjas. O mesmo bilhete servia para ida e volta e só se pagava uma vez 300 réis. Os horários dos trens eram de acordo com as circunstâncias porque muitos trabalhavam em São Paulo. Muitas paradas que temos hoje não existia naquela época, uma delas é a Tamandateí, Utinga, ali era tudo terreno alagadiço. As estações Ipiranga, Lapa, Barra Funda e Brás tinham um fluxo grande. Em volta, os terrenos pertenciam aos cidadãos de São Caetano. Eu que registrei no cartório. Nos finais de semana, íamos passear em Santos, então pegávamos o trem em Santo André às 6 horas para depois pegar o expresso das 6:30h. Chegávamos a Santos às 8 da manhã e ainda éramos brindados por uma paisagem esplendorosa”, conta com entusiasmo.

Ele conta ainda que “quando chegávamos a Cubatão avistávamos aquelas imensas plantações de bananas e os barcos as transportavam para a exportação. Depois de um tempo colocaram um trem chamado Cometa, que passava em horários especiais, ele tinha três vagões saía de São Paulo, parava no Brás, em Santo André, Ribeirão Pires e chegava ao Alto da Serra e de lá saía para Santos. No início, a estação contava com duas porteiras e um guarda que as fechava. Com o tempo construíram os túneis subterrâneos. Na ferrovia, moravam vários funcionários entre eles o chefe da estação, que usava um chapéu vermelho. Fora isso, os trens eram cenários românticos que alimentavam vários romances”, narra Grecco.

Grecco nos fala também das histórias românticas e bucólicas vividas na estação. “Nesse ambiente, meus tios se conheceram. Lembro-me de ser ainda um menino e ver minha tia, que veio do interior para morar conosco, sair todos os dias pela manhã portando uma pasta comprida cheia de folhas e lápis aquarelados. Ela fazia faculdade de artes plásticas em São Paulo e não perdia uma aula. Naquela época, anos 60, a faculdade ficava próxima da estação da Luz. Depois de um tempo minha tia

anunciou seu casamento com um rapaz, estudante de contabilidade que também morava em São Caetano. Mais tarde fiquei sabendo que eles haviam se conhecido na estação de trem de São Caetano. Meu tio me contou que pegava sempre o trem no mesmo horário de minha tia e um dia reparou nela com mais atenção. Passou então a observá-la. Demorou certo tempo para que ela percebesse a sua presença. Então ele a cortejou e a conquistou”.

Hoje, o trem de São Caetano já não tem




Durante os anos 20 e 30, a estação era frequentada por pessoas da classe alta da cidade. Hoje, é um dos transportes coletivos mais econômicos

todo esse glamour de antigamente. Os tempos são outros e a visão de mundo também mudou. Mas ele continua um dos meios mais econômicos de locomoção e em muitos casos um belo passeio, como os trens que vão de Belo Horizonte a Vitória, um dos últimos a fazer um trajeto tão longo. Alias, é dele que me lembro quando ouço todas essas histórias antigas de São Caetano. Imagino que as viagens de antigamente tivessem o mesmo charme do centenário BH X VITÓRIA. Ele faz um percurso de 664 qui-



lômetros, percorre 25 estações, num percurso de 13 horas entre as cidades mineiras e capixabas.

Além dele, resta apenas o de São Luís, no Maranhão. As duas linhas regulares do país somam 1.500 quilômetros e transportam 1,2 milhões de passageiros por ano. 

LINHA DO TEMPO

1883- Inauguração da estação ferroviária de São Caetano do Sul.

1884- A São Paulo Railway emite três mil bilhetes de trens para os romeiros que chegam a São Caetano por meio das estações Brás e Luz.

1885- O inglês William Speers, superintendente da São Paulo Railway, publica anúncio com informações sobre os trens especiais de São Paulo e Brás para São Caetano nos dias 15 e 16, dia do padroeiro da Capela local.

1893- São criados vários horários de trens para os dias da semana e finais de semana. A passagem de primeira classe de São Paulo para São Caetano custava 880 réis. A de segunda, a metade. Já as encomendadas custavam 750 réis.

1895- A São Paulo Railway contrata a duplicação da ferrovia para ser realizada até o final de 1898.

1933- Inauguração da Estação de Utinga.

BIBLIOGRAFIA:
Gattai, Zélia: Anarquistas Graças a Deus.

Martins, José de Souza - Diário de Fim de Século: notas sobre o núcleo colonial de São Caetano do Sul no século XIX, Fundação Pró-Memória.

Medici, Ademir: Migração e Urbanização: Presença de São Caetano na região do ABC, Editora Hucitec.

(*) **Priscila Gorzoni** é jornalista

APAMI MAIS QUE UMA ENTREGA DE ENXOVAIS

Rafael Peccioli MORENO (*)

No início da década de 1950, São Caetano do Sul não dispunha de fundos ou instituições de amparo às gestantes de baixa renda. O município veio a conhecer sua primeira associação de assistência às mães carentes em seu quinto ano de autonomia, em 1953. Na época, a comunidade, com a colaboração da primeira-dama Aracy Torres Campanella, decidiu que a cidade necessitava da criação de uma entidade que fornecesse assistência necessária às mães carentes. Assim, foi fundada, em 22 de maio de 1953, a APAMI - Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São Caetano do Sul. A primeira sede foi inaugurada em 28 de julho de 1954, com o nome da primeira-dama Aracy Campanella.

A APAMI tem por finalidade a proteção e a assistência à maternidade e a infância em geral. Sua história de vida, 57 anos, revela trabalhos de voluntárias dedicadas ao auxílio às gestantes do município. A associação traz em sua bagagem de comandos nomes de nove presidentes, como Aracy Torres Campanella, Dolores Massei, Maria Braidó, Mafalda Lorenzini, Celestina Dal'Mas, Olga Olzon Meira, Arcília Vidalles Cambaúva, Anésia Lorenzini Puchetti e Elza Silva Di Bella.

A atual presidente da APAMI, Elza Silva Di Bella conta que, apesar de um considerável número de primeiras-damas terem passado pela presidência da entidade, isso nunca foi uma regra, mas que encontra nessas mulheres grande apoio e um elo com a administração municipal, como acontece até hoje. A presidente relata, ainda, que a APAMI não é vinculada ao governo, nem é uma ONG. Trata-se de uma associação independente, sem fins lucrativos e com número ilimitado de associados.

No início, a entidade era responsável por todos os segmentos relacionados à saúde e bem-estar das crianças, como a higiene e assistência médica das mães carentes, antes e depois do parto, além de distribuir cestas básicas, enxovais e brinquedos. "Isso acontecia porque na época não existia uma assistência médica tão ampla e eficiente como agora. Só havia a APAMI para cuidar desses assuntos das gestantes", comenta. Com o aprimoramento dos serviços oferecidos pelas administrações municipais, incluindo as gestantes mais carentes, a APAMI passou a se focar em menos áreas de atuação. Assim, hoje seu trabalho principal é o de oferecer enxovais às mães, sem ônus algum da parte delas. Embora não haja dados concretos, a presidente Elza Di Bella estima que a APAMI, atenda mais de trezentas mães por ano. Somente em abril, mais de trinta receberam enxovais.



Os bebês e suas mães em dia de festa na APAMI.
Final da década de 60




Parte do voluntariado da APAMI, aqui representada por: Myrtes Fernandes, Nair Turco, Virginia Massei, a presidente Elza Di Bella, Argentina Peliciari, Amélia Terezinha R. Ayres e Dalva de Lourdes Bertolo

Ao lado: Mais um dia especial da APAMI, na década de 60, com a entrega de enxovais



Eventos

A Associação oferece, ainda, curso de apoio psicológico às futuras mães chamado “Projeto Mãe-Bebê”, oferecido pela psicóloga Rosana Zanella, uma das voluntárias. Tudo é desenvolvido voluntariamente. Um trabalho exemplar desenvolvido pelas voluntárias, com participação da Prefeitura. Muitos eventos anuais contribuem para o bom andamento da APAMI. Os principais encontros são os chás da Páscoa, Junino e das Toalhas, noites da pizza, do crepe e muito mais.

A presidente diz que a grande festa acontece no Dia das Crianças, quando a APAMI conquista o maior número de doações. Nesse dia, também são convidados os clubes de serviço e benemerência da cidade, como os Rotarys, os Lions, as lojas maçônicas, o Fundo Social de Solidariedade, com participação ativa da primeira-dama, e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. “Todos são grandes colaboradores e essenciais para o funcionamento perfeito da Associação”, declara satisfeita. 

A presidente

Elza Silva Di Bella nasceu na cidade de São Paulo, em 9 de dezembro de 1938. Filha de Ilídio Augusto da Silva e Sarah Gonçalves da Silva, imigrantes portugueses que lhe proporcionaram educação voltada para a civilidade e ética cristã, se mudou para São Caetano do Sul em 1943, aos quatro anos, com seus pais e seus irmãos Oscar, Aurora e Ernesto.

Casou-se com Carlos Di Bella aos 19 anos, e com ele teve quatro filhas: Eliane, Eliete, Elide e Sarah. Em 1980, foi convidada por Guiomar Lorenzini a ingressar como voluntária na APAMI – Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância. Também participa como voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer e do Fundo Social de São Caetano do Sul.

Seu trabalho perante o voluntariado da APAMI é reconhecido em todo o município e dentro da entidade, tanto que a preside desde 2003.

(*) **Rafael Peccioli Moreno** é estudante de jornalismo.

O CIRCOLO ITALIANO DE SÃO CAETANO

Mário Porfírio RODRIGUES ()*

Em 1892, os italianos fundaram a Società di Mutuo Soccorso Principi di Napoli. A entidade surgiu da necessidade de cuidados com a saúde dos seus associados, além da convivência com quermesses, comemorações de datas especiais da Itália, do dia 28 de julho e grandes eventos. Após alguns anos, outras famílias chegaram da Itália, novas ideias surgiram e a finalidade esportiva e recreativa tomou conta da Sociedade.

Com os oriundi residentes nos Bairros Barcelona, Santa Paula e outros, onde também passaram a morar após a II Grande Guerra, reuniões realizadas a partir de 1958 e 1959 resultaram na fundação do Circolo Italiano de São Caetano do Sul. O empresário Roberto Grandi foi o primeiro presidente. Ele nos contou a história da fundação da entidade. “Junto com outros italianos, as reuniões aconteciam nos fundos da Igreja São João Batista, na Rua Piauí, durante vários meses foram discutidos assunto pertinentes à fundação de uma entidade que reunisse famílias de imigrantes e seus descendentes moradores em São Caetano. Assim, em 1959 fundaram o Circolo Italiano.

Francesco Amendola, imigrante italiano, era membro ativo da entidade e também esteve à frente da presidência do Circolo. Alguns anos depois, insatisfeito com a entidade, Amendola e outros italianos criaram a Colônia Italiana de São Caetano do Sul, da qual foi presidente até 1987. As atividades desta nova sociedade eram, praticamente, as mesmas daquela a que pertencia anteriormente.

Acervo/Fundação Pró-Memória



*De cima para baixo:
O empresário e primeiro presidente do Circolo, Roberto Grandi.
Alexandre Funaki, atual presidente do Circolo*

Sede Própria

Em 10 de Agosto de 1967, o Circolo pleiteava a doação de um terreno da municipalidade e, nessa ocasião, sua denominação passou a ser Cardi - Circulo Assistencial, Recreativo e Desportivo Italiano. Em 1969, o então prefeito Oswaldo Samuel Massei, assinou escritura de concessão de um terreno para o CARDI.

O terreno estava localizado na esquina das ruas Cavalheiro Ernesto Giuliano e Oswaldo Cruz. No local, foi construído um galpão onde se realizavam as atividades do Circolo. Essa construção contou com a ajuda da Prefeitura, com o trabalho pessoal e as contribuições dos italianos associados.

Em festa promovida pelo Circolo, Dona Lola Massei, esposa do Prefeito Oswaldo Samuel Massei, faz entrega de uma cesta básica.

Acréscimo/Roberto Grandi



Um fato, uma disputa, desagradava os que participavam das duas agremiações. A rivalidade entre a Colônia Italiana e o Cardi. Pleiteavam melhoramentos junto aos poderes municipais para fortalecer as suas respectivas entidades. Essa situação terminou em 1987, quando o Jornal de São Caetano publicou um edital de convocação assinado pelos presidentes das duas entidades, estabelecendo no seu item dois da ordem do dia “votação da fusão, por parte dos associados das duas entidades, criando-se uma nova entidade que congregará todos os italianos e oriundos radicados em São Caetano do Sul”.

A assembleia foi realizada no dia 12 de junho de 1987, na sede do Cardi, localizada à Rua Oswaldo Cruz, 2.010. O primeiro discurso partiu do presidente

Francesco Amendola, presidente da Colônia Italiana. Ele falou sobre a necessidade de fusão das duas associações, que, segundo ele, “estavam desgastadas pelos longos dos anos”, conforme consta da Ata registrada em Cartório. Está também registrado nesse documento o discurso de Roberto Grandi, confirmando esse desgaste.

Atividades do Circolo

Com a fusão, a sociedade passou a chamar-se Circolo Italiano de São Caetano do Sul, com sede na Rua Oswaldo Cruz, 2.010. Em 27 de setembro de 1987, foi eleito o primeiro presidente do Circolo Italiano de São Caetano do Sul, Vincenzo D’Angelo (1987-89). Em seguida exerceram a presidência Antonio de


Fabrizio (89-91, 93-95 e 95-97), Giorgio Guardalben (91-93 e 1999-2001), Angelo Simetti (1997-99), Rosângela Negrão (2001-2003, 2003-05 e 2005-07) e, atualmente, Alexandre Funaki (2007-11).

Em Assembleia de 16 de setembro de 2005, ficou estabelecido novo período para o mandato, de dois anos para quatro. Assim, exerceram a presidência seis anos cada um: Antonio de Fabrizio e Rosângela Negrão. O mandato de Alexandre Funaki terminará em setembro de 2011

Hoje, a entidade conta com quadras de esportes, bocha e piscina. Realiza os treinamentos de atletas de taekwondo e tênis de mesa, contando inclusive com atletas olímpicos e campeões mundiais em diversas modalidades. Proporciona aulas do idioma italiano, de taekwondo, capoeira, balé e dança de salão. Participa, anualmente, da Festa Italiana de São Caetano do Sul e realiza, em suas dependências, festas típicas como as da pizza, da Epifania, do Risoto e outras.

Expectativas para o Futuro

O atual presidente Alexandre Funaki tem planos para diversificar o Departamento Cultural com várias novidades. Pretende aprimorar o Curso de Língua Italiana, que emite Certificados reconhecidos pelo Consulado Italiano; preparar o acervo histórico das famílias italianas de São Caetano do Sul para exposições; organizar novas confraternizações, e incentivar as competições esportivas de âmbito nacional e internacional.

E mais, Alexandre quer ampliar seu número de associados com uma participação mais ativa dos jovens descendentes. “Os que desejarem compartilhar dos conhecimentos da cultura italiana, trabalhar no nosso grupo de voluntariado, nosso espaço está aberto. É importante essa união, essa confraternização e empenho em descobrir e redescobrir as raízes italianas, a cultura, os costumes, a língua e muito mais”, conclui o presidente. 

(*) **Mário Porfírio Rodrigues**, administrador de empresa, escritor e membro do Rotary Club.





MILTON ANDRADE

Ana Beatriz TOCCHIO ()*

O texto foi escrito a partir da transcrição de entrevista que Milton Andrade concedeu aos 68 anos, em 7 de julho de 2005, no Memórias do ABC – Núcleo de pesquisa e Laboratório de Produção Midiáticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Foi entrevistado por: Priscila F. Perazzo, Herom Vargas, Eduardo Chaves e Daniele Barbosa. Esta entrevista está gravada em vídeo e compõe o acervo HiperMemo da Universidade. Como homenagem ao saudoso Milton Andrade, optou-se por manter a redação do texto em primeira pessoa e no presente, oferecendo a oportunidade de uma leitura pessoal de sua história, que também é parte da história de São Caetano do Sul e das instituições da cidade.

Chamo-me Milton Andrade.

Nasci no dia 29 de janeiro de 1937 em Itapira, pequena cidade no limite de São Paulo com Minas Gerais. Sou de origem portuguesa pelo lado do meu pai. E pelo lado da minha mãe, possivelmente, de origem italiana. Meu pai foi tipógrafo e tinha uma papelaria, foi guarda civil, montou uma sorveteria e acabou como oficial de justiça. Assim como meu avô, meu pai sempre fez uma porção de coisas. A minha mãe era dona de casa e principalmente auxiliar de meu pai.

Foi muito difícil ir pra escola, porque meus pais trabalhavam o dia todo e eu ficava com minha avó. Conversava com ela só em italiano. Minha primeira escola foi “a dona Clarice”, uma escola particular. Eu estudava muito, era bom em matemática, bom em outras coisas também, mas o português era uma língua estranha para mim. No primeiro e segundo ano do primeiro grau, as minhas piores notas de aproveitamento eram exatamente em português. Depois deste preparatório nesta escola fui para Grupo Escolar Dr. Júlio de Mesquita, inaugurado em 1938, pelo próprio Júlio de Mesquita, em um prédio que o Estado conserva até hoje, porque o projeto é de Divo Graven. Fiquei na escola até o terceiro ano. No quarto ano havia um problema. Tinha um exame de admissão para você fazer o segundo grau. Era como um vestibular, fazia o curso preparatório e o quarto ano juntos.

Fui estudar com dona Viva Raimundo Pereira, uma professora que só ensinava alunos para fazer este exame. Foi um ano muito difícil, porque fiquei doente e paralisado quase o ano todo, sem poder andar. Uma amiga levava para mim os cadernos e as lições na minha casa e meu pai me ajudava a copiar e estudar. Quando comuniquei à dona Viva que eu tinha me inscrito no exame de admissão, ela falou que eu não podia, que eu não estava preparado, porque quase não tinha assistido aula naquele ano. Ela foi até em casa reclamar com meus pais, que eu estava sendo imprudente. Naquela época,

tinham dois exames: a primeira época e a segunda época. Na primeira época passavam cinco alunos e eu fui um deles. Dona Viva foi até a minha casa para me cumprimentar, pedir desculpas por ter menosprezado o meu esforço e, assim, eu entrei no ginásio.

Até terminar o colégio fiquei morando em Itapira. Eu já tinha 17 anos. Em Campinas, onde meu avô morava, meu pai lendo o jornal da cidade viu que estavam se encerrando as inscrições para o vestibular de direito e como ele era oficial de justiça ter um filho advogado, promotor ou juiz seria ótimo. Então fui fazer direito na PUC, em Campinas, eu já trabalhava como locutor da rádio de Itapira.

Fui morar com meus avós em Campinas e trabalhar de locutor na Rádio Brasil de lá para poder fazer faculdade. Eram dois velhinhos, não tinha muito assunto, mas me dava bem com eles. Morava na

Vila Industrial, um lugar um pouco distante da faculdade. Na faculdade eu me sentia isolado, não tinha amigos. Foi quando apareceu na classe uma colega japonesinha chamada Kimio, dizendo que o padre Rudolf Frits Lasser, professor de filosofia da faculdade, estava querendo criar um grupo de teatro e as pessoas interes-

sadas deveriam aparecer na sala dele. Eu vi que seria uma oportunidade de fazer amigos. Apesar de que eu não conhecia nada de teatro. O padre resolveu traduzir do grego Édipo Rei e Sófocles, e montar a peça que seria inédita no Brasil. Isso era mais ou menos em 1956. Os alunos eram inexperientes em teatro e o padre inexperiente em direção. Montamos a peça. A apresentação não foi boa, afinal ninguém tinha experiência para apresentar tal peça.

Iniciando no Teatro

Apareceu em Campinas um teatro chamado Novos Comediantes. Era uma companhia cuja sede ficava na Rua Jaceguai, onde hoje é o Teatro Oficina. E eles convidaram a gente para vir para São Paulo. Essa renovação do teatro brasileiro teve início no Rio de Janeiro com um grupo chamado Os Co-

“A educação é profundamente reacionária. A cultura é revolucionária”.

mediantes. Tentou-se fazer aqui em São Paulo uma nova revolução, que não aconteceu com aquele grupo. Nós viemos para cá, só que os Novos Comediantes já tinha acabado faz tempo. A gente conseguiu alojamento no DEF (o Departamento de Educação Física do Estado), na Rua Germaine Bouchart, na Água Branca. Minha mãe veio junto, porque ela era cabeleireira e tinha feito as perucas dos homens e penteava as mulheres. E como meu pai também era eletricitista e estava um pouco folgado, ele veio para cuidar da parte técnica do espetáculo. Mas, só o público não aparecia. Nós não tínhamos nível, não tínhamos nome, nada, e o teatro, há muito tempo estava desativado e não havia razão para o grupo viver. Eu entrava pela platéia, era o Escapino, eu me aprontava antes que os outros, e ficava sentadinho atrás de uns painéis esperando a hora de começar o espetáculo. Um dia chega uma pessoa e diz: Nós fizemos uma votação. Tem três pessoas. Vamos fazer o espetáculo ou não vamos? Se o pessoal está pronto, nós vamos, eu falei. No mínimo nós ensaiamos. Entre essas três pessoas, dois deles eram espectadores e um deles era um homem de teatro, da censura, chamado João Coelho Neto, um grande animador de teatro em São Paulo.

Quando terminou o espetáculo, ele procurou a gente e disse que era da censura:

--- Como vocês não pediram a censura, eu vim assistir ao espetáculo de vocês e censurar e bater um papo com vocês. Eu adoro Molière, ele disse. O que se fizer de Molière no Brasil eu vou ver, porque me interessa. Não é nada disso que vocês estão fazendo. O espetáculo tem qualidade, mas não tem estilo. Cada autor tem a sua maneira de ser e essa maneira precisa ser recriada e vocês não estão fazendo Molière.

Nós ficamos muito chateados e resolvemos ir embora. Só que nesse momento nós não tínhamos mais dinheiro nem para pagar o DEF, porque eles cobravam uma pequena taxa de hospedagem. O reitor era o senhor Sabim, e eu, de tanto pedir coisas, tinha certa intimidade com ele. Eu falei que tivemos problemas, que o censor apareceu, o espetáculo rendeu pouco, as despesas foram muitas:

--- Vocês só me dão problema, ele disse. Fiquem aí que vou mandar resolver isso.

Então, veio um funcionário da PUC e pagou o que a gente devia e nós voltamos com “o rabo entre as pernas”.

Em 1958 ganhei o Prêmio Governador do Estado, como ator. Montamos uma peça de minha autoria, um poema dramático, chamado Réquiem Para um Louco, que era a história de um neurótico de guerra. Foi muito interessante, porque reforçava na cidade de Campinas a presença do Gerald Yurgsen, que foi um artista plástico participante do Grupo Vanguarda, de Campinas, um grupo concretista.

Vinda para São Paulo

Entre 1959 e 1960 eu terminei a minha faculdade. Meu pai começou a me atrair para Itapira, para que eu me preparasse para o exame para a promotoria pública. Mas eu já estava um pouco mais amadurecido e eu confesso que não estava nem um pouco interessado em ser promotor público. Coloquei toda a minha roupa numa mala e vim embora para São Paulo, com a desculpa de visitar a Bienal de São Paulo. Vim para cá e comecei a procurar um emprego. A única coisa que encontrei foi vender enciclopédia de porta em porta. Eu não conhecia São Paulo. Vendíamos as obras completas de Freud, de Stephen Zweig, uma coleção de dicionários e uma série de outras obras. Estava para ser lançada a Delta Larrousse. Todo dia de manhã a editora reunia seus vendedores e entregava a eles algumas fichas de possíveis clientes. Os endereços eram todos nos mais variados lugares, e as pessoas nunca tinham demonstrado algum interesse anterior por uma enciclopédia ou numa coleção de dicionários.

Dias depois, casualmente, encontrei com José Libânio de Freitas, que tinha sido meu colega na Rádio Brasil de Campinas. Ele estava trabalhando na Rádio Eldorado. Eu falei que estava catando lata. Ele falou que tinha saído um locutor da Rádio Eldorado e naquele dia ele ia gravar os testes das pessoas. O Sérgio Viotti havia deixado a Rádio Eldorado. Só que a rádio daquele tempo tinha um padrão de voz, cujo modelo era Maurício Barroso, participante do Grupo

de Jograís, ator do TBC, e todo mundo tinha de falar como o Maurício. E ele me preveniu disso. Eu fui lá fazer o teste. Voltei para casa e enquanto fazia a barba, me preparava para o teste, fiquei ouvindo a Rádio Eldorado, fui lá, gravei e fui aprovado. Estava eu na Eldorado quando, lá de Campinas, telefonaram dizendo que em Brasília ia ter outro festival do Pascoal e a gente gostaria de ir e eles achavam que dava para ir com a peça *O Novo Oteló*. Perguntaram se eu dava uma reensaiada. Nesse tempo já conhecia o João Coelho Neto e ele se propôs, como crítico de teatro, a dar uma melhorada na peça.

Eu não sabia como ia sair da rádio. O diretor da Eldorado era o Carlos Vergueiro, marido da Zilá Vergueiro, ambos os atores do TBC e pensei que ele fosse entender. Não era possível ele não me dar uma licença. Só que eu ficava constrangido de falar com ele e o tempo foi passando e passando, até que às vésperas da viagem fui falar com ele. Conteí que meu grupo de teatro estava com a chance de ir para Brasília e eu gostaria de ir e perguntei se ele me daria licença, mas ele logo foi falando que não davam licença e eu já estava comprometido. O jeito foi pedir demissão e ele me liberou do aviso prévio. Eu me demiti da Rádio Eldorado e fui para Brasília. Ninguém queria ir para Brasília no início. Brasília tinha sido inaugurada naquele ano, em 1960.

O encontro com São Caetano do Sul

Enquanto eu estava na Eldorado, morava aqui em São Caetano do Sul um rapaz chamado João Valdevino Fernandes, que era meu conterrâneo de Itapira. E o João é uma pessoa muito curiosa. Ele ouvia a minha voz na Rádio Eldorado e dizia para a mulher que a voz era a minha e ela sempre falava que eu estava em minha terra natal estudando para promotor. Mas João tinha certeza que era eu. Ele anotou os horários em que eu trabalhava e foi até a rádio, no centro de São Paulo.

Logo que me viu já foi falando que sabia que era eu e me convidou para comer uma feijoada aqui em São Caetano do Sul, onde ele morava, na Rua José do Patrocínio, 35. Naquele dia, estava acontecendo na cidade um movimento estudantil

muito interessante. Os vereadores da Câmara de São Caetano do Sul haviam aumentado os seus próprios subsídios e os estudantes se reuniram em torno de um centro acadêmico que existia aqui. Eles haviam feito um movimento muito grande contra os vereadores, apedrejavam a Câmara Municipal que funcionava no Edifício Vitória, onde era o Cine Vitória. Um lugar que tem estudantes com esse brio, com essa coragem, com esse descortino político, é um lugar onde eu gostaria de morar, pensei. E falei para o João que estava desempregado. Então me contou que estava se instalando no município uma indústria que recrutava pessoas sem experiência. Dias depois eu vim para fazer uma entrevista na ZF do Brasil, uma fábrica de engrenagens, onde entrei como auxiliar de departamento pessoal.

Fui morar em São Caetano, na casa do João. Ele tinha uma filha só, ela era recém-casada, havia sobrado um quarto na casa dele e eu fiquei lá. Até esqueci que eu era advogado e fui aprender um ofício que não conhecia. Alguns dias depois, meu chefe me chamou para conversar e me perguntou se eu tinha feito algum curso de hotelaria, eu disse que não, é óbvio, mas ele insistiu e perguntou se eu havia escrito tudo aquilo sobre o refeitório da fábrica, Disse que sim. Então ele me convidou para a responsabilidade de reformar completamente o nosso refeitório. Percebi que era pegar ou largar, mas eu não entendia nada sobre restaurantes, só conhecia o restaurante do Estadão, que era freqüentado pelo pessoal da Rádio Eldorado. Mesmo assim decidi fazer. Minha primeira atitude foi telefonar para o responsável pelo restaurante do Estadão. Conversei com ele; ele disse que estava pensando em sair de lá. Ele era um iugoslavo, falava alemão, e topou vir para cá, porque o salário interessava. Ele era muito competente e em uma semana ele transformou completamente o restaurante da ZF. É claro que eu recebi os méritos por isso. Ele fazia até comidas especiais, como por exemplo comida alemã para os alemães. Foi uma maravilha.

A Turma

Na ZF tinha algum trabalho sobre teatro.

Criamos um grupo de teatro, chamado “A turma”. Começamos a ensaiar a peça O Patinho Torto, do Coelho Neto. O grupo conseguiu uma sede na Rua Baraldi. Alugamos o lugar e construímos um teatro. Construímos duas platéias e fizemos um teatro de arena no meio. Fizemos a peça Odorico, O Bem Amado, do Dias Gomes, que ele nunca soube que estreou em São Caetano, porque ele havia publicado a peça como encarte da revista Cláudia. O fato é que eu era a única pessoa capaz de escrever e falar bem português. Eles só falavam alemão e o pouco que eu sabia era significativo para eles. Não apresentávamos em São Paulo. Nosso trabalho era aqui, junto às escolas. Depois montamos outras peças. Descobrimos que eu era advogado e acabei assumindo toda a parte social da ZF, o que me possibilitou desenvolver dentro da empresa um trabalho interessante, com um coral, uma orquestra. A ZF tinha uma parte cultural bastante desenvolvida e a Prefeitura de São Caetano não tinha.

Um dia o Prefeito de São Caetano, Hermógenes Walter Braido, por meio do chefe de gabinete, telefonou falando que o Prefeito tinha pedido para visitar a ZF. A gente tinha muito cuidado com as questões políticas. Se fosse véspera de eleição, a gente não concordaria, era eu que decidia isso. E o Braido foi para lá, acompanhado do deputado Oswaldo Samuel Massei, que depois viria a ser Prefeito de São Caetano e mais o Dr. Oscar Garbelotto, que era diretor do Depec, Departamento de Educação e Cultura. Nós visitamos toda a fábrica, a diretoria almoçou com eles e no final do almoço eles disseram que o que ele queria era eu emprestado por algum tempo lá na Prefeitura. Durante a manhã eu ia à Prefeitura e a tarde desenvolvia minhas atividades na ZF.

Mediante ao convite da administração municipal, eu acabei trabalhando na Prefeitura. Eu imaginei centralizar toda a cultura de São Caetano do Sul numa instituição. E o prefeito tinha uma bandeira, que era a educação em São Caetano. Aqui tinham poucas escolas e ele aproveitou isso e fez sua

primeira administração sob o lema “São Caetano do Sul, onde escola não é problema”.

“A Turma” continuou a trabalhar e seus atores criaram o grupo “Labor”. Nós tínhamos um teatro no sótão, e eles alugaram um teatro num porão, aqui na Rua Baraldi, num edifício alugado pelo Dr. Odilon, que era vice-prefeito, e montaram apenas um espetáculo.

A Fundação das Artes

Imaginei a Fundação das Artes como isenta e longe de correntes políticas, de grandes modificações bruscas da política. Expliquei à administração que era um centro de formação de músicos, de atores, de artistas plásticos e bailarinos. Aqui em São Caetano éramos Oscar Garbelotto e eu que representávamos a Prefeitura. Estabelecemos uma política pedagógica para a Fundação das Artes e começamos a trabalhar. A prefeitura disse que a escola de música estava pronta, mas quem iria dirigir? Também não sabia. Nós tínhamos muita simpatia pelo maestro Walter Lourenção, que era um dos regentes que tinha vindo para o Brasil. Ele veio dirigindo o coral o Instituto Ítalo-Brasileiro, que na verdade é um organismo cultural do

Governo Italiano em São Paulo. Nós nos entusiasmos. O Braido, sempre impulsivo, foi no microfone e anunciou que estava criando a Fundação das Artes e convidou publicamente o maestro Lourenção para ser o primeiro diretor.

A Fundação das Artes se propunha à formação de profissionais no campo da arte, através de quatro escolas: música, teatro, artes visuais e dança, através de cursos livres. Artista não precisa ter diploma. Se você me diz que é pianista, sinta no piano e toca, aí eu vou saber que você é pianista. A Fundação das Artes funcionava provisoriamente onde era o Colégio Vocacional. Até que um dia vem um momento em que, paralelamente à criação da Fundação das Artes, se desejava suprir a falta de curso superior em São Caetano. Não existia nenhuma escola de curso superior aqui. Então, na euforia da

**“Fazer a
Fundação das
Artes parece que
foi para mim uma
compensação...”**

criação de escolas, resolveram criar algumas faculdades. O IMES nasceu dessa fome de escolas.

Resolveu-se criar em São Caetano do Sul dois cursos, em nível de terceiro grau. Uma escola de economia e uma escola de administração de empresas. A escola de administração de empresas funcionaria no prédio da Avenida Goiás, e seria administrado pela ESAN e o outro deveria funcionar na Vila Gerti, a escola de economia, onde hoje é a Fundação das Artes e gerida pela própria Prefeitura. Quem era muito entusiasta da criação dessas duas escolas era o Dr. Cláudio Musumeci, a quem São Caetano deve muito, mas como homem muito modesto, não gostava de aparecer. Com isso vagou um prédio no Bairro Nova Gerty. A Fundação das Artes, por sua vez, padecia dos problemas de um prédio adaptado, de salas muito grandes, quando o que se desejava eram salas para ensino individual. Então, o Dr. Oscar Garbelotto me falou deste prédio que estava um pouco sem função e que, talvez, fosse doado para uma faculdade, a FEC, que viria funcionar. Fui ver o prédio da Avenida Visconde de Inhaúma, esse prédio era ótimo para a Fundação das Artes. Nesse tempo o maestro Lourenção tinha sido afastado da escola e eu assumi, provisoriamente, o cargo de diretor, para que a Fundação retornasse à sua filosofia de criação. Eu gostei do prédio, tinha um auditório, que com poucas modificações, poderia ser um teatrinho de bolso. Mudei a escola para lá.

Nós tínhamos um sistema educacional muito interessante. Tão interessante que chamou a atenção do governo francês e fui convidado a passar uma temporada em Paris, expondo para as escolas de arte de lá, no Centro de Estudos Pedagógicos de Cerres, o método educacional da Fundação das Artes.

A Fundação das Artes foi tão importante naquele momento, que desmontou o sistema dos conservatórios. A escola de música naquele tempo apresentava-se em conservatórios e nós tiramos isso este sistema.

Colocamos em funcionamento, no primeiro semestre, a escola de música. Seis meses depois, demos início à escola de teatro. Foi a segunda escola de teatro do Estado de São Paulo, porque nos anos 40 o Alfredo Mesquita tinha fundado a Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD), cujo grande objetivo era fornecer atores e atrizes para o TBC.

Edir Figueiredo foi aluna da Fundação das Artes, e mais tarde ela foi aluna da Rosa Koshiba. Devo dizer que, fundada em 1968 a escola de música, seis meses depois começou a escola de teatro e seis meses depois começou a de artes visuais, que não encontrou interesse por parte de adultos, mas que mantinha o curso de iniciação, com a mesma filosofia da escola de música, que era a formação dos garotos através das artes plásticas. E a escola de dança não era aberta porque a Prefeitura já mantinha a escola de balé. Até que, fui chamado pelo

Diretor de Educação e Cultura e ele falou que queria passar a escola de balé para a Fundação e perguntou o que eu achava. Respondi que achava um horror porque a escola de balé era técnica e na Fundação das Artes a dança era contemporânea. Mas, apresentei uma proposta conciliadora: eu abriria a escola de dança con-

temporânea na Fundação e eles não aceitariam mais matrículas na escola de balé. Quando lá chegasse ao fim, nós já estaríamos funcionando aqui. Ele aceitou a ideia e nós abrimos matrículas. Trouxemos a Rosa Koshiba, da Bahia, e começou a escola de dança. Só que eles não resistiram à pressão, e abriram inscrições para a escola de balé, e com isso a Prefeitura ficou com duas escolas de dança, uma de balé na Biblioteca Ester Mesquita e outra na Fundação das Artes.

Atuação nos palcos


Namorava uma menina e gostava dela e queria me casar com ela. Mas eu queria ser ator. A minha carreira de ator foi interrompida exatamente por isso, porque os pais dela não admitiam que ela se casasse comigo, porque eu era ator. Fiquei 30

“A volta para os palcos foi um sacrifício, por que tinha mudado o figurino de ator”.

trinta anos fora do palco. Casei com ela. Só depois que os pais envelheceram, perderam um pouco o poder, que voltei. Fazer a Fundação das Artes parece que foi para mim uma compensação pelo fato de eu não subir ao palco. Já que eu não podia ser ator, fui ser diretor de uma escola de artes.

A volta para os palcos foi um sacrifício, porque tinha mudado o figurino de ator. Eu tinha medo, porque eu era daquela turma anterior. Nesse momento, minha filha estava fazendo a produção de um espetáculo dirigido pelo José Possi Neto, com Tarcísio Meira e Glória Menezes, chamado *Um Dia Muito Especial*, do Hector Escola. Foi feito o filme, chamado *Uma Jornada Particular*. É a história do dia em que o Hitler visita Mussolini para a assinatura do Pacto do Eixo. É a história de um casal de fascistas que tem seis filhos. Eu era casado com a Glória e o Tarcísio era o outro, morava no mesmo prédio, em um apartamento em frente. Eles precisavam de um ator e o Possi pediu para a minha filha arrumar um ator que não fosse muito conhecido, porque o espetáculo era do Tarcísio e da Glória, e descreveu o tipo que queria. E ela me indicou. No começo foi muito difícil, não consegui acompanhar o texto com Glória, foi a hora que ela me contou que pra ela também era difícil e que ela não havia pego aquele texto ontem já fazia tempo que estava com ela. Então me concentrei e de lá nunca mais parei.

Expectativas para o futuro

Isso que vocês estão fazendo no Memórias do ABC é muito importante e é um trabalho tão simples. Daqui a pouco eu faleço, mas ficam as ideias, as lembranças. Isso é feito por meio da cultura. A educação é profundamente reacionária. A cultura é revolucionária. As pessoas misturam os campos. A educação é feita em cima de exemplos já vividos e a cultura é experiência de vida. 

(*) **Ana Beatriz Tocchio**, graduanda em Jornalismo na USCS e monitora voluntária no Memórias do ABC/USCS

EM CENA, SONHOS E ANSEIOS

ESQUETE RETRATA A HISTÓRIA DO TEATRO AMADOR DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DO OLHAR DE DOIS PERSONAGENS DA SOCIEDADE LOCAL

*A história humana
tornar-se-ia sem sentido se
negligenciássemos o fato
de os homens terem
objetivos, fins, intenções*
(Paul Veyne)

A história do teatro amador de São Caetano do Sul foi tema do esquete apresentado pela Companhia de Teatro Experimental Maria Tita -Cia. TEMT, durante o lançamento da Agenda Histórica 2010, projeto da Fundação Pró-Memória, no dia 24 de novembro em 2009. Com o tema Arte Dramática, essa edição da Agenda apresenta informações e imagens que serviram de inspiração para a pequena montagem de George Vilches, ator e diretor da TEMT. Centrada num diálogo travado entre duas importantes

figuras do teatro e da sociedade sancaetanense, o casal Octávio e Pina Tegão (representados por Vilches e Andréa Damaceno), o esquete menciona, de forma romanceada, características que marcaram a trajetória das artes cênicas, na cidade, desde sua fase inicial, quando os grupos encontravam-se vinculados a clubes e agremiações, até seu período contemporâneo, vislumbrado, na encenação, a partir dos sonhos e anseios daquele casal de atores pioneiros.

Raízes apresenta, na íntegra, o texto do esquete, proporcionando uma viagem no tempo, para o imaginário de várias gerações de sancaetanenses.
(Cristina Toledo de Carvalho)

“Daqui como há 70 anos”

(George Vilches)

(Em 1932, Pina e Octávio Tegão se preparam para um grande evento.)

Pina (encostada no cavalete, reflete sobre sua vida enquanto se vê refletida em sua própria imagem)

Você já se sentiu como um figurante em sua própria vida? Parece que estou sempre no segundo plano, assistindo a outras pessoas dizerem e fazerem todas as coisas que sinto por dentro. Um dia vou surpreender a todos com os meus talentos. Eles vão rir e chorar e me escrever tanto que vou ficar irritada.

Octávio- (saindo detrás de seu cavalete, que também representa sua própria imagem) Falou comigo?

Pina- Não, Octávio.

Octávio- Já estamos atrasados (olha-a) mas você não parece estar muito entusiasmada...

Pina- Entusiasmada?

Octávio- Vamos para um Festival Dramático, estamos ambos indicados a “melhores elementos cênicos”. Todos os nossos amigos estarão lá, o Matheus Constantino, o Dante, o Aldo e a Júlia Negrini. Além do mais, os meninos vão ficar com a sua mãe dormindo como anjos.

Pina- Eu sei Octávio. O problema não é o hoje, é o amanhã.

Octávio- (que já entendeu a ideia, mas tratando o assunto com certa irrelevância) Amanhã eu trabalharei no cartório e você...

Pina- Pára, seu bobo. Eu quero dizer que hoje tudo está ótimo, mas para amanhã isso não é o suficiente.

Octávio- Tudo bem, vamos falar sério. Não sei por que você reclama. Está indicada a “melhor elemento cênico feminino” e vai levar o prêmio...

Pina- Claro, eu sou a única atriz da cidade!

Octávio- Mas é talentosa também. É a “prima donna” do teatro, a minha “prima donna”.

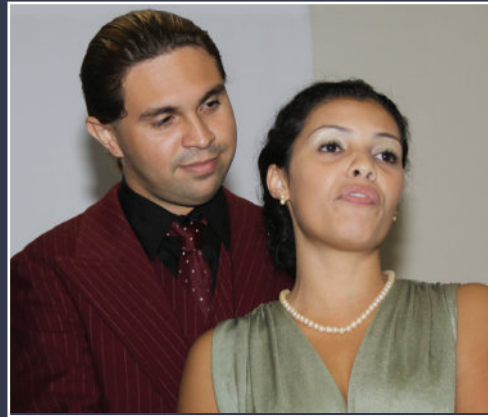
Pina- Ora, Octávio, não vamos tapar o sol com a peneira. Tantas mulheres passam pelo teatro da cidade, e são tão talentosas. A Júlia Negrini, a Ida Rutighiani, a Leonor Navarro. Todas são ótimas, mas precisam ser vistas. Lembra-se da dificuldade que tivemos para fazer “Os Dois Sargentos”, no clube São Caetano. Não tínhamos outra atriz pra ser sua mãe e eu tive que fazê-lo, apesar de ser quase dez anos mais nova do que você.

Octávio- (farrista como sempre) É quase um complexo de Édipo. (ficando sério) Está bem, parei com a graça. E o que você sugere, “senhora Octávio Tegão”?

Pina- Eu? (refletindo) Eu desejo que as mulheres não tenham medo de fazer teatro. Eu desejo que os grupos teatrais tenham apoio dos clubes e agremiações da cidade, como o “Ideal” faz. Eu desejo que as peças parem de ser feitas em italiano e falem de coisas nossas. Que não exista mais o ponto para soprar texto e sim que os atores o decorem. (se animando cada vez mais) Eu desejo que toda a população tenha acesso ao teatro, desde o centro até as várzeas de São Caetano, como naquela ideia do Almendra, de fazer peças de teatro em carroça. Seria maravilhoso, não!?

Octávio- Claro! Mas meu amor, as coisas têm acontecido aos poucos, mas tem!

Acervo/Fundação Pró-Memória



George Vilches e
Andréa Damaceno
em cena.

Pina- (sem dar ouvidos) Eu desejo que os grupos se tornem independentes e cresçam mais, que tenham sede própria, se projetem também fora de São Caetano e representem a cidade em outros festivais dramáticos como ao que vamos essa noite.

Octávio- (se animando com as ideias) Seria ótimo se tivéssemos uma escola de artes na cidade.

Pina- Sim, porque os clubes não poderiam manter para sempre esses grupos.

Octávio- E com uma escola, nossos jovens atores poderiam se profissionalizar e voltar para os grupos com mais embaçamento.

Pina- E esses grupos poderiam desenvolver várias pesquisas e serem representantes ativos na região.

Octávio- Pina...eu acho que precisamos de, pelo menos, uns setenta anos para que isso aconteça. Talvez a gente nem veja todos esses acontecimentos. Por enquanto, temos que nos contentar com nossos prêmios.

Pina- Um dia, Octávio, quando tudo isso acontecer, talvez nós não vamos estar mais aqui, mas seremos lembrados como pioneiros. Nós seremos história.

Octávio- Será?

Pina- Eu tenho certeza...e seremos uma história muito boa. Quem sabe até não viramos peça?!

Octávio- (olhando as horas) Vamos, já estamos bem atrasados. Está pronta?

Pina- (Pegando a sua estola) Sim. Pronta para o futuro! (dão as mãos)

Atriz- Josephina e Octávio Tegão não viram muitos dos acontecimentos que fizeram parte destes setenta anos de história. Mas coube a eles escrever no livro da vida uma parte dela e a ela prestar essa homenagem.

Ator- Não viram a inauguração da escola de artes e nem a independência dos grupos, assim como o nascimento e término de outros tantos pólos culturais da cidade.

Atriz- Muitas coisas faltam para ser vistas e contadas ainda.

Ator- Mas certamente o lugar deles na memória está guardado, e na plateia dos acontecimentos também.

O casal Octávio e Pina Tegão

Octávio Tegão nasceu em Rio das Pedras, região de Piracicaba, interior de São Paulo, no dia 20 de setembro de 1898. Filho de João Baptista Tegão e Tereza Afrontini Tegão, era casado com Josephina Juliani Tegão, com quem teve dois filhos: Mário Luiz e Sérgio. Transferiu-se para São Caetano ainda menino. Trabalhou no comércio e, em 1921, ingressou no Cartório de Registro Civil, onde permaneceu por 40 anos. Exerceu as funções de escrevente, oficial maior e escrivão. Dedicou-se também à política. Na década de 1930, foi vereador pelo então Distrito de São Caetano junto à Câmara Municipal de São Bernardo. Na gestão de Antônio Fláquer à frente da Prefeitura de Santo André, ocupou o cargo de subprefeito em São Caetano, quando a cidade ainda pertencia ao município andreense. Entre 1953 e 1956, foi vereador em São Caetano pelo PSP (Partido Social Progressista). Sua atuação na área sociocultural foi também marcante. Foi ator de teatro amador e um dos fundadores do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal e de entidades beneficentes e assistenciais, além de ter presidido o São Caetano Esporte Clube, entre 1951 e 1952. Pelo conjunto dos feitos em prol da comunidade de São Caetano do Sul, recebeu o título de cidadão sul-sancaetanense. Faleceu no dia 5 de julho de 1966.

Josephina Juliani Tegão, carinhosamente chamada de Pina Tegão, nasceu em São João da Boa Vista, interior de São Paulo, no dia 2 de novembro de 1907. Era filha de Luiz Juliani e Itália Infanti Juliani. Na juventude, quando já residia em São Caetano, trabalhou na indústria. Engajou-se no teatro logo nos primeiros anos de seu desenvolvimento, na cidade, firmando-se como uma das primeiras atrizes locais. Faleceu no dia 9 de março de 1977.

Acervo/Fundação Pró-Memória



Acervo/Sérgio Tegão

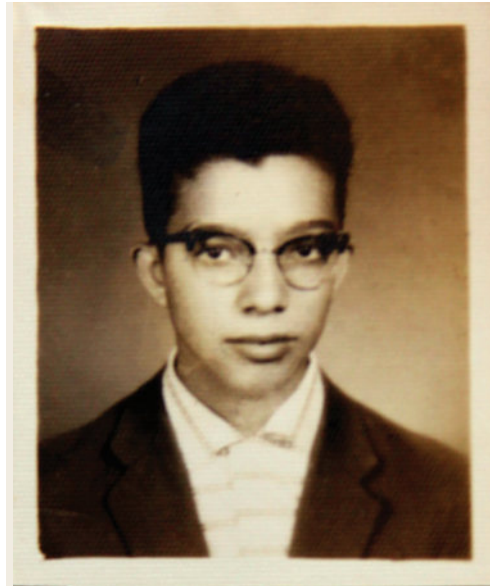


Octávio Tegão (o último, em pé, da esquerda para a direita) com seus companheiros do grupo teatral do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, na década de 1920. Na fileira em que Tegão aparece, estão (a partir da esquerda) Matheus Constantino, Aldo Negrini e Teodomiro Sigolo. Sentados, da esquerda para a direita: Dr. Constantino de Moura Baptista, Ida Rutighiani e Dante Negrini

Pina Tegão em foto tirada no alpendre de sua casa, na esquina das ruas Monte Alegre e Espírito Santo, no final da década de 1940

CARLOS AUGUSTO STRAZZER, UM ATOR PLENO QUE VIVEU EM SÃO CAETANO DO SUL

George VILCHES ()*



Todos sabem que Carlos Augusto Strazzer foi reconhecidamente um exemplo de artista pleno, destacando-se em teatro, televisão e cinema. O que poucos sabem é que o ator viveu em São Caetano do Sul. Aqui passou parte de sua infância, estudou e formou um grande círculo de amizades. O filho mais velho de Carlos e Nelma Strazzer iniciou sua carreira artística na cidade e aqui ainda frequentou por muitos anos. Revia amigos e os quatro irmãos, Heloisa, 56 anos; Márcia, 55 anos; Murilo, 53 anos e Eduardo, 44 anos.

Carlos Augusto Strazzer nasceu no bairro da Barra Funda, à Rua Dr. Sergio Meira, em 04 de Agosto de 1945. Naquele tempo, seu pai era diretor da escola SENAI naquele local e sua mãe lecionava no Estado, como professora concursada.

Após quatro anos, a família Strazzer transferiu-se para a cidade de Bauru, no interior do estado, onde Carlos Augusto completou o curso primário. Depois dessa temporada os Strazzer se mudaram para São Caetano do Sul. O pai assume a direção da SENAI Armando Arruda Pereira, na cidade.

Carlos Augusto, aos dez anos, foi matriculado na escola Coronel Bonifácio de Carvalho, na ocasião chamada de Escola do Estado. Por lá, concluiu o curso ginásial e começou o científico. Gostava de imitar os professores e era um bom aluno, apesar de ter sido reprovado na 2ª série ginásial.

Além da escola, frequentava o SENAI, igreja, cinemas e teatros. Gostava de natação e meditação. Era torcedor do São Paulo, apesar de seu pai ter sido corintiano roxo. Uma passagem curiosa sobre esse fato se deu quando Carlos Augusto, ainda pequeno, foi perguntado se era corintiano, ao responder que era são paulino ouviu do pai: “mas filho meu tem que ser corintiano.” e Carlos, finalizando a conversa, responde: “pai, eu sou teu filho, mas sou são paulino!”.



A iniciação artística

Ainda na escola Coronel Bonifácio de Carvalho, participava de pequenas encenações paralelas ao curso de piano que fazia no Conservatório de São Paulo. Em uma das encenações estudantis, foi convidado para participar de montagens profissionais. Começou no teatro infantil, com a peça “O Carrossel Zangado”, onde fazia o papel de um cavaleiro. Nessa mesma peça, contracenava com Antônio Fagundes, que atuava como um elefantinho.

A peça foi um sucesso e a partir daí não parou mais. Seguiram-se trabalhos teatrais, como o espetáculo musical “Evita” e ingressou na televisão. Com o personagem Daniel, estreou na telinha na primeira versão da novela “O Profeta”, exibida em 1977 pela rede Tupi.

Posteriormente, trabalhou em diversas emissoras, marcando presença em trabalhos memoráveis como “O Direito de Nascer” (1978), “Mandala” (1987), “Que Rei Sou Eu” (1989), na rede Globo, e na novela “O Cometa” (1989), da rede Bandeirantes, numa atuação brilhante no papel de Habib, um mascate turco.



Resistência da Família

Carlos teve que vencer a resistência dos pais ao abraçar a profissão. Em entrevista para o jornal Folha de São Caetano, de 28 de Janeiro de 1978, Dona Nelma disse que não acompanhava o trabalho de Carlos Augusto por pensar que a profissão era ingrata, pois o filho trabalhava demais e não podia descansar e vê-la. Ainda assim era muito carinhoso e presente, mesmo que não pudesse participar de todos os acontecimentos da família, ele a visitava em média a cada dois meses.

Possuía uma sensibilidade tão marcante que cativava todos, inclusive sua esposa, a tradutora e intérprete Marina.


Casamento

Do primeiro encontro ao casamento foram 10 meses de relacionamento. Tiveram três filhos: Luciano, Fábio e Ana Paula. Seu filho Fábio é diretor da rede Globo e o único que continuou no meio artístico, o filho Luciano é massoterapeuta e Ana Paula é pediatra e espera sua primeira filha, a primeira neta que, infelizmente, Carlos não irá conhecer. Todos moram no Rio de Janeiro.

Educação

“Carlos Augusto sempre teve a educação como virtude e sempre foi muito obediente”, disse Dona Nelma Strazzer na entrevista citada. Dona Nelma, hoje aos 85 anos, mora em Mogi das Cruzes com o filho Eduardo. Os irmãos Heloisa e Murilo permaneceram em São Caetano do Sul, onde constituíram família.

Em entrevista recente, Heloisa comenta, ainda, que Carlos Augusto “se dedicou ao máximo à profissão, como tantos que a escolhem por amor, como ele. Era versátil ao extremo, podia fazer um bruxo tão bem como um anjo e sempre emocionava. Seu talento era reconhecido por todos. Creio que ele foi muito realizado na profissão que abraçou.”

Carlos Augusto Strazzer morreu em 19 de fevereiro de 1993, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, deixou um legado de belos trabalhos e lembranças para os fãs, familiares e amigos. 

(*) **George Vilches** é ator, arte-educador e diretor da Cia. TEMT.

Acervo/Adelina Del Mestre Della Vale e Rosa Del Mestre Fonseca (sobrinhas de Laura)

A elegância de Laura encantava a todos. Na foto, com 22 anos



A ELEGANTE LEMBRANÇA DE LAURA, A CHAPELEIRA

Leonilda VERTICCHIO ()*

Da minha infância, das primeiras lembranças, guardo na memória grandes recordações. Delas, uma boa parte, pode se transformar em histórias. Daquele tempo de criança, a beleza e a elegância de uma jovem senhora conquistaram espaço na minha vida e marcaram uma época.

As memórias revivem, afloram... vivas e alegres. A saudade de um tempo que não volta mais traz à minha lembrança uma personagem marcante: Laura, a Chapeleira. Clássica, ativa, elegante e bonita. Nossa personagem deve ter participado da vida social de muitas senhoras na cidade.

A elegância de Laura estava em tudo que usava: suas roupas coloridas e estampadas ou cores discretas, belas bolsas e sapatos. Ela sabia ostentar tudo como ninguém. Alta, pele clara, cabelos escuros, curtos e levemente ondulados eram características de uma bela mulher. Lembro bem dos lábios vermelhos, que combinavam com o esmalte.

Aos meus olhos de menina, Laura era um ídolo, alguém a quem copiar, uma artista de cinema. Seu jeito de andar, passos largos, ritmados, sem

pressa... tão bela. Eu a vejo como num filme que passa e repassa em nossa mente. E, a vejo, principalmente, ao cumprimentar vizinhos e amigos, num leve sorriso, num gesto delicado com as mãos.

Laura, filha de imigrantes de italianos, morava em uma casa grande e confortável com a Mama Angelina, suas duas irmãs casadas, seus sobrinhos e sobrinhas. Sua arte de transformar tecidos em chapéus fez com que Laura convivesse com famílias tradicionais de São Paulo. Aos 14 anos era profissional e criava modelos para o vestuário feminino.

Acervo/Adelina Del Mestre Della Vale e Rosa Del Mestre Fonseca (sobrinhas de Laura)

No Rio de Janeiro a passeio, no dia 2 de novembro de 1929, sempre com seu acessório o chapéu. O Rio estava em festa pela inauguração do Cristo Redentor.




Cada chapéu era uma obra artística, único. Conquistou senhoras e senhoritas da mais alta sociedade paulistana. Ela trabalhava no Atelier de Alta Costura de Madame Bianchi, como responsável pela chapelaria. Setor dos mais importantes, pois a moda exigia como acessório um belo chapéu.

Flores, fitas, tules, pérolas, seda, cetim e muitas cores compunham o trabalho de Laura, a Chapeleira. Os anos 30 pediam elegância. As mulheres buscavam inspiração na Europa, principalmente a moda francesa, com seu estilo Chanel e seus tailleurs ao estilo charleston, curtos e brilhantes.

Nossa personagem sempre impecável seguia à risca todas as tendências e arregimentava fãs e clientes. Seus chapéus habitavam os lugares mais requintados. Ninguém se atrevia a tomar um chá da tarde, sem estar munido de um belo chapéu, criação de Laura, a Chapeleira. Nas viagens de trem, para Campinas ou Ribeirão Preto... Lá estavam as mais belas cabeças adornadas pelos chapéus de Laura.

Laura marcou grandes eventos. As festas e os saraus dos famosos fazendeiros do café. Suas senhoras sempre compravam chapéus. Óperas, tardes de apostas no Jockey Club em São Paulo... O cenário se completava com os chapéus.

A alma artística de Laura confeccionou chapéus por longos anos. Peças únicas, incomparáveis. Mas, foram por alguns anos. Nada eterno. A moda teve seu fim e só restaram lembranças das belas cabeças com chapéus de Laura, a Chapeleira.

Nessa pequena homenagem, tentei levá-los a um tempo de elegância, de beleza... Tentei lembrar não só da artista, mas da boa pessoa que foi Laura, uma mulher inesquecível, principalmente nas doces lembranças de uma memória de criança. 

(*) Leonilda Verticchio é memorialista.

GARBOS X MORSOS



De volta ao nosso querido Bairro Fundação, hoje mais “em foco” do que nunca, fomos buscar no baú das lembranças uma das interessantes histórias de rivalidade presentes no dia-a-dia da vida daqueles que viveram lá há muitos anos atrás.

(João Tarcisio Mariani)

Era uma vez uma fábrica de bebidas do tempo em que cerveja e refrigerante eram coisas de ricos ou remediados, ou, de vez em quando, no almoço de domingo. Isto é de uma época em que o refrigerante, mais conhecido, era o guaraná da Antarctica, mas tinha também a soda ou soda limonada, cujo apelido era “gasosa”. As mães pobres misturavam um pouquinho de cerveja à soda, pois assim, ela mudava de cor, fazia espuma, melhorava o sabor com a pitada de álcool, fazia render um pouco mais a “gasosa” e, ainda por cima, diminuía a quantidade de cerveja que o “chefe da casa” iria beber. Só poderia ser mesmo coisa de mãe (pobre de dinheiro, mas rica em criatividade).

Agora, mudando de mãe para pai. Foi justamente porque meu pai (quando você estiver lendo esta **RAÍZES 41** ele teria completado **110** anos de lucidez), trabalhou na fábrica de bebidas Antarctica e por causa da qual nos veio à lembrança desta história.

A fábrica era localizada na Mooca, em São Paulo, e o Bairro Fundação possuía um dos mais importantes depósitos da Antarctica, conhecido não só em São Caetano, mas em toda a região. Diríamos que a Antarctica dominava, plenamente, o mercado de bebidas no Brasil e que a família Garbelotto (existe também o “genérico” Garbelotti) comandava com êxito o depósito de São Caetano, frente para a Rua 28 de Julho e fundos para a Rua Ceará. Na Rua 28 de Julho, 75, ainda hoje, há uma identificação na porta onde se pode ler “Depósito Antarctica”.

Uma outra fábrica de bebidas tentava algo que parecia impossível: competir com a Antarctica, era a Brahma. Como não poderia deixar de acontecer, foi criado o depósito da Brahma, em São Caetano. Adivinhem em que rua? Justamente, 28 de Julho! Afinal, concorrência é concorrência, então os depósitos eram na mesma rua e muito próximos, cabendo à família Morselli (há o “genérico” Morcelli) lutar pelo sucesso do depósito da Brahma.

Durante décadas, o Bairro Fundação assistiu a uma manifesta disputa de preferência popular alimentada por Antarctica e Brahma, protagonizada pelo entusiasmo e competência de **Garbelottos e Morsellis**.

Meus pais moravam na Rua Ceará, vizinhos do depósito dos Garbelottos e, por isso, lá em casa (somente aos domingos), tínhamos um guaraná ou uma soda e uma cerveja da Antarctica à mesa.

Veladamente se percebia que um ou outro morador do pedaço arriscava experimentar as bebidas da Brahma, mas era melhor não divulgar essas tentativas, pois a ampla maioria era fiel e favorável à Antarctica. Essa fidelidade era transferida, automaticamente, à família dona do depósito: fiel à Antarctica ou à Brahma, fiel aos Garbelottos ou aos Morsellis.

Como vizinhos dos Garbelottos a nossa fidelidade tinha que ser redobrada e, por isso, no dia em que alguém lá em casa disse que havia experimentado o guaraná da Brahma, na casa de um amigo, e o achara mais gostoso do que o da Antarctica, minha mãe, discretamente,

convenceu o ilustre a transformar esse seu gosto em segredo. E mais, que tratasse de tomar guaraná Brahma na casa dos outros, pois, lá em casa, ele não entraria (entenda-se, o refrigerante).

Anos mais tarde, já em pleno declínio daquela rivalidade toda, ainda lembro que minha mãe, mesmo já tendo mudado de opinião e achado que soda era Antartica e guaraná era Brahma, ainda assim, o refrigerante da Brahma parecia um produto “clandestino” dentro de casa e que deveria ser tomado às escondidas para que os Garbelottos não soubessem da “traição”. Essa era a sensação, não apenas nossa, mas de todos quantos compartilharam, naquela época, de uma ingênua e lírica disputa de mercado que antecedeu a era do “marketing” agressivo e às vezes apelativo, como o de hoje, capaz até de transformar a cerveja, desde “gostosa” até “devassa”.

Tudo isso formava um comportamento tão próprio daquele “feudo”, que era o Bairro Fundação, que uma fusão da Antartica com a Brahma, para a criação da AMBEV, na ocasião, além de ser algo impensável, jamais passaria, como atualmente, por uma consulta ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mas, com certeza, teria que se consultar o “CAFFU” – “Conselho Administrativo das Famílias da Fundação”.

A esta altura, alguém já deve estar se perguntando e, afinal de contas, **Garbos e Morsos** onde entram nesta crônica?

Os Garbelottos tinham o **GARBO** dos pinguins da Antartica e os Morsellis tinham o **MORSO**, ou seja, a pegada, das

morsas da Brahma. Os **MORSOS** eram dos mares da região Ártica e os **GARBOS** eram dos mares da região Antártica.

Garbo, no dicionário, também aparece com o significado figurativo de generosidade. Achamos que no caso dos Garbelottos isto poderia ser aplicado no sentido de que eles foram durante anos, na década de 50, os únicos que possuíam televisão, e, numa grande garagem, ao lado do depósito de bebidas, aos domingos, amigos e vizinhos eram convidados a assistir ao futebol com direito à refrigerante na “faixa”.

Morso, no dicionário, também significa mordedura que era um pouco do que a rivalidade propiciava, ou seja, de vez em quando havia algumas “mordidas” ou “cutucadas” entre as tribos dos Garbos e dos Morsos, mais provocadas pelas intrigas do folclore popular do que pelos Morsos e Garbos propriamente ditos, porém, nada nunca tão sério que ultrapassasse os limites do respeito mútuo que sempre pautou as relações entre essas duas tradicionais famílias da Fundação e da cidade, às quais aproveitamos para prestar nossa pequena homenagem aqui.

Se, porventura, ficou alguma dúvida, sobre Garbos e Morsos, faça o seguinte: convide o Ademir Medici para tomar cerveja com você e depois de algumas é bem provável que tudo fique claro, ou escuro, dependendo da cerveja, e, melhor ainda, o Ademir, com certeza, lhe contará, com muito mais propriedade, outras histórias de rivalidade do Bairro Fundação, principalmente no futebol.

*Em homenagem ao meu pai.
Senhor de muitas histórias, que morreu neste ano,
antes de completar 110 anos.*

REGINA CÉLIA GONZÁLES

COMEMORA BODAS DE OURO
COM O INSTITUTO DE ENSINO
DE SÃO CAETANO DO SUL

Cristina ORTEGA ()*



Acervo/Regina Célia Lopes Gonzáles

Quando falamos em educadores, um nome que se destaca no ensino de São Caetano do Sul é o da professora Regina Célia Lopes Gonzáles, ou simplesmente, Dona Regina, como é conhecida por centenas de alunos que por ela passaram. Sua história de trabalho não teve atalhos, foi uma caminhada única por apenas dois locais: Instituto de Ensino de São Caetano do Sul e GE (Grupo Escolar) Padre Alexandre Grigolli, sempre com um único objetivo, a formação de jovens.

Dona Regina é uma pessoa jovial, expansiva e está sempre rodeada de familiares e amigos. Seu temperamento afável e simpático a acompanhou durante todos os anos em que lecionou.



Acima: 1966 - Dona Regina e a professora Nilce com uma turma da 4ª. Série, do IESCS.

Abaixo: 1975 - Dona Regina com turma da 4ª. Série do IESCS.



Trajatória de vida

Baiana de nascimento, de Djalma Dutra, uma pequena cidade próxima de Salvador, filha única de fazendeiro, ali morou somente até os cinco anos de idade, mudando-se com a família, para Termas de Ibirá, em Minas Gerais, onde viveu até os seus 17 anos. Mudou com a família para São Caetano, por volta de 1950, instalaram-se numa casa da Rua Floriano Peixoto, no tempo em que toda a região do Bairro Santa Paula era de terra, com chácaras e muita lama.

Em 1952, casou-se com José Gonzáles, contador e pertencente à Diretoria do Clube Comercial, mudando-se para a Rua Oswaldo Cruz, onde nasceram suas filhas Sonia, Sandra e Silvana.

Seu primeiro trabalho foi no Instituto de Ensino, antigo Ginásio de São Caetano, sob a chefia do professor e diretor, Vicente Bastos. Tinha 17 anos e seu trabalho era de escriturária, na secretaria da escola. Ao formar-se, em 1952, no antigo Curso Normal do Colégio Estadual Bartolomeu de Gusmão, no Ipiranga, o Professor Vicente lhe deu uma classe de Admissão. Nesse mesmo tempo, conseguiu uma classe no Estado, no Instituto Nossa Senhora da Glória, cuja diretora era a Irmã Julieta, ali lecionou no 1º ano primário. Nessa escola, foi professora de Francisco Massei, de José Luiz Benedetti, entre outros.

Ao sair do Instituto Nossa Senhora da Glória, assumiu uma classe de emergência na Vila São José.

Em 1960, ingressou, definitivamente, no Estado e foi efetivada na cidade de Santa Fé do Sul, onde ficou apenas durante um ano. Nesse curto período, afastou-se do Instituto de Ensino. Já, em 1962, foi para Mauá, lecionar no GE Odila Bento Mirarchi. Conseguiu conciliar com o horário do Instituto, e lá estava ela de volta, lecionando para o 4º ano primário.


Removida para São Caetano, em 1963, assumiu uma classe no GE Padre Alexandre Grigolli, cujo diretor era o Professor Nutti. Nessa escola per-

maneceu até a sua aposentadoria, em 1984, mas sem abandonar o seu horário no Instituto de Ensino. A partir de então, passou a dedicar-se, integralmente, ao Instituto de Ensino, como Coordenadora Pedagógica do Pré até a 8ª. Série.

Foram seus diretores Vicente Bastos e Celso Marchesan e depois, Francisco Bastos e Antonio Flávio Marchesan.

E no IESCS, permaneceu até completar 50 anos de serviço, afastando-se em abril de 2001.

Quantos e quantos sancaetanenses passaram por suas mãos... Celso Marzano, Nilton Mori, Irineu e Ivan Cavassani, Toninho Marchezan, Moriza Garbelotto, Naum Kogan, Magnólia Gripp Bastos, Márcia Braidó, Cibele Russo, Nelson Relá, Jordano Vicenzi, Paulo Hoffmann, Álvaro e Carlos Alberto Cunha, dentre outras centenas de alunos.

Hoje, Regina Célia divide seu tempo entre livros de leitura, viagens, a companhia da família e muita saudade do tempo no Instituto. 

1976 - Dona Regina com sua turma da 4ª. Série do GE Padre Alexandre Grigolli e ao lado, o diretor Geraldo Nutti.



Aerov/Regina Célia Lopes Gonzáles

(*) **Cristina Ortega**, pedagoga, advogada e pesquisadora na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E SUAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS



O desenvolvimento econômico de um município e de toda sua comunidade tem sua história marcada pelo trabalho realizado nas indústrias. São Caetano do Sul registra as páginas de sua linha do tempo com as formações e transformações industriais. Das olarias aos grandes poderes multinacionais, tudo gera influência no modo de vida dos seus moradores.

Os registros fotográficos da era industrial sancaetanense, pesquisados no Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, são cenários de uma memória inesquecível e fazem parte desta nova edição da Memória Fotográfica.



AcervolFundação Pró-Memória

Fábrica de Calçados Floreal



Fábrica de Café São Caetano, na época situava-se à Rua Conde Francisco Matarazzo esquina com a Rua Herculano de Freitas, no Bairro Fundação



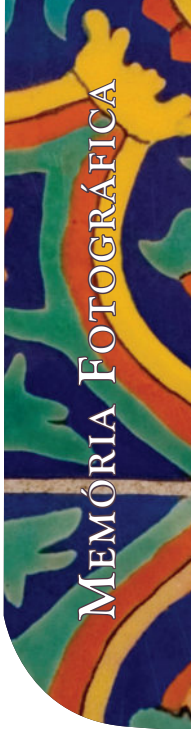
Funcionárias da Indústria Pamplona, pioneira em São Caetano do Sul

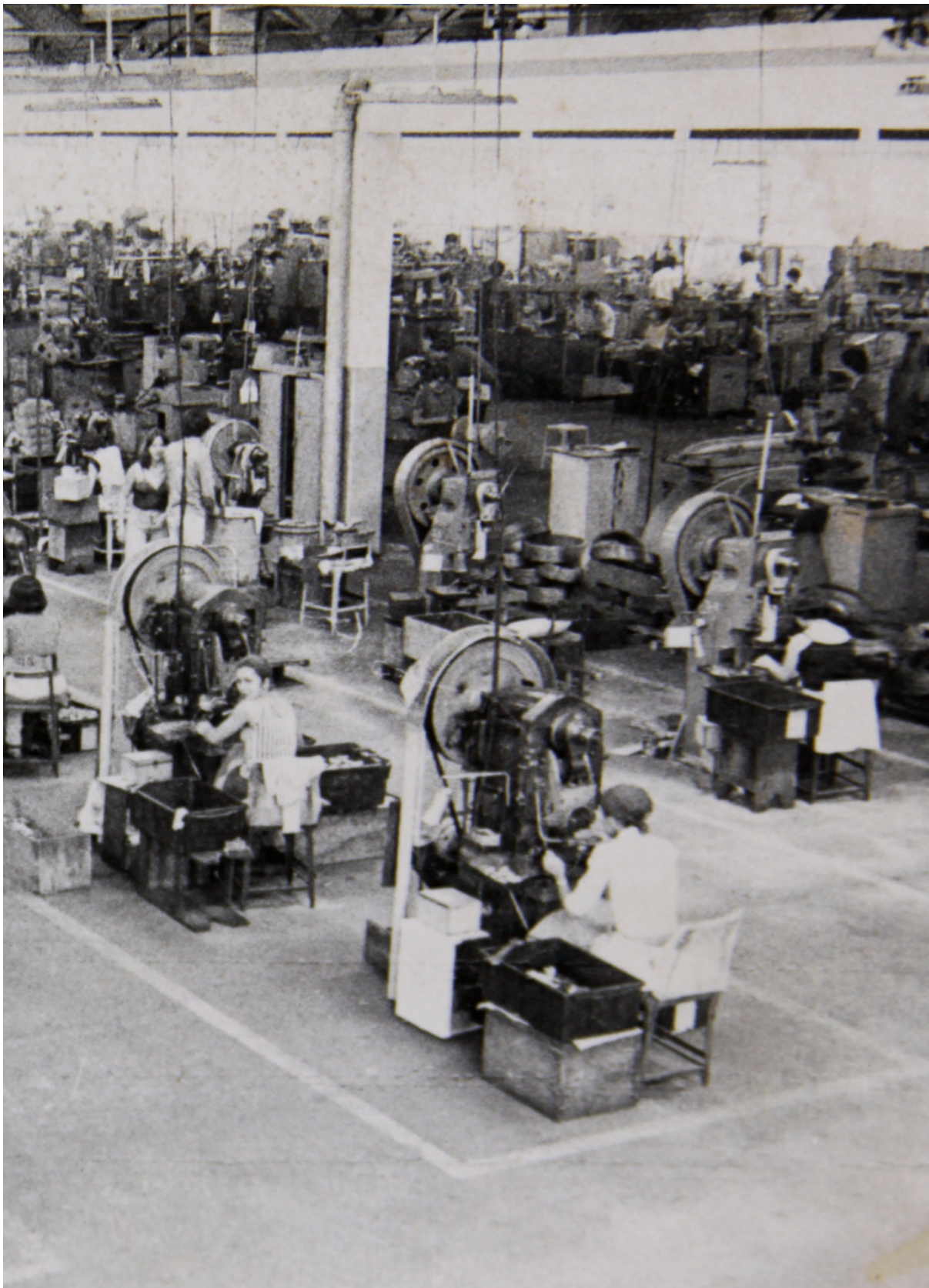


Entrada da CONFAB



Indústria Agro Pecuária Braido





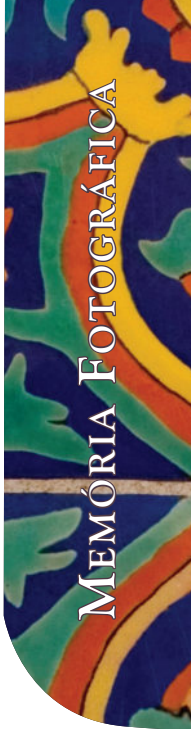
IMESCA-Metalúrgica São Caetano S.A. Foto da década de 70, seção de estamparia



ZF do Brasil



Companhia Mecânica Importadora. Instalada em São Caetano do Sul em 1914. Foto da década de 40





Fábrica Artefato Metalurgia Italiana. Fundada em 1915. Foto da década de 20.



Refinadora de Milho Brasil. Construída em 1915.



Metalúrgica Barile, fundada pelo imigrante italiano Antonio Barile, em 1928. Foto de 1953.



Fábrica de Correntes São Caetano, fachada do primeiro pavilhão nos anos 40.



Indústrias Corrente São Caetano



Vista aérea da General Motors do Brasil. Área de 260.537 metros.

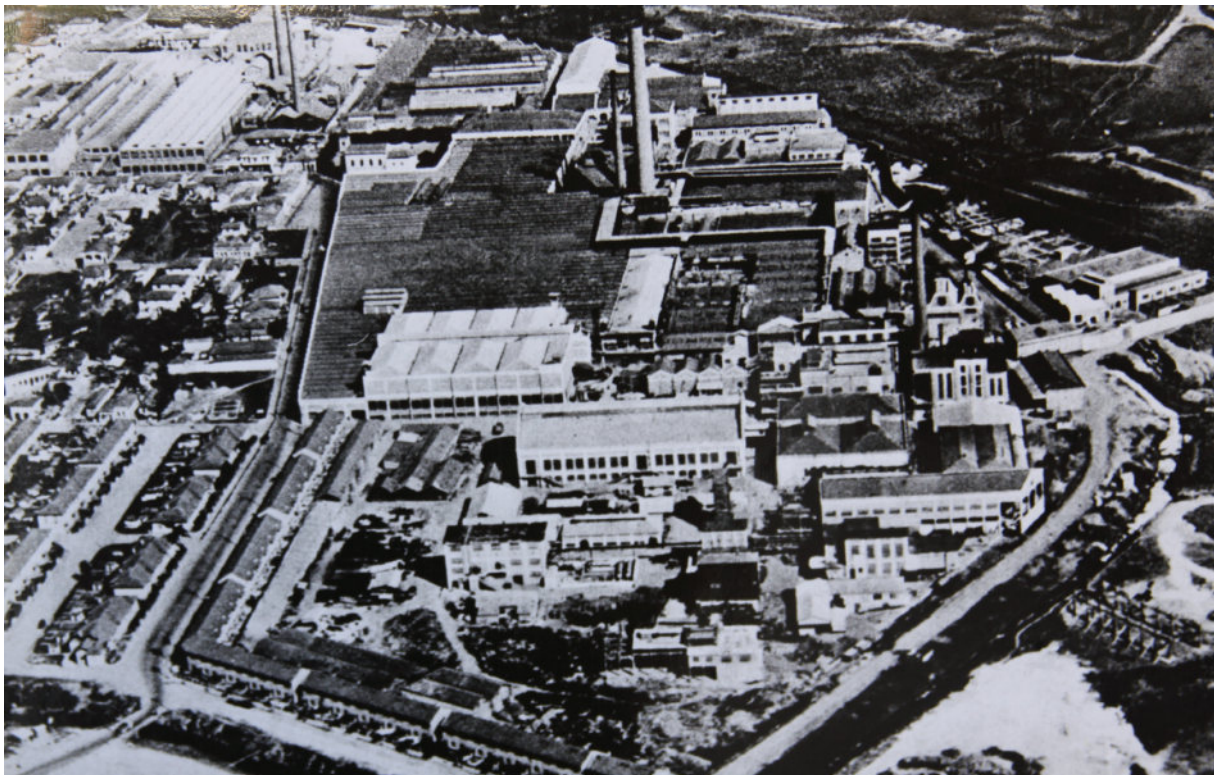


Antigas instalações da Indústria Stearica Paulista, na época situada à Avenida Antonio Prado.



Cerâmica São Caetano na década de 30





Vista aérea das Indústrias Reunidas Matarazzo



Fachada da Cerâmica São Caetano, década de 50



Antigas instalações da Indústria Stearica Paulista, na época situada à Avenida Antonio Prado.







REGISTRO

por

Jô Sperate Figueiredo é jornalista, foi Diretora de Comunicação Social e Assessora de Cultura da Prefeitura de São Caetano do Sul, editora do Jornal ABC News e, atualmente, responde pela Assessoria de Comunicação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

RAÍZES



Ano XXI - São Caetano do Sul - Dezembro de 2009

40

100 | RAÍZES | Ano XXII | São Caetano do Sul | Julho de 2010

Em Foco

Arte Sacra em São Caetano
fragmentos de uma história

RAÍZES 40 UM RESGATE HISTÓRICO DA ARTE SACRA

A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio da Secretaria de Cultura e da Fundação Pró-Memória, lançou, no mês de dezembro de 2009, a 40ª edição da revista Raízes, trazendo com destaque a Arte Sacra de paróquias e igrejas do município. O evento, que também marcou os 20 anos da publicação que resgata a história da cidade, reuniu centenas de convidados no Teatro Santos Dumont.



O Chefe de Gabinete, Luiz Antonio Cicaroni, no momento representando o prefeito de São Caetano, recebe a Raízes 40 das mãos do presidente da Fundação Pró-Memória, Clovis Antonio Esteves

O presidente da Fundação Pró-Memória, Clovis Antonio Esteves, ressaltou que a edição número 40 da revista Raízes consolida uma nova concepção para a revista. “A Raízes faz um convite à reflexão e a uma viagem ao passado. É uma homenagem às histórias de vida dos sancaetanenses e chega aos 20 anos com emoção e arte.”

A seção Em Foco da Raízes fala sobre a arte sacra nas paróquias da cidade, com relatos feitos a partir dos livros de Tombo, inventários escritos pelos padres de cada igreja, comentários artísticos, nomes de pintores e outros detalhes que resultaram num patrimônio histórico relevante para o município.

A edição 40 da revista Raízes marcou a volta de dois importantes articulistas: o professor e sociólogo José de Souza Martins e o jornalista e memorialista Ademir Medici.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL



ATESTAMOS QUE

Antonio Monteforte

integra o Projeto

CIDADÃO DA HISTÓRIA

A homenagem reconhece munícipes mais antigos dos bairros. E, nesse resgate histórico, a Prefeitura Municipal e a Fundação Pró-Memória demonstram a importância em valorizar a individualidade e a família na construção da linha do tempo e do desenvolvimento de uma São Caetano do Sul com raízes fortes, legado de um futuro cada vez mais promissor.

São Caetano do Sul, 13 de Março de 2010.



CIDADÃO DA HISTÓRIA



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul homenageia

Claudio Ferreira Lopes

por fazer parte da construção da história do

Bairro Nova Gerty

São Caetano do Sul, 27 de Fevereiro de 2010.

PROJETO CIDADÃO DA HISTÓRIA

Como parte da programação do Bairro a Bairro da Prefeitura de São Caetano do Sul, a Fundação Pró-Memória, em parceria com a Administração e com a Secretaria de Cultura, realizou novas homenagens aos que marcaram seus bairros com suas histórias, seus trabalhos, suas vidas sociais. Todos aqueles que fizeram parte do desenvolvimento do seu bairro e da sua cidade recebem da Prefeitura um diploma, um certificado numerado e o reconhecimento pela sua participação na vida e na história de São Caetano do Sul.

O Projeto Cidadão da História esteve, no dia 13 de março, nos bairros Nova Gerty e Boa Vista com a entrega das homenagens aos moradores mais antigos, comerciantes e entidades, com cerimônia realizada no auditório da EMEF Professor Décio Machado Gaia.

No dia 17 de abril, aconteceu a homenagem com entrega dos diplomas aos moradores e comerciantes mais antigos dos Bairros Cerâmica e Oswaldo Cruz. Já, no dia 22 a homenagem aconteceu nos bairros Barcelona e Santa Maria, com evento solene na Creche Zilda Natel.

O presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano, Clovis Antonio Esteves, falou sobre a iniciativa. “Este projeto nos orgulha, gratifica e marca o cenário histórico de desenvolvimento da cidade. É um registro que dá nome a quem se dedicou e contribuiu para o município, seja morador ou empreendedor”, destacou.

Homenageados

Bairro Nova Gerty

Alcinda Correia da Cruz
 Angela Marigliano do Nascimento
 Assunção Cassas Orosco
 Audete Ramos Rosa Melo
 Benedito Marques Faria
 Delva Teixeira Francisco
 Dorival Pereira da Silva
 Elza Tassi Monteiro
 Filomena Freitas
 Francisca Maria Nogueira
 Francisco Vicente Fernandes
 Guido Martins Broieti
 Igenes Feresin Oliva
 Inês Bovolenta dos Santos
 Izabel Gisoldi
 Izidoro Lopes
 João Bernardi e Josephina Bovolenta Bernardi
 João Feliciano da Costa
 Josué Augusto da Silva Leite
 Manoel do Nascimento
 Maria Salete de Araujo
 Marlene Dias Braz
 Nadir Carlos Raddi
 Olavo José Divino
 Ormy Thomaz de Oliveira
 Pacilio Carlos da Silva
 Paraskóvia Kovi Sywon

Roberto Carrio Salvador
 Rosina Renk
 Tereza Gomes Narcizo

COMÉRCIO

Auto Peças Visconde -
 representado por Moisés Cangane

ENTIDADE

Abrigo Irmã Tereza a Idosos Desamparados -
 representado por Sergio Edigard Montanheiro

Bairro Boa Vista

Antonio Monteforte e Isolina Magalhães Monteforte
 Inês Zanqueta Rocha
 Italo Crescenzi
 João Gaspar
 Lazara Magalhães Ornaghi
 Maria de Lourdes Paula de Sousa
 Paulino Bezerra da Silva e Jolinda Ornague da Silva
 Santana Coutre dos Santos
 Valdemar Garutti
 Vital Martinoff

COMÉRCIO

Auto Moto Escola Gisela -
 representado por Jayme S.de Oliveira
 Bar do Chico -
 representado por Manoel Rodrigues Moreira
 Loni Funilaria e Pintura -
 representado por Valter Joaquim Loni
 Padaria Marco Polo -
 representado por Sidnei Bezerra da Silva
 Relojoaria Alvorada -
 representado por Angelo Monteiro



Evento reúne homenageados e família

Bairro Oswaldo Cruz

Acácio Matos
 David de Sousa Moraes
 Elvira Grecco Hernandez
 Íris Furtado de Souza (com acento)
 Lazara Neves Gomes
 Maria Leandrini Della Colleta
 José Ramos Vitorino e Neide Trigo Ramos
 Antonio Casate
 Helio Klaus
 Abrahão Bezerra de Lira
 Elvira Cachefo Lima
 Odete Pescara
 Almelindo Zanutto e Francisca Ortiz Zanutto
 Irene Girardi Sasso
 Francisca Moya Romano
 Ivete Pasquini Carrion
 Maria Antonia Zanon Bernardi
 Nair Lourdes Zanon Franchi

COMÉRCIO

Auto Escola Vieira -
 representada por José Vieira da Silva
 Leandrini Della Colleta -
 representada por Osni Della Colleta
 Gráfica Amazonas -
 representada por Laércio Feiteira e Antonio Feiteira Filho

ENTIDADES

Associação Beneficente São João de Jerusalém
 Mantenedora da Creche Oswaldo Cruz -
 representada por Marcio Tonso

Bairro Cerâmica

Herminia Bassani Garbin
 Teresa Minoves Poll
 Mario Milani e Zenide Zanon Milani
 Amália de Agostinho Joaquim Araújo
 Olga Langhi de Lima
 Rosa Mazutti Campoi
 Sebastião Rainato
 Wilken Pascon
 Francesco Messano
 Francisco Paolini
 Nelson Morales Albacete
 José da Silva e Paulina Bulgarelli da Silva
 Lorival Gilberto Debeus
 Doralice Benfica Marcandali
 Rina Thomé Moia
 Maria Aparecida Melino Pasqual
 Anna Coppola Lembo
 José dos Santos e Luiza Conte dos Santos
 Maria Magdalena Passacantilli Tozetto

COMÉRCIO

Drogaria Drogaqui -
 representada por Estevam Vollet Netto
 Lamipol Indústria e Comércio de Plásticos -
 representada por Lira Castrillo Soares.

ENTIDADE

Nucame - Núcleo de Capacitação do Menor -
 representada por Gilberto Laporta



Bairro Oswaldo Cruz e Cerâmica, lembrança aos que fazem a história

Bairro Barcelona

Benvinda Pereira Venditti
 Albina Raia Martins
 Antonio Pereira da Silva
 Eliana Ribeiro Niero de Lira
 Piedade Hernandez Garcia
 Yolanda Zavatieri de Marchi
 Wilson Pompermayer
 João Massolini
 Odette Bisquolo Genga
 Jandira Marquezi Gil
 Maria Antonia Claro Moreno
 Yoji Agata
 Maria Josefa de Medeiros
 Lelia Galvão Belloto e Guilherme Ferreira Belloto
 Zuleika Gambato Pereira e Brenno Diorrener Pereira
 Damião Faustino da Silva e Maria Alzira da Silva
 Severino Freire Filho

COMÉRCIO

Granja Guaira -
 representada por Carmem Moreno da Costa
 Revistaria Oriente -
 representada por José Migliani
 Guaporé Alimentos -
 representado por Marcelo Falchero
 Aladim Porcelanas -
 representada por Vanice Lazarini
 "O Atelier" - Molduras -
 representado por Antonio Mendes Antunes.

ENTIDADES

Grupo Escoteiros João Ramalho -
 representado por Antonio dos Santos.

Bairro Santa Maria

Alice Rachid Terzi
 Adelina Hernandes Castelhanos
 Ana Custódia Campos
 Anna Maria Ghion
 Antonia Caetano
 Arlindo Modena
 Antonia Stuchi Erdog
 Capitolina Cardoso Aizza
 Dilma Maria Mucci
 Nilda Caetano Carelli
 Nair Parada Mangilli
 Margarida Bauer
 Romeu Calciolari
 Folman Abrão Rovaron
 Helena Beltramin Santos
 Catharina Tramontina Moura dos Santos
 Roque Latancio e Ruth Carmo Prietro Latancio
 Geny Ananias Pessolato
 Euclides Pagassini

COMÉRCIO

Bar do Mario -
 representado por Mario Tokuiti Yamashiro
 Desafra -
 representado por Roque Aquiles Maringelli.

ENTIDADES

Associação de Assistência Social São Francisco de Assis



Homenagem acontece na Creche Zilda Natel

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL E SUAS EXPOSIÇÕES

Acervo/Fundação Pró-Memória



No mês de abril, o Museu Histórico Municipal apresentou uma mostra de ferramentas e instrumentos que integraram o cotidiano doméstico e de trabalho de antigos moradores da cidade. A exposição reuniu objetos do final do século 19, entre os quais, um endireitador de lâmina, de 1877, um quebra-nozes, do ano de 1890, um alicate de corte de pressão automática,

A exposição revelou materiais de cozinhas de outros tempos

de 1891, e uma máquina de cortar cabelo, do ano de 1899. A peça mais antiga da exposição foi um gancho utilizado na retirada de água dos poços, de 1876. Instrumentos utilizados por dentistas, carpinteiros, marceneiros, barbeiros e sapateiros, ao longo da primeira metade do século passado, também integraram a mostra.

O Museu, dando prosseguimento à proposta de expor, periodicamente, objetos de seu acervo, apresentou, no período de 20 de abril a 2 de junho, a mostra de utensílios antigos de cozinha. Com o objetivo de revelar aspectos da história da cultura material e do cotidiano doméstico e profissional de moradores da cidade, a exposição mostrou peças de épocas variadas, com destaque para as seguintes: geladeira da marca Frigidaire, do ano de 1947; fogão Cosmopolita; batedeira elétrica Walita, de 1950; duas batedeiras manuais, de 1938 e 1943; moedores de carne e de café; máquina de fazer macarrão, de 1920, panelas de ferro, das quais um exemplar de 1887, entre outros utensílios.

A mostra apresentou também exemplares de cadernos e livros de receitas, numa demonstração de como o costume do preparo de pratos e quitutes encontrava-se enraizado no universo feminino. Para



Acervo/Fundação Pró-Memória

complementar e dinamizar a exposição, o Museu Histórico promoveu dois encontros entre moradoras da cidade, com o intuito de registrar seus relatos a respeito de suas experiências culinárias e dos segredos e tradições familiares que as envolveram. Os depoimentos fornecidos servirão de fontes para a produção de uma micro-história baseada em elementos do cotidiano e da vida pessoal de cada participante.

O GRAFITE INVADIU A PINACOTECA DE SÃO CAETANO

Muita cor e traços fortes marcaram a original exposição



O sentimento de pioneirismo foi o que pautou a Pinacoteca Municipal de São Caetano do Sul para a realização da exposição que mostrou a arte urbana do grafite. Os painéis expositivos da Pinacoteca apresentaram, no mês de março, pinturas repletas de criatividade e cor com o tema Território Livre, assinado por Célio Rosa, Fabrício PB, Job Leocadio, Jorge Tavares e Numa Junior.

Os trabalhos, feitos exclusivamente para a mostra, foram produzidos no local e demonstraram como cada artista interpreta a realidade. Em uma profusão de temas e cores, a exposição convidou para a reflexão sobre a arte pública. Para os participantes, a iniciativa foi de grande valor. O sucesso desta exposição inovadora ficou comprovado com o grande número de visitas registrado no período.



CÂMERA NÔMADE

O espaço da Pinacoteca revela, até o dia 14 de agosto, a Exposição Fotográfica “Câmera Nômada”, de autoria do Professor José de Souza Martins. Sob os olhares do professor, o visitante pode vislumbrar vários sinais de cenário vistos por outros ângulos. As fotos aconteceram durante suas viagens e períodos em que lecionava no exterior.

Vale conferir.

EXPOSIÇÃO LEMBRA OS MELHORES MOMENTOS DA COPA



O Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul também entrou no clima do mais popular torneio de futebol, apresentando a exposição *Copa do Mundo, uma indústria cultural movida à paixão*. A mostra, que encerrou no dia 17 de julho, foi dividida em três seções temáticas.

Na primeira, a apresentação se voltou para os produtos comerciais gerados pelo campeonato, como uma coleção de pins e chaveiros alusivos a mascotes e símbolos de diferentes edições da Copa, selos, cartões postais, flâmulas, miniaturas da taça Fifa e da Jules Rimet e muito mais.

A segunda seção temática trouxe os originais de publicações consagradas, como as revistas *Manchete e Fatos e Fotos*, além de edições de *A Gazeta Esportiva Ilustrada*, com reportagens especiais das Copas de 1950, 1954 e 1962. Os tradicionais álbuns de figurinha também integraram a seção. Entre os exemplares expostos, o destaque ficou para o *Álbum Balas Futebol*, lançado durante a Copa de 1950, disputada no Brasil.

Por fim, a terceira seção, com modelos oficiais de camisas da seleção brasileira, utilizadas desde a Copa do Mundo de 1990, na Itália.



Fundação Pró-Memória São Caetano do Sul

porta aberta à história, memória e à cultura

Resgatar a memória de São Caetano do Sul e preservar sua identidade histórico-cultural é prioridade da Fundação Pró-Memória, criada no dia 12 de junho de 1991. Seu trabalho busca a divulgação da história da cidade, publicação de livros e revistas, a pesquisa acadêmica e exposições.

O trabalho de resguardar o passado para pesquisas no presente e no futuro é muito complexo. Para a Fundação Pró-Memória realizá-lo com qualidade, a instituição se divide em Centro de Documentação Histórica, Museu Histórico Municipal e Pinacoteca e espaço expositivo, como o Salão de Exposições do Espaço Chico Mendes.

Dentre os trabalhos, a Fundação Pró-Memória é responsável por uma publicação semestral já conhecida na cidade, a Revista Raízes. Ela é um dos pilares da instituição para o resgate e preservação de memórias pessoais e históricas de São Caetano do Sul.



PREFEITURA DE
SÃO CAETANO DO SUL

SECULT
SECRETARIA DE CULTURA









Sede da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Avenida Dr. Augusto de Toledo, 255
Bairro Santa Paula
Telefone: 4223-4780 Fax: 4223-4781
e-mail: fpm@fpm.org.br | site: www.fpm.org.br



Museu Histórico Municipal

Rua Maximiliano Lorenzini, 122
Bairro Fundação
Telefone: 4229-1988
De segunda a sexta, das 8h às 17 horas
Aos sábados das 9h às 15 horas



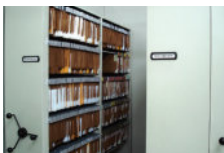
Salão de Exposições

Espaço Verde Chico Mendes
Rua Fernando Simonsen, 566
De terça a domingo, das 9h às 18 horas



Pinacoteca Municipal

Avenida Dr. Augusto de Toledo, 255
Bairro Santa Paula
Telefone: 4223-4780
De segunda a sexta, das 9h às 17 horas
Aos sábados das 9h às 13 horas



Centro de Documentação Histórica

Acervo histórico -
documentos, livros, jornais e imagens
Aberto à pesquisa pública
De segunda a sexta, das 8h às 17 horas

Fundação Pró-Memória
São Caetano do Sul



PREFEITURA DE
SÃO CAETANO DO SUL

SECULT
SECRETARIA DE CULTURA



